



CFESS

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta
2008-2011

Relatório Anual de Gestão

Brasília, março de 2009



CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS

GESTÃO ATITUDE CRÍTICA PARA AVANÇAR NA LUTA

2008-2011

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2008

FEVEREIRO

2009

SUMÁRIO

	Pag.
APRESENTAÇÃO.....	04
I- Conselheiros (as) da Gestão 2008/2011.....	06
II- Assessores (as) e Funcionários (as).....	06
III- Composição das Comissões Regimentais e Temáticas.....	07
IV- Representações em Conselhos e Fóruns.....	08
 AÇÕES POR EIXOS	
I- Administrativo-Financeira e Conselho Fiscal.....	10
II- Orientação e Fiscalização do Exercício Profissional.....	25
III- Ética e Direitos Humanos.....	37
IV- Formação Profissional.....	48
V- Relações Internacionais.....	60
VI- Seguridade Social.....	67
VII- Comunicação.....	107
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
 ANEXOS	
I- Carta de Brasília..	116
II- Relatório do Fundo de Apoio aos CRESS, Seccionais e CFESS.....	118
III- Composição e Cronograma de Grupos de Trabalhos.....	121

APRESENTAÇÃO

As páginas que seguem registram as atividades realizadas pela Gestão do CFESS “Atitude Crítica para Avançar na Luta”. Uma diretoria eleita num processo democrático que mobilizou um número expressivo de assistentes sociais, que foi às urnas para eleger essa diretoria do CFESS e as novas diretorias dos CRESS. Ele expressa nosso compromisso com a socialização e democratização da informação e se destina a dar visibilidade às posições e ações do CFESS, balizadas pelas deliberações aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS.

O relatório tem, assim, um caráter de balanço desse primeiro ano de gestão, indicando nossas frentes de atuação, posicionamentos, estratégias, e encaminhamentos adotados em um ano difícil para a realização dos direitos. Um ano de visível criminalização dos sujeitos coletivos e movimentos de resistência pelas forças conservadoras e dominantes. Ano em que o Estado Brasileiro foi condenado por um tribunal popular que mostrou a ineficácia da ação governamental no enfrentamento à violência em suas diferentes expressões no cotidiano da vida social.

Com a agudização dos processos destrutivos impostos pelo capital, o CFESS e os CRESS tiveram que lutar contra a precarização da formação e do exercício profissional; lutar pela realização de concurso público para assegurar inserção com qualidade no trabalho; lutar em defesa da política de seguridade social, entendida de forma abrangente como registramos na Carta de Maceió; lutar contra a violação dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes, da juventude, da pessoa idosa, das pessoas com deficiência; lutar pela liberdade de orientação, expressão sexual e identidade de gênero.

Reafirmamos, no dia 15 de maio de 2008, dia do assistente social que o Serviço Social está na luta sempre, enquanto houver exploração do trabalho e reprodução de formas variadas de opressão. Eis o que mais caracterizou a ação política do CFESS no ano de 2008: disposição ético-política para lutar.

Neste contexto de forte ofensiva capitalista, que desmonta conquistas históricas da classe trabalhadora, mais do que nunca precisamos permanecer firmes e convictos na defesa dos princípios que fundamentam nosso Código de Ética e estão na base do nosso projeto ético-político profissional. O conteúdo aqui apresentado, além do registro na memória histórica, tem o significado de convite à luta em defesa de nossos compromissos com a liberdade, a emancipação humana, a radicalização da democracia e a socialização da riqueza.

Por isso, reafirmamos o convite feito ao Conjunto CFESS/CRESS, durante nosso 37º Encontro Nacional, para “organizar a esperança, conduzir a tempestade, romper os muros da noite. Criar sem pedir licença um mundo de liberdade...” (Pedro Tierra)

Brasília, fevereiro de 2009

Conselho Federal de Serviço Social – CFESS

Gestão Atitude Crítica para Avançar na luta – 2008-2011

I- CONSELHEIROS/AS DA GESTÃO 2008-2011
ATITUDE CRÍTICA PARA AVANÇAR NA LUTA

<p>Diretoria</p> <p>Presidente: Ivanete Salete Boschetti (DF)</p> <p>Vice-Presidente: Sâmbara Paula Ribeiro (CE)</p> <p>1ª. Secretária: Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)</p> <p>2ª. Secretária: Neile d'Oran Pinhero (AM)</p> <p>1ª. Tesoureira: Rosa Helena Stein (DF)</p> <p>2ª. Tesoureira: Telma Ferraz da Silva (BA)</p> <p>Conselho Fiscal</p> <p>Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN)</p> <p>Pedro Alves Fernandes (MG)</p> <p>Kátia Regina Madeira (SC)</p>	<p>Conselheiros (as) Suplentes</p> <p>Edval Bernardino Campos (PA)</p> <p>Rodriane de Oliveira Souza (RJ)</p> <p>Marinete Cordeiro Moreira (RJ)</p> <p>Kênia Augusta Figueiredo (MG)</p> <p>Erivã Garcia Velasco (MT)</p> <p>Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PE)</p> <p>Maria Elisa dos Santos Braga (SP)</p> <p>Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)</p> <p>Marylucia Mesquita (PE)</p>
--	---

II- ASSESSORES/AS E FUNCIONÁRIOS/AS

Assessores (as)

Assessora Jurídica: Sylvia Helena Terra

Assessor Contábil: Vilmar Medeiros

Assessora de Comunicação: Bruno Costa e Silva

Assessora Especial: Ana Cristina Muricy Abreu

Funcionários (as)

Coordenadora Executiva: Sandra Helena Sempé

Assistente de Tesouraria: Antônio Horácio da Silva

Assistente de Informática: Wilson Oliveira de C. Silva

Assistente Administrativo: Jarbas Costa Ferreira

Auxiliar Administrativo: Maurício Valério Bonfim

Auxiliar de Serviços Gerais: Maria das Graças C. Silva

III- COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES REGIMENTAIS E TEMÁTICAS

Comissão Administrativo-Financeira Rosa Helena Stein - Coordenadora Edval Bernardino Campos Pedro Fernandes Tânia de Godói Diniz Telma Ferraz da Silva	Comissão de Seguridade Social Marinete Moreira – Coordenadora Neile D’Oran Rodriane de Olveira Sousa Edval Bernardino Campos Pedro Fernandes Marcelo Sitcovsky Maria Bernadette de Moraes Medeiros
Comissão de Ética e Direitos Humanos Silvana Mara Morais Santos – Coordenadora Marylucia Mesquita Kátia Madeira Maria Elisa dos Santos Braga	Comissão de Formação Profissional Sâmbara Paula Ribeiro – Coordenadora Ivanete Boschetti Marcelo Sitcovsky Maria Elisa dos Santos Braga
Comissão de Orientação e Fiscalização Neile D’Oran – Coordenadora Kátia Madeira Rodriane de Olveira Sousa Erivâ Velasco Marinete Moreira	Comissão de Relações Internacionais Ivanete Boschetti – Coordenadora Rosa Helena Stein Erivâ Velasco Tânia de Godói Diniz Sâmbara Paula Ribeiro Telma Ferraz da Silva
Comissão de Comunicação Kênia Augusta Figueiredo – Coordenadora Marylucia Mesquita Silvana Mara Morais Santos Maria Bernadette de Moraes Medeiros Ivanete Boschetti	

REPRESENTAÇÕES EM CONSELHOS E FÓRUNS

CONSELHOS DE POLÍTICAS E DE DIREITOS

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

Conselheiro representante: Edval Bernardino Campos (suplente)

CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conselheiro representante: Pedro Alves Fernandes (suplente)

CNS - Conselho Nacional de Saúde

Conselheira Representante: Ruth Bittencourt (titular)

Comissões do CNS

Comissão de Saúde Mental (CISM) - Maria Bernadette de Moares Medeiros (suplente)

Comissão de Saúde da Mulher Saúde Mulher (CISMU) - Marylucia Mesquita (titular)

Comissão de Saúde do Trabalhador (CIST) - Marinete Cordeiro Moreira (suplente)

Comissão de Saúde da População Negra (CISPN) - Magali Almeida (titular)

Comissão de Recursos Humanos (CIRH) - Ruth Bittencourt (titular)

Comissão de Orçamento e Financiamento (COFIN) - Ruth Bittencourt (titular)

Comissão de Acompanhamento de Políticas DST/ AIDS (CAPDA) - Telma Ferraz da Silva (titular) e Ludmila Weizmann Suaid Levyski (suplente)

Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde (interministerial) - Ruth Bittencourt (titular)

Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde - Kátia Regina Madeira (suplente)

CNDI - Conselho Nacional dos Direitos do Idoso

Conselheira representante: Neile D'Oran (titular até novembro e suplente após essa data)

FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO E ARTICULAÇÃO

Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas (Conselhão)

Conselheira representante: Ivanete Boschetti (titular)

FBO - Fórum Brasil do Orçamento

Conselheira representante: Rosa Helena Stein (titular) e Ivanete Boschetti (suplente)

FDCA - Fórum Nacional Permanente de entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente

Conselheira representante: Erivã Garcia Velasco (titular)

FENTAS - Fórum das Entidades Nacionais dos Trabalhadores da Área de Saúde

Conselheira representante: Rodriane de Oliveira Souza (titular)

FNAS - Fórum Nacional de Assistência Social

Conselheira representante: Ivanete Boschetti (titular)

FNRU - Fórum Nacional de Reforma Urbana

Conselheira representante: Tânia Maria Ramos de Godói Diniz (titular) E Kátia Madeira

Fórum Permanente Mercosul (MS)

Conselheira representante: Sâmbara Paula Ribeiro (titular)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES POR EIXOS DE ATUAÇÃO

I- COMISSÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA

Coordenação: Conselheira Rosa Helena Stein

Por meio da Comissão Administrativo-Financeira tem-se o compromisso de viabilizar as atividades planejadas pelas diferentes Comissões do CFESS, tendo como referência a concepção de gestão baseada na transparência e nos princípios democráticos e éticos no trato com o recurso público.

I.1. Atividades Programadas

O Plano da Comissão Administrativo-Financeira para o exercício de 2008 previu o investimento de R\$ 92.800,00, com vistas a desenvolver as seguintes atividades programadas:

- a. Monitorar o processo de gestão administrativa e financeira do conjunto CFESS/CRESS, buscando a racionalidade e a transparência das ações com os recursos públicos, capaz de dar sustentação permanente às ações éticas, políticas e fiscalizadoras da entidade, na busca da efetivação do nosso projeto ético-político profissional.
- b. Implementar ações que assegurem o equilíbrio fiscal e financeiro do conjunto CFESS/CRESS, garantindo a concretização das atividades regimentais e planejadas pelo colegiado do CFESS, a melhoria da infra-estrutura necessária e a preservação patrimonial do CFESS.
- c. Buscar o aperfeiçoamento do sistema contábil-financeiro com controle interno e gerencial, através da adoção de padronização nos procedimentos de natureza contábil-financeira garantindo assim um melhor controle do desempenho fiscal.
- d. Implementar o Fundo Nacional de Apoio aos CRESS, Seccionais de base estadual e CFESS.
- e. Democratizar o acesso ao Fundo para capacitação, Fundo para Eventos, Fundo sede e Fundo Bens Móveis.

I.2. Atividades Realizadas pela Comissão

a. Reuniões

- Reuniões sistemáticas da Comissão Administrativo-Financeira para avaliação e redimensionamento das atividades administrativas e financeiras do Conselho de forma a garantir a efetivação das ações do CFESS.
- Reuniões com a direção da IMPLANTA, objetivando a avaliação com vistas à renovação do contrato; às demandas dos CRESS em relação à dificuldades no uso do Sistema e, também, no que se refere ao processo de migração do sistema Paradox (plataforma atual do sistema de informática implantado no Cadastro Nacional) para o novo sistema SQL; ao atendimento em situação de urgência considerando a criação do CRESS 25ª Região/Tocantins e a situação do CRESS 19ª Região/GO.
- Reuniões com funcionários/as sobre acordo coletivo e dinâmica interna de funcionamento.
- Reuniões com o Banco do Brasil para tratar sobre o retorno da cobrança indevido das taxas bancárias; para tratar sobre dificuldades com a abertura da conta da FITS tendo em vista a realização da Conferência Mundial.
- Reuniões com a Comissão Organizadora da Conferência Mundial de Serviço Social, buscando acompanhar e monitorar a organização administrativa e financeira da Conferência.
- Reuniões com as assessorias contábil e jurídica para análise de questões administrativo-financeiras e contábil.
- Reuniões com Caixa Econômica Federal com vistas à cobrança de anuidades por essa instituição em substituição ao Banco do Brasil.

b. Monitoramento das Ações e Recursos

- Monitoramento da adequação do Sistema de Cadastro Informatizado do conjunto, através da migração do sistema Paradox para o sistema SQL,
- Elaboração e acompanhamento da programação orçamentária anual, tendo como referência as diretrizes emanadas dos encontros CFESS/CRESS.

- Monitoramento e acompanhamento dos Regionais visando o cumprimento dos instrumentos legais e deliberações aprovadas no 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS de forma a contribuir com ações e estratégias que viabilizem uma gestão democrática e eficiente, com maior arrecadação e controle de despesas do conjunto.
- Monitoramento da implantação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários do CFESS.
- Avaliação da arrecadação e monitoramento das despesas, bem como aprovação de estratégias para desempenho fiscal do conjunto.
- Ampliação dos instrumentos necessários para a análise da prestação de contas, visando o aprimoramento de sua dinâmica de funcionamento.
- Acompanhamento das atividades desenvolvidas pela Comissão Especial junto com o Conselho Fiscal do CFESS, na análise da prestação de contas referentes de 2007.
- Manutenção do Cadastro Nacional Unificado informatizado dos dados funcionais dos assistentes sociais inscritos nos 25 Conselhos Regionais.
- Gerenciamento da dinâmica de funcionamento da entidade nos aspectos administrativos e funcionais (acordo coletivo de funcionários, férias, horas extras, etc), visando à melhoria da administração e gerenciamento do Conselho.
- Realização de ações conjuntas com o Conselho Fiscal, buscando o aprimoramento dos mecanismos de controle do CFESS.
- Acompanhamento dos contratos firmados com prestadores de serviços, em conformidade com a previsão orçamentária, garantindo a visibilidade das ações do CFESS e o monitoramento dos serviços prestados:
 - ✓ Implanta Informática - SISCAFAW/SISCONTW (custo compartilhado com os CRESS).
 - ✓ Implanta Informática - Web (ainda sem compartilhamento com os CRESS).
 - ✓ Tele Alarme.
 - ✓ Terra e Baldin - Advogados Associados.
 - ✓ Ata Contabilidade e Auditoria.
 - ✓ SERPRO.
 - ✓ Creativehost Internet
 - ✓ Freedom Turismo Ltda.
 - ✓ RR Postais

- ✓ OdontoEmpresa(Odontologia)
 - ✓ Imprensa Nacional
 - ✓ Ticket Serviço S/A
 - ✓ Suzana Pitombo (elaboração de atas das reuniões do Conselho Pleno, no período de janeiro a agosto de 2008)
- Acompanhamento e monitoramento da organização administrativa e financeira da Conferência Mundial de serviço Social.
 - Acompanhamento trimestral do investimento nos regionais, através do repasse de percentual correspondente ao compartilhamento de 50% das despesas bancárias efetuados aos CRESS.
 - Participação dos conselheiros da comissão nos encontros descentralizados como facilitadores do eixo administrativo.
 - Atendimento aos Conselhos Regionais e Seccionais, em suas demandas administrativas e financeiras.
 - Acompanhamento das ações do Fundo de Apoio aos CRESS/CFESS e Seccionais, baseado na Resolução nº 507/07.
 - Disponibilização dos relatórios de gestão e prestação de contas anuais do CFESS na página eletrônica da entidade.

c. Licitações

- confecção de carteiras e cédulas profissionais; confecção e impressão da agenda do assistente social; aquisição de material de expediente; publicações do CFESS; aquisição de mesas e cadeiras para a sala de reuniões plenárias; tomada de preço para contratação de serviços contábeis, conforme abaixo:

Tabela 1 - Licitações		
EMPRESA	SERVIÇO	MONTANTE - R\$
Teixeira Gráfica	Impressão de Material Gráfico	23.004,60
Papelarias	Material de Escritório em Geral	27.958,99
Canon Informática	Aquisição de Micro Computador	4.338,80
Versátil Móveis	Aquisição de Poltronas	11.972,20

Cidade Gráfica	Impressão de Material Gráfico	7.748,00
Label Artes Gráficas	Impressão da Agenda/2009	79.710,00
TOTAL		154.732,59

- Também foi realizada licitação na modalidade carta convite para contratação de assessoria contábil do CFESS, conforme abaixo:

Tabela 2 - Tomada de Preços CFESS n. 01/2008		
EMPRESA	Serviço	MONTANTE - R\$
Ata Contabilidade e Auditoria	Contabilidade em Geral	101.400,00

d. Convênios, contratos e projetos

- Elaboração e acompanhamento de contratos com prestadores/as de serviços, em conformidade com a previsão orçamentária, garantindo administração e viabilidade das ações do CFESS.
- Manutenção dos convênios com os 25 regionais para assegurar a manutenção do Sistema de Cadastro dos Profissionais e Sistema de Controle financeiro, implementado pelo conjunto CFESS/CRESS.
- Renovação do contrato com a IMPLANTA, empresa prestadora dos serviços de manutenção do SISCAFW, SISCAFAW WEB e SISCONTW.
- Manutenção do contrato com a Freedom Turismo Ltda, empresa prestadora de serviços que operacionaliza as passagens aéreas ao CFESS.
- Elaboração de contrato com a FITS e a Empresa Interlink, de Salvador, responsável pela organização da Conferência Mundial de Serviço Social.
- Elaboração de contrato e manutenção do contrato de três estagiárias (duas de nível médio e uma de nível superior), desenvolvendo suas atividades nas áreas administrativa e de Comunicação.
- Implementação das deliberações do Fundo Nacional de Apoio aos CRESS/CFESS/Seccionais.
- Contratação da assessoria contábil.

- Contratação de um assessor de comunicação e um assessor especial
- Renovação do Contrato com a assessoria jurídica.
- Contratação de Seguro Saúde – AMIL Assistência Médica
- Solicitação e análise de pareceres e manifestações jurídicas sobre assuntos afetos à Comissão Administrativo-Financeira.

e. Contratos Firmados

Tabela 3 - Contratos Firmados					
DISCRIMINAÇÃO	MONTANTE R\$	INÍCIO	TÉRMINO	SITUAÇÃO	INICIO PARA RENOVAÇÃO
Implanta Informática Ltda	190.661,04	22.04.2008	21.04.2009	em vigor	21.03.2009
RR Postais Ltda	50.000,00	01.01.2009	31.12.2009	em vigor	31.11.2009
Tele Alarme Sistema de Seg	1.336,80	03.02.2008	02.02.2009	em vigor	20.12.2008
Terra e Baldin Advogados	131.562,21	01.06.2008	31.05.2009	em vigor	30.04.2009
Odontoempresa	1.848,00	09.06.2008	08.06.2009	em vigor	em análise
Ata Contabilidade e Auditoria	101.400,00	01.11.2008	31.10.2009	em vigor	30.09.2009
Freedom Turismo Ltda	450.000,00	03.10.2008	02.10.2009	em vigor	30.09.2009
Serpro	10.000,00	14.07.2008	13.07.2009	em vigor	30.06.2009
Creativehost internet	310,80	15.03.2008	14.03.2009	em vigor	14.02.2009
Impresa Nacional - DOU	-	Indeterminado			
Ticket Serviço Ltda	-	Indeterminado			
Amil Assistência Médica	29.220,00	01.02.2008	31.12.2009	em vigor	em análise
TOTAL	966.338,85				

f. Estudos

- Estudos sobre preços de serviços (hotéis e transportes em Brasília) para revisar o valor de diárias e ajuda de custo para conselheiros, funcionários, assessores e convidados, com vistas à sua atualização, que estava sem reajuste desde 2005.

- Estudos e aprovação de ampliação do quadro de funcionários do CFESS por meio de concurso público (dois auxiliares administrativos, dois assistentes administrativos, um profissional nível superior da área de Comunicação).

g. Participação e Acompanhamento de Grupos de Trabalhos

1. **GT SISCAFW:** responsável pela articulação com a IMPLANTA e os CRESS, em assuntos informáticos, bem como para adequação do SISCAF WEB à política nacional de fiscalização. Funciona em articulação com a COFI. GT composto por Katia Regina Madeira (Coord.), Rosa Helena Stein e Tania Maria Ramos Godoi Diniz e por representantes dos Regionais (CRESS PA, PE, MT, MG, PR). Foram realizadas 02 reuniões do GT com a finalidade de viabilizar as informações acerca do sistema junto aos regionais e a Implanta.
2. **GT Funcionários:** responsável pelos assuntos relacionados aos funcionários do CFESS. Composto por Rosa Helena Stein, Ivanete Boschetti e a Secretaria Executiva Sandra Helena Sempé.
3. **GT de apoio à criação do CRESS 25^a/Tocantins:** composto por Ivanete Boschetti, Neile D'Oran, Sylvia Terra e Vilmar. O GT acompanhou a criação do CRESS/TO, orientando os procedimentos contábeis, jurídicos e políticos, a serem adotados com a nova estrutura. O GT realizou uma visita de capacitação aos conselheiros eleitos.
4. **GT de apoio à reorganização e manutenção do CRESS 23^a/Rondônia:** composto por Ivanete Boschetti, Neile D'Oran, Sylvia Terra e Vilmar. Diante de dificuldades jurídicas, contábeis e políticas na manutenção do CRESS e da Seccional do AC, o GT realizou visita de orientação, reestruturação financeira e acompanhamento de atividades.
5. **GT Fundo Nacional de Apoio aos CRESS e Seccionais:** administração do Fundo. Composto por conselheiros/as dos regionais (PA, MA, DF, RJ, SC) e conselheiros do CFESS (Rosa Helena Stein (coord.), Pedro Alves Fernandes e Tania Maria Ramos Godoi Diniz). Durante o ano de 2008 foram realizadas 02 reuniões (14/6 e 12-13/9), para análise de 06 processos, dos quais 02 foram deferidos integralmente (CRESS-CE recursos para reforma da sede e CRESS-DF complementação recursos para aquisição de nova sede), 02 deferidos parcialmente (CRESS-AP aprovado 25% do valor do Fundo para aquisição de sede e CRESS-PB aprovado 25% do valor do Fundo para

complementação de recursos e aquisição de nova sede); 02 indeferidos (CRESS-PR e CRESS-PI) por não enquadramento nos critérios da Resolução. O saldo do Fundo Nacional, em final de 2008 é de R\$ 270.896,96, conforme detalhamento no quadro abaixo:

Tabela 4 - Solicitações Deferidas e Indeferidas em 2008 - Em R\$

CRESS	PROJETO	VALOR SOLICITADO	DELIBERAÇÕES/ fundamento legal	
3ª Reg. CEARÁ	Reforma de sede	32.512,73	Deferido	Art. 4º, Inciso III
8ª Reg. DF	Complementação de recursos para aquisição de nova sede	55.405,06	Deferido (ainda não liberado)	Art. 4º, Inciso III
11ª Reg. Paraná	Realização de Concurso Público (reserva de vaga)	60.000,00	Indeferido	não enquadramento nos critérios
13ª Reg. Paraíba	Venda/aquisição de nova sede (condições físicas precárias)	100.000,00	Deferido 25% do saldo (ainda não liberado)	Art. 4º, Inciso III
22ª Reg. Piauí	Reforma e aquisição de equipamento (elevador tipo monta carga)	82.675,11	Indeferido	não enquadramento nos critérios
24ª Reg. Amapá	Aquisição de sede	105.000,00	Deferido 25% do saldo (ainda não liberado)	Art. 4º, inciso IV

h. Comissões Acompanhadas pelo Administrativo-Financeiro

1. **Comissão de Licitação:** composta por Rosa Helena Stein, a Secretária Executiva Sandra Helena Sempé e o assistente de Tesouraria Antonio Horácio da Silva.
2. **Comissão de Incineração:** responsável pela incineração de todo o arquivo permanente – composta por Tania Maria Ramos Godoi Diniz, Katia Regina Madeira e Assistente Administrativo Jarbas.
3. **Comissão de Patrimônio:** responsável pela catalogação patrimonial do CFESS, composta por Tania Maria Ramos Godoi Diniz, Assistente Administrativo Wilson e Auxiliar Administrativo Maurício.

i. Preservação e Ampliação Patrimonial do CFESS

- Avaliação e manutenção da estrutura material da entidade, através do processo de incineração, atualização e controle sistemático do patrimônio e acompanhamento de todo processo licitatório para a contratação de serviços.
- Melhoria da infra-estrutura e modernização dos equipamentos eletrônicos e de informática.
- Ampliação do patrimônio do CFESS em 2008:
 - ✓ Aquisição de equipamentos de informática:
 - 01 micro computador.
 - 02 notebook Acer.
 - 06 estabilizadores
 - 05 teclados ergonômicos
 - 06 mouses
 - 02 monitores 17" 732N LCD
 - ✓ Compra de 01 aparelho de ar condicionado.
 - ✓ Compra de nova central de alarme em decorrência da ampliação da sede.
 - ✓ Compra de mobiliário (mesa e cadeiras) para a sala de reuniões do Conselho Pleno.

j. Sindicância e Diligências em Andamento

- Comissão de Sindicância: Portaria CFESS nº 17 de 09/5/08, composta por Tania Maria Ramos Godoi Diniz e Pedro Alves Fernandes para apurar:
 - ✓ Furto do laptop da conselheira Ivanete na sede do CFESS (agosto/2007).
 - ✓ Furto da máquina filmadora digital no Encontro CFESS/CRESS em Natal (setembro/2007).
- Diligência no CRESS 22ª/Piauí: comissão composta por Marylucia Mesquita Palmeira e Ruth Ribeiro Bittencourt.
- Ação judicial junto ao Banco do Brasil, contra a cobrança indevida de tarifa bancária.

I.3. Demonstrativos Físico-Financeiros

I.3.1. Apoio e Repasse de Recursos aos CRESS

- Compartilhamento dos custos financeiros com os Conselhos Regionais que sediaram os encontros descentralizados e Nacionais do Conjunto: Manaus, Ceará, Espírito Santo, Paraná e Goiânia.
- Compartilhamento dos custos financeiros com os Conselhos Regionais para participação do Seminário Nacional de Gestão Fiscal e Seminário Nacional de Fiscalização, realizado em 21, 22 e 23 de abril de 2008.
- Apoio aos CRESS para a divulgação da Semana do Assistente social.
- Apoio financeiro aos CRESS para participação no Seminário Nacional de Controle Social e no Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Brasília, no período de 24 a 28 de setembro de 2008.
- Apoio aos CRESS para assegurar a viabilidade da execução de suas atividades precípuas.
- Repasse aos regionais de percentual de 50% das despesas bancárias efetuadas com os boletos das anuidades, conforme Resolução nº 444/2003.
- Gerenciamento dos Fundos criados com saldo positivo do CFESS:

- ✓ **Fundo de Eventos** – criado em 2006. Visa à sustentação financeira dos eventos da categoria. O recurso disponível neste Fundo será utilizado para a realização de 04 (quatro) Seminários Nacionais aprovados no 37º Encontro Nacional e para o CBAS.
- ✓ **Fundo de bens móveis:** visa a apoiar a estruturação e aquisição de equipamentos aos CRESS com dificuldade financeira.
- ✓ **Fundo Sede:** destinado a apoiar os CRESS que ainda não possuem sede própria: Amapá, Rondonia e Tocantins, em forma de doação a fundo perdido.
- ✓ **Fundo de capacitação:** criado em dezembro de 2007, também com saldo positivo do CFESS. O saldo atual será revertido aos CRESS por meio de atividades previstas no Projeto de Articulação CFESS/CRESS.

Tabela 5 – Aportes e Saldo nos Fundos Nacionais – Em R\$

Discriminação do Fundo	Saldo em Dez.2007	Aporte em 2008 pelo CFESS	Aporte em 2008 pelos CRESS	Rendim. em 2008	Repasse aos CRESS 2008	Saldo em Dez. 2008
Fundo Sede	133.392,32	100.000,00	-	10.467,29		243.859,61
Fundo Bens Móveis	71.754,03	30.000,00	-	5.523,77	6.539,78	100.738,02
Fundo Capacitação	190.000,00	270.000,00	-	13.894,26	8.200,00	465.694,26
Fundo para Eventos	212.426,71	100.000,00	-	16.577,70		329.004,41
Fundo Nac. Apoio aos CRESS	222.244,19	29.468,96	110.541,47	18.725,88	106.256,37	274.724,13
Total Geral	829.817,25	529.468,96	110.541,47	65.188,90	120.996,15	1.414.020,43

- Além da reserva de recursos nos Fundos, indicada acima, cuja reversão para o Conjunto fortalecerá as ações deliberadas no Encontro Nacional CFESS/CRESS, a tabela abaixo demonstra o investimento do CFESS no Conjunto CFESS/CRESS, sobretudo na aplicação e/ou retorno aos CRESS, por meio de apoios financeiros ou ajudas de custo para participação em eventos, realização dos descentralizados, participação no Encontro Nacional, e doações a fundo perdido. Tal retorno expressa o compromisso

democrático do CFESS de socialização das receitas arrecadadas em ações de estruturação dos CRESS, na perspectiva de cumprimento de sua atividade precípua, bem como de consolidação do Projeto Ético Política Profissional. A tabela revela que 29,47% das despesas efetuadas pelo CFESS em 2008 retornaram aos CRESS em forma de apoios, investimentos, ou partilhamento de custos. A maior parte do saldo positivo do exercício foi depositado em fundos que serão aplicados em atividades para todo o Conjunto em 2009.

Tabela 6 - Recursos Repassados pelo CFESS aos CRESS

Discriminação da Despesa	Montante em R\$	% em relação ao total da despesa do CFESS em 2008
Despesa Bancária - ressarcimento 50%	340.646,83	
Encontro Nacional CFESS/CRESS	21.761,35	
Encontro Descentralizado	5.560,00	
Doação para os CRESS RO e TO	65.056,00	
Fundo Nacional de Apoio aos CRESS	29.468,96	
Ajuda participação Seminários	54.968,59	
Sub-total	517.461,73	14,99%
Fundo Bens Móveis - Conjunto CFESS/CRESS	30.000,00	
Fundo Sede - Conjunto CFESS/CRESS	100.000,00	
Fundo Capacitação - Conjunto CFESS/CRESS	270.000,00	
Fundo para Eventos - Conjunto CFESS/CRESS	100.000,00	
Sub-total	500.000,00	14,48
Total Geral	1.017.461,73	29,47%

Observações:

1. A despesa realizada pelo CFESS no exercício de 2008 que foi de R\$ 3.452.159,79;
2. Os recursos referentes aos Fundos Sede, Capacitação e Eventos está depositado nas respectivas contas, para ser utilizado Exercício de 2009.

I.3.2. Demonstrativo Físico Financeiro de Receitas e Despesas

A tabela seguinte apresenta a receita arrecada pelo CFESS durante o ano de 2008 e as despesas efetuadas, incluindo os aportes efetuados nos Fundos específicos indicados

anteriormente, e cujo saldo será revertido em ações para Conjunto CFESS/CRESS, tanto em ações coletivas, como em ações específicas para os CRESS.

Tabela 7 - Receitas e Despesas em 2008

Receita Arrecadada		
Discriminação da Receita Arrecadada	Montante	%
Receita Patrimonial - Rendimento da Poupança	87.799,77	2,48%
Transferências Correntes (cota parte)	2.940.736,56	83,18%
Outras Receitas Correntes	506.749,29	14,33%
Total Receita	3.535.285,62	100,00%
Despesa Realizada		
Discriminação da Despesa	Montante	%
Pessoal e Encargos Sociais	407.936,73	
Vale Alimentação/Transporte	57.963,80	
Assistência Médica	25.932,02	
Assessorias	217.424,99	
Sub-Total	709.257,54	20,55%
Material de Consumo	49.301,13	
Sub-Total	49.301,13	1,43%
Serviços Prestados - Pessoa Física	96.250,91	
Serviços Prestados - Estagiários	15.796,98	
Sub-Total	112.047,89	3,25%
Manutenção Sede (cond., energia, telefone, seguro, etc)	210.016,23	
Serviços Gráficos	27.740,90	
Serviços Postais	46.159,80	
Despesas Bancárias	343.228,38	
Manutenção software Conjunto CFESS/CRESS	175.373,34	
Despesas Reunião Plenária	280.300,98	
Encontro Nacional CFESS/CRESS	106.796,49	
Encontros Descentralizados	47.917,63	
Publicações no DOU	23.066,71	
Comissões Regimentais e Temáticas	700.298,91	
Fundos - Sede, Bens Móveis, Capacitação e Eventos	500.000,00	
Fundo Nacional de Apoio aos CFESS/CRESS	29.468,96	

Investimentos - Bens Patrimoniais	91.184,90	
Sub-total	2.581.553,23	74,78%
Total Despesa	3.452.159,79	100,00%
Resultado Positivo 2008	83.125,83	2,35%

I.3.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal (CF) é o órgão de controle interno do CFESS, de caráter legal e regimental, e tem por finalidade zelar pela regularidade da gestão administrativo-financeira da entidade. Sua principal função é apreciar as contas do CFESS e dos CRESS, verificando a forma e o conteúdo dos documentos contábeis e financeiros. Para o exercício de suas atribuições, o Conselho Fiscal tem a prerrogativa de solicitar todas as informações e proceder todas as verificações que julgar necessárias ao fiel cumprimento da legislação pertinente às decisões do Conjunto CFESS/ CRESS. A ação do CF está articulada à comissão administrativo-financeira e à tesouraria, visando contribuir para a gestão democrática e coordenada dos recursos financeiros a partir dos eixos de trabalho do Conjunto, sejam estes de caráter legal, regimental, técnico, administrativo ou político. Conta com a assessoria contábil contratada pelo CFESS, a qual oferece o suporte técnico para essa atividade específica.

1. Atividades Programadas

- Realizar as reuniões ordinárias para análise dos balancetes mensais, reformulações orçamentárias, propostas orçamentárias e relatório de atividades do CFESS e dos CRESS;
- Submeter ao Conselho Pleno do CFESS para aprovação as análises dos balancetes mensais, reformulações orçamentárias e prestação de contas do CFESS e dos CRESS;
- Acompanhar a execução orçamentária do CFESS e dos CRESS;
- Examinar os documentos contábeis do CFESS, sugerindo providências para regularização, quando necessárias;
- Participar das reuniões da Comissão Administrativo-Financeira;
- Apresentar a prestação de contas do CFESS para a Comissão Especial.

2. Principais Ações Realizadas

- Realização de (06) seis reuniões ordinárias do Conselho Fiscal
- Participação na organização do IV Seminário nacional sobre gestão fiscal realizado em Brasília nos dias 22 e 23 de Abril
- Acompanhamento da execução orçamentária do CFESS e dos 25 CRESS através da análise dos balancetes mensais, reformulações orçamentárias, prestação de contas anual e do relatório de atividades
- Análise da proposta orçamentária do CFESS e de 15 CRESS
- Análise de reformulação orçamentária do CFESS e de 19 CRESS
- Exame criterioso dos documentos contábeis do CFESS, a saber: pagamentos realizados, processos de licitação, contratos e convênios, concessão de diárias e ajudas de custo aos conselheiros, funcionários, assessores e convidados, bem como recolhimento de encargos sociais e tributos, recomendando providências para regularização, quando necessárias
- Apresentação da prestação de contas do CFESS à Comissão Especial
- Acompanhamento das atividades da Comissão Especial por ocasião da análise da documentação contábil do CFESS
- Participação nas reuniões da Comissão administrativo-financeira
- Reuniões com a presidente e tesoureira do CFESS para aperfeiçoar alguns procedimentos administrativos e contábeis
- Reuniões com o Contador do CFESS com a finalidade de esclarecer procedimentos administrativos, contábeis e financeiros relativos ao CFESS e aos CRESS
- Elaboração de Parecer contábil juntamente com o contador do CFESS, relativo ao acompanhamento da execução orçamentária.

II- COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL - COFI

Coordenação: Conselheira Neile d'Oran Pinheiro

A centralidade da fiscalização se expressa na relação orgânica entre exercício profissional e defesa das políticas públicas, tendo como parâmetros os princípios ético-políticos da profissão, a Política Nacional de Fiscalização e seus instrumentos normativos. A Comissão Nacional de Orientação e Fiscalização - COFI tem a finalidade de agilizar as decisões do CFESS, em ações inter-relacionadas com as demais comissões e, especialmente, imbricadas com Ética e Direitos Humanos e Formação Profissional, subsidiando a concretização de estratégias e orientações que contemplem a tríplice dimensão da PNF e contribuam para valorizar, garantir e ampliar os espaços de atuação profissional.

II.1. Atividades Programadas

O Plano de Ação da COFI/2008, em sua proposta orçamentária, totalizou R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), sendo previstas as seguintes ações:

- a. Realização do Seminário Nacional das COFIs;
- b. Produção e publicação de cartilha sobre a profissão;
- c. Revisão e unificação do módulo de fiscalização de SISCAFW, com padronização de instrumentais para a alimentação e geração de informações que subsidiem as ações de fiscalização.
- d. Construção da Política Nacional de Capacitação para agentes fiscais e membros da COFI, em conjunto com a Formação
- e. Construção e execução de agenda político-institucional para a defesa de concurso público (calendário e estratégias políticas)
- f. Aprofundamento de estudos sobre matérias que demandam regulação:
 - ✓ Aprofundar a discussão sobre a descaracterização da profissão no Sistema "S";
 - ✓ Aprofundar debate e construir posição política sobre práticas terapêuticas no âmbito do Serviço Social;
 - ✓ Intensificar fiscalização nas unidades de EAD;

- ✓ Realizar estudo sobre residência e reconhecimento de especialidades em Serviço Social;
 - ✓ Acompanhar e avaliar o processo de implantação da Resolução nº 493/2006, sobre as condições técnicas e éticas do exercício profissional;
 - ✓ Revisar e unificar o módulo de fiscalização do SISCAFW.
- g. Aprofundamento de estudos sobre matérias que demandam produção de parâmetros, documentos técnicos e outros. Ex: educação, saúde, sócio jurídico;
 - h. Aprofundamento de estudos sobre matérias que demandam construção de posicionamento do conjunto CFESS/ CRESS, como cargo genérico, Depoimento Sem Dano - DSD;
 - i. Produção de instrumentos que viabilizem o mapeamento da configuração dos espaços sócio-ocupacionais, condição e relação de trabalho, requisições sociais em matéria de direitos e qualificação profissionais;
 - j. Acompanhamento da implantação da Resolução de Supervisão Direta de Estágio;
 - k. Elaboração do Código Processual de Apuração de Infração Disciplinar;
 - l. Publicação do livro sobre Atribuições Privativas do Assistente social;
 - m. Realização de levantamento da legislação existente no que se refere à carga horária de trabalho de outras categorias profissionais na perspectiva de balizar a tomada de decisão do Conjunto acerca desta questão;
 - n. Aprimoramento da Resolução CFESS 513/2007 sobre procedimentos para efeito da Lacração do Material Técnico Sigiloso do Serviço Social.

II.2. Atividades Realizadas pela Comissão

a. Realização do Seminário Nacional de Capacitação das Comissões de Orientação e Fiscalização

Realizado em Brasília/ DF, nos dias 22 e 23 de abril de 2008, contemplou temáticas relevantes, como: Potencialização da Política e do Plano Nacional de Fiscalização como Estratégia de Enfrentamento (Supervisão Direta de Estágio e Exame de Proficiência); Orientações Jurídicas para a Implementação da Política de Fiscalização; Módulo de Fiscalização do SISCAFW e Debate com o autor do PL 1890/07 (limita a jornada do trabalho do assistente social em 30 horas semanais).

O evento foi desenvolvido por meio de exposições, oficinas e debates, obtendo-se ótima participação e avaliação muito favorável, com significativas sugestões dos participantes para os próximos eventos dessa natureza.

b. Construção e execução de agenda político-institucional para a defesa de concurso público

A COFI desenvolveu discussões preliminares acerca de medidas estratégicas para mobilização da categoria e da sociedade, priorizando nesse exercício a participação e concentração de esforços na luta vitoriosa, em defesa do concurso público para o INSS. A defesa enfática e imediata de realização do concurso, por ocasião de audiência pública na Comissão de Seguridade Social, da Câmara dos Deputados, e na audiência com a direção do INSS, resultou na publicação de edital de concurso com abertura de 900 vagas e prova agendada para 11 de janeiro de 2009.

c. Estudos e produção de regulamentações específicas

Nesse campo, a COFI desenvolveu estudos e produziu documento, assim como, participou de exposições e debates acerca das seguintes matérias:

• **Descaracterização da profissão no Sistema “S”**

Iniciado o levantamento e a sistematização de informações solicitadas aos CRESS, em junho/08, acerca da atuação de assistentes sociais nas entidades do chamado Sistema “S”, seus respectivos cargos e atividades desenvolvidas, obtendo-se contribuições de 09 (nove) CRESS, sendo reiterada a solicitação em novembro/ 08 com prazo de resposta ao CFESS até 30/01/09.

• **Práticas Terapêuticas**

Realizado estudo preliminar e elaborado o documento “Práticas Terapêuticas no âmbito do Serviço Social: subsídios para aprofundamento do estudo”, o qual contém sistematização dos dados obtidos junto a 07 (sete) dos 25 (vinte e cinco) CRESS consultados acerca de experiências dessas práticas em suas respectivas jurisdições. O estudo inspirou posição preliminar da COFI quanto à natureza conservadora dessas práticas, cujo conteúdo e direção social se distanciam das diretrizes curriculares vigentes, diferindo, portanto, do projeto ético-político da profissão. O documento foi encaminhado a

todos os regionais para subsidiar o debate pelo Conjunto, que resultou em deliberação no 37º Encontro Nacional, com posição contrária a essas práticas, no âmbito do Serviço Social.

- **Levantamento da legislação existente no que se refere à carga horária de outras categorias profissionais**

Enviada e reiterada solicitação de informações aos conselhos de fiscalização de outras profissões, obtendo-se respostas de 03 (três) entidades, dentre estas, o Conselho Federal de Engenharia, único que informou existência de legislação sobre a matéria. Considerando a tramitação do PL 1890/06 (agora PLC 152/08), de autoria do Deputado Federal Mauro Nazif, que limita a carga horária do assistente social em 30 horas semanais, é provável que sua aprovação, caso ocorra, possa contemplar os interesses da maioria dos assistentes sociais ativos, quanto à redução da carga horária.

d. Acompanhamento de Projetos de Lei e PECs no Legislativo

PL 1890/06 (agora PLC 152/08). O CFESS acompanhou em 2008 a tramitação do PLC 152/08, buscando algumas formas de articulação. Participação em reunião no Senado Federal com a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) e relatora do PLC 152/08 na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) como forma de debater a inserção do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho e contra-argumentar a posição que vem sendo manifestada pela Federação Nacional das Indústrias (CNI), de que a aprovação poderia gerar desemprego. O CFESS enviou documento com informações acerca do perfil profissional da categoria contemplando espaços sócio-ocupacionais, vínculos empregatícios, dentre outras, para subsidiar a Senadora na defesa para aprovação do PLC. Articulação com os CRESS para sua mobilização, por meio de contatos políticos com os senadores integrantes da CAS de seus estados e dos assistentes sociais de suas regiões, no sentido de enviarem aos senadores, mensagens favoráveis ao PLC 152/08, como estratégia de posicionamento político para a aprovação.

PL 4022/2008. Propõe a inclusão de artigo na Lei 8662/93 definindo piso salarial de R\$ 960,00 para uma jornada de 44 horas semanais. Autor: Deputado Jorge Maluly (DEM/SP). Relatora: na Comissão de Administração, Trabalho e Serviço Público (CATSP): Alice Portugal (PCdoB). O PL foi apresentado em 03/09/08. O CFESS manifestou posição contrária em relação ao valor indicado por não corresponder a complexidade, necessidade e relevância social da profissão, havendo, nesse sentido, concordância da relatora e seu

assessor, que sugeriu a apresentação de um substitutivo indicando o patamar de 7 salários-mínimos. O CFESS formalizou a indicação de 10 salários-mínimos, para uma jornada de 30 horas, por se tratar do patamar que a categoria defendeu anteriormente, mas a relatora acredita que esse patamar não conseguirá adesão e aprovação dos demais parlamentares na CTASP. Levantamos, ainda, a preocupação com a alteração da lei 8662/93 e os limites que esse PL terá no que se refere aos profissionais do serviço público.

PL 3145/2008. Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de assistentes sociais em diversos espaços ocupacionais. Autora: Deputada Alice Portugal (PCdoB). Relator na Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF): Deputado José Linhares (PP/CE). No prazo regimental não foram apresentadas emendas, mas o relator ainda não apresentou seu Parecer sobre a matéria. O CFESS considera que as referências indicadas no PL não correspondem a atual realidade da profissão, posto que esse PL foi apresentado em 1996 pela então deputada Jandira Fegali e naquele momento não obteve êxito. O CFESS está fazendo análise do PL e apresentará elementos/ referências atuais quanto aos espaços de inserção dos profissionais. No entanto, cabe ressaltar também que essa legislação, se aprovada, só teria poder de regular as relações de trabalho no âmbito privado.

PL 3150/2008. Dispõe sobre pagamento de adicional de periculosidade e insalubridade para assistentes sociais. Autora: Deputada Alice Portugal (PCdoB). Relatora na CTASP: Deputada Gorete Pereira (PR/CE). No prazo regimental foram apresentadas 3 emendas, das quais a relatora acatou uma delas que se referia à exclusão do adicional de periculosidade. Apresentou um texto substitutivo no qual manteve o adicional de insalubridade, no entanto, entendeu que tal matéria deveria ser incluída no texto da nossa lei de regulamentação profissional com a inclusão de um novo artigo. Ressaltamos para a relatora nossa preocupação com alterações da lei de regulamentação e seus limites, já que, como o PL citado acima, foi também apresentado na mesma época e pela mesma deputada, não logrando êxito na sua tramitação. CFESS está solicitando reunião com a relatora na perspectiva de manter a manutenção do Parecer favorável, porém sem alteração da lei 8662/93, da forma como foi proposto no PL.

Proposta de Emenda Constitucional 13/2007: dispõe sobre a inserção do assistente social na política educacional. Realizada reunião com o deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), autor da proposta, para posicionamento favorável à matéria e discussão de estratégias de mobilização para sua aprovação.

e. Avaliação do processo de implantação da Resolução CFESS nº 493/06 (dispõe sobre condições técnicas e éticas do exercício profissional)

Atividade em andamento, sendo realizada discussão preliminar na COFI e elaboração de minuta de instrumento de avaliação.

f. Estudo de matérias que demandam posicionamento do Conjunto CFESS/ CRESS

• Depoimento Sem Dano

Aprofundamento do estudo sobre as implicações éticas e técnicas acerca da participação do assistente social no DSD; contribuição ao debate no âmbito do CFESS e do Conjunto, objetivando a construção de posição política coletiva acerca do papel do assistente social nessa prática. Nesse sentido, o CFESS, já em posse do parecer de Eunice Terezinha Fávero, com posição contrária à Metodologia Depoimento sem Dano e à participação do assistente social nessa modalidade de atendimento, solicitou outro parecer, no ano de 2008, à Maria Palma Wolff, com posição favorável à Metodologia, visando subsidiar e estimular o debate com os assistentes sociais, por meio dos CRESS, assim como, fundamentar decisão do Conjunto no Encontro Nacional CFESS/ CRESS. Esse debate foi intensificado por meio das seguintes ações:

- ✓ Seminário Nacional, realizado em junho de 2008 em Brasília, sendo constituída uma mesa de discussão com o CFESS, Conselho Federal de Psicologia (CFP), assistente social de Porto Alegre (RS), que atua com a modalidade de DSD, assistente social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e com o autor da metodologia, Juiz Daltoé César, do Tribunal de Justiça do RS;
- ✓ Documento preliminar elaborado pelas Comissões de Ética/ DH e COFI com o posicionamento do CFESS acerca da atribuição do assistente social na metodologia DSD, bem como considerações sobre a metodologia.
- ✓ Participação de conselheiros do CFESS, em mesas de debates, sobre a temática, promovidas por alguns Regionais, a fim de subsidiar as reflexões da categoria nos estados.

Com base nestas ações, o Conjunto CFESS/ CRESS, no 37º Encontro Nacional CFESS/ CRESS realizado em Brasília, deliberou que:

- ✓ A intervenção do assistente social na inquirição da metodologia do Depoimento Sem Dano, não é atribuição e competência do profissional de Serviço Social.
- ✓ No aspecto da proteção integral à criança e ao adolescente, o conjunto apontou a necessidade de mobilização para uma construção coletiva de substitutivo ao PLC 35/07 e aprofundamento do debate sobre a metodologia junto a outros segmentos da sociedade, tais como FNDCA, CONANDA, CFP.

Destacam-se, ainda, alguns desdobramentos das deliberações do Encontro Nacional, em relação à matéria:

- ✓ Elaboração de Parecer Jurídico da Dra. Sylvia Terra sobre as implicações da atuação do profissional de Serviço Social nesta prática, visando fundamentar Resolução acerca da intervenção do assistente social no judiciário;
- ✓ Solicitação de Manifestação jurídica da dra. Sylvia Terra acerca do PLC 35/07;
- ✓ Elaboração do documento final e acompanhamento do PL n. 7.524/06 (agora PLC 035/07), de autoria da deputada Maria do Rosário (PT - RS);

g. Orientações sobre exercício profissional

Observando-se as demandas por orientação, originadas em 2008, comparativamente às de 2007, quando ocorreram consultas a respeito de: *competências do assistente social, indicação judicial para elaboração de estudo e parecer social; precarização das condições de trabalho, necessidade de estabelecer piso salarial, atuação do assistente social nas políticas sociais*, dentre outras, constata-se em 2008 recorrência da maioria dessas consultas, acrescidas de novas demandas, com predomínio de questões acerca de: *acumulação de cargos na saúde e na assistência, uso da tabela referencial de honorários do serviço social para cálculo de salário, risco de redução salarial se aprovado o PL 1890, hoje PLC 152/08 (30 horas); supervisão de estágio de estudantes do ensino à distância, queixas de estudantes do ensino à distância, dificuldades/ atraso na concretização dos pedidos de transferência entre CRESS, equívocos na denominação da profissão em editais de concursos, preocupação com personagens que representam assistentes sociais em novelas*, dentre outras demandas.

Diante do aumento de correspondências (emails) enviados diretamente pelos assistentes sociais aos CRESS, o Conselho Pleno deliberou pelo repasse/envio imediato das consultas dos assistentes sociais aos CRESS de sua jurisdição.

II.3. Atividades Realizadas pelos Grupos de Trabalho

A COFI acompanha e participa de alguns GTs constituídos para discutir e elaborar referências e parâmetros para intervenção dos assistentes sociais nos diversos campos de atuação, como a saúde, sócio-jurídico, educação, previdência, além de outras questões relativas ao exercício profissional, a exemplo do GT de Regulamentação da Supervisão de Estágio. Assim, alguns GTs serão abordados nesse item (Saúde e Educação) e outros nas demais comissões (o GT Supervisão de Estágio será abordado no eixo referente à Formação).

1. GT Serviço Social na Saúde

O Grupo de Trabalho foi recomposto em 2008, devido à mudança nas gestões do Conjunto CFESS/CRESS. O GT se reuniu 02 vezes em 2008 e foi contratada a assessoria da prof^a Maria Inês Bravo, com vistas a elaborar o documento abordando os seguintes itens:

- ✓ Competências e atribuições do assistente social na saúde;
- ✓ Residência multiprofissional e em Serviço Social;
- ✓ Representações do Conjunto nos fóruns e conselhos na área da saúde.

O resultado dos estudos e a proposta a ser apresentado pelo GT estão em fase final de elaboração, E será apresentado aos CRESS em abril, para contribuições, discussão, com vistas à sua apresentação no Seminário Nacional de Serviço Social e Saúde, a ser realizado em 2009.

2. GT Serviço Social na Educação

O GT foi recomposto em março de 2008, tendo em vista a nova composição do conjunto CFESS/ CRESS para a gestão 2008/2011. A constituição deste GT cumpre a deliberação do Encontro nacional CFESS/ CRESS – 2007, referente ao eixo temático da Seguridade Social, cuja proposta era: *“efetivar o trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando seus resultados no Encontro Nacional CFESS /CRESS- 2008”*. Dando início aos trabalhos deste GT, foi solicitado a todos os CRESS, por meio de ofício CFESS nº 07/2008 em 31 de maio, informações sobre os projetos de lei (PLs) existentes no âmbito de seu estado sobre o Serviço Social na Educação com o objetivo de obter um panorama brasileiro sobre esta questão. Apenas, 15 CRESS responderam ao ofício. O GT se reuniu em Brasília em setembro, momento em que seus componentes analisaram as respostas recebidas, o

conteúdo dos PLs enviados e construíram um quadro informativo sobre as legislações estaduais e municipais, experiências profissionais e efetividade das leis sobre o Serviço Social na política de Educação no país. Também realizou uma análise crítica da concepção da profissão nestes projetos uma vez que em sua grande maioria, seja pela natureza do objeto ou suas justificativas, confunde a profissão do Serviço Social com a política da Assistência Social. Dessa reunião resultaram as seguintes propostas que estão em processo de realização:

- Deflagrar um processo de construção dos parâmetros do Serviço Social na política de Educação por meio de debates e seminários nos estados, considerando alguns eixos que abarquem as seguintes concepções: Educação; Serviço Social na divisão sócio técnica do trabalho: Serviço Social, Políticas Públicas e intersetorialidade: interdisciplinaridade no interior das escolas; sistema de garantia de direitos e proteção social;
- Incentivar e/ou subsidiar o acompanhamento dos CRESS, em seus Estados, dos Projetos de Lei em tramitação, para a avaliação de seus conteúdos e interferência nas incorreções conceituais sobre a profissão e, na ampliação da concepção do Serviço Social Escolar para Serviço Social na Educação.
- Identificar experiências de assistentes sociais que atuam na área e na perspectiva do projeto ético-político;
- Identificar a produção teórica no Serviço Social, na área, para socialização com as comissões e GTs de Educação, do conjunto CFESS-CRESS, com vistas e subsidiar as discussões, e a construção de parâmetros;
- Construir articulações com outros profissionais e entidades de defesa da Educação (CNTE; Movimento Nacional de Defesa da Educação Pública; Sindicatos de base estaduais e municipais; Conselhos de representação profissional);
- Construir articulações com os conselhos de políticas e de direitos em âmbito nacional, estadual e municipal;
- Articular audiências públicas nos estados e municípios onde exista a tramitação de PLs, na direção do projeto ético político, para colaborar para a sua aprovação e implementação;

- Articular com os candidatos a cargos eletivos para consideração em seus programas da importância da presença do Serviço Social na política de Educação;
- Incentivar e promover a capacitação de assistentes sociais em parcerias com as Unidades de Ensino de Serviço Social, voltada para atuação na política da Educação; Envolver a ABEPSS e ENESSO no processo de discussão e formulação dos parâmetros do Serviço Social na Educação e, em outras articulações necessárias;
- Sugerir às Unidades de Ensino, por meio da ABEPSS, cursos de atualização e formação de profissionais e estudantes com enfoque na área de Educação.

O GT realizou a segunda reunião em novembro para elaborar o planejamento para 2009, de modo a contemplar as deliberações aprovadas no Encontro CFESS/ CRESS-2008. As sistematizações dessas ações foram enviadas aos CRESS em janeiro de 2009. Ainda em novembro, os membros do CFESS do GT da Educação, a assessoria de comunicação e a assessora especial do CFESS, bem como, uma representante do CRESS de Mato Grosso, reuniram-se em Brasília com o Deputado Valtenir Luiz Pereira (PSB/ MT) autor do Projeto de Emenda Constitucional - PEC 13/07, que trata da inserção de assistentes sociais na equipe de avaliação de alunos, no ensino médio e fundamental. O resultado desta reunião encontra-se no site da CFESS. Para 2009 o GT elaborou a proposta de trabalho apontada abaixo:

Quadro 1 - Cronograma de Trabalho do GT Serviço Social na Educação		
Ação	Responsável	Prazo
Realização de um seminário estadual e ou debates que tenham como resultado a produção de um documento estadual para deflagrar o processo de construção nacional dos parâmetros do Serviço Social na política de educação.	CRESS	Julho de 2009
Sistematização das produções estaduais e elaboração de um documento nacional dos parâmetros.	GT	Encontro Nacional 2009
Construção de um CFESS Manifesta sobre Serviço Social na Educação.	GT	Março de 2009
Acompanhamento dos PLs estaduais e municipais.	CRESS	Permanente
Acompanhamento da PEC e PLs nacionais	CFESS/CRESS	Permanente
Identificar produções teóricas e experiências, no âmbito dos estados e municípios, do Serviço Social na	CRESS	Julho de 2009

política de Educação.		
Levantamento das produções apresentadas a partir do ano de 2000 nos CBAS, ENPESS e Revista Serviço Social e Sociedade, sobre experiências de profissionais de Serviço Social na política de Educação.	GT	Julho de 2009
Articular os Conselhos Regionais de Psicologia, tendo em vista o acompanhamento da PEC e projetos de leis estaduais, municipais e federais.	CRESS	Imediato
Articular o Conselho Federal de Psicologia tendo em vista o acompanhamento da PEC e projetos de leis federais.	CFESS	Imediato
Construir articulação com os conselhos de política e de direitos de âmbito nacional, estadual e municipal.	CFESS/ CRESS	Permanente
Incentivar e promover a capacitação de assistentes sociais em parceria com as Unidades de Ensino voltada à política de educação.	CRESS	Permanente
Envolver a ABEPSS e ENESSO no processo de discussão e formulação dos parâmetros do Serviço Social na educação.	GT/ CFESS	Julho de 2009
Criar intercâmbio com os projetos de extensão das universidades na área do Serviço Social na educação.	GT	Permanente

II.4. Representação do CFESS em Eventos Regionais

O quadro abaixo registra a participação de conselheiros/as em atividades organizadas pelos CRESS envolvendo temas relativos COFI:

Quadro 2 - Participação em Eventos com Temáticas da COFI			
Evento	Promoção	Data	Representante do CFESS
Debate sobre Metodologia Depoimento sem Dano: avanço ou retrocesso?	CRESS 1ª/PA	29/08	Conselheira Neile d'Oran
Encontro Preparatório para o Descentralizado dos CRESS da Região Norte Tema: Metodologia Depoimento sem Dano: uma questão polêmica no exercício profissional do Assistente Social.	CRESS 15ª. / AM/RR	20/06	Conselheira Neile d'Oran

contro Descentralizado dos CRESS Região Norte Tema: Metodologia Depoimento sem Dano: uma questão polêmica no exercício profissional do Assistente Social.	CRESS 15ª/ AM/RR	05/07	Conselheira Neile d'Oran
Semana do Serviço Social da IES ESBAM – Escola Batista do Amazonas Fala de Abertura: Formação acadêmica e trabalho com qualidade.	Curso de Serviço Social da ESBAM.	15/05	Conselheira Neile d'Oran
IV Semana de Serviço Social da IES - FAMETRO - Faculdade Metropolitana de Manaus. Fala de abertura: Formação acadêmica e trabalho com qualidade.	Curso de Serviço Social da FAMETRO	15/06	Conselheira Neile d'Oran Estudantes e docentes

II.5. Avaliação

A fiscalização do exercício profissional constitui ação precípua, prevista na Política Nacional de Fiscalização do Conjunto CFESS/CRESS, que deve articular as dimensões afirmativas de princípios e compromissos conquistados; político-pedagógica e normativo-disciplinadora. A COFI exerce um papel central nessa articulação, na defesa do projeto ético-político profissional, na luta pela garantia e ampliação dos direitos sociais e na resistência contra o avanço destrutivo dos valores capitalistas, que subtraem o direito à formação e ao trabalho de qualidade. Assim, a centralidade da fiscalização deve estar amparada no esforço coletivo contínuo para manter, reforçar ou renovar o compromisso público da profissão com a qualidade do atendimento a população, sobretudo diante da atual conjuntura. Por outro lado, os constantes desafios enfrentados pelos assistentes sociais brasileiros, em seus processos de intervenção, implicam em maior fluxo e na celeridade das demandas, exigindo o desenvolvimento de novas estratégias que ofereçam maior dinamicidade e maior grau de resolutividade às demandas apresentadas, priorizando a orientação em tempo hábil aos CRESS e contribuindo para maior aproximação entre estes e a categoria profissional sob sua jurisdição.

III-COMISSÃO DE ÉTICA E DIREITOS HUMANOS

Coordenação: Conselheira Silvana Mara Morais dos Santos

O ano de 2008 marcou os 15 anos do Código de Ética do assistente social homologado em 13 de junho de 1993. Este é um marco relevante na história do Serviço Social brasileiro, pois possibilitou o aprofundamento da concepção de ética elaborada em fins da década de 1980 e expressa no Código de Ética de 1986. A partir de 1993 o debate da ética ganha densidade teórico-política e se distancia de qualquer aproximação com concepções eticistas, politicistas e economicistas. Atento e partícipe do movimento de renovação do Serviço Social, caracterizado como uma verdadeira “virada” dos seus fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos, o CFESS no ano de 2008, por meio da Comissão de Ética e Direitos Humanos (CEDH), reafirmou e fortaleceu em sua ação programática o debate e atividades estratégicas em torno da valorização da ética e da defesa dos direitos, entendendo que a ética constitui uma mediação necessária e relevante entre projeto profissional e projeto societário emancipatório. Cada atividade desenvolvida evidencia nosso compromisso com a defesa do projeto ético-político-profissional e com o reconhecimento da necessidade de desmistificar e criticar os processos destrutivos impostos à maioria da população em sua vida cotidiana. A brutal realidade da violência preenche diariamente os espaços na mídia. A busca irrestrita de acumulação de capital submete à intensa exploração, crianças, adolescentes, mulheres e homens de todas as idades, que são atingidos, também, por formas opressivas expressas na reprodução do sexismo, do machismo, da negação da liberdade de orientação e expressão sexual e da identidade de gênero. Em tempos difíceis assim seguimos “sem nada a temer, se não o correr da luta” contra todos os processos de degradação da vida humana.

III.1. Atividades programadas

O Plano de Ação da CEDH desenvolveu suas ações com recursos previstos na ordem de R\$ 91.000,00. As ações programadas foram:

- a. Projeto Ética em Movimento
- b. Realizar a VII Turma do Curso de Capacitação para Formação de Agentes Multiplicadores do Projeto Ética em Movimento

- c. Elaborar estratégias para capacitação do IV Módulo aos agentes multiplicadores que já participaram do Curso Ética em Movimento
- d. Aperfeiçoar as Resoluções 428 (Código Processual de Ética) e 443 (Desagravo Público)
- e. Aprofundar debate sobre as seguintes temáticas aprovadas no 36º Encontro Nacional CFESS-CRESS:
 - ✓ Metodologia Depoimento Sem Danos
 - ✓ Igualdade Racial
 - ✓ Dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional
 - ✓ Agenda feminista com ênfase na discussão sobre o Aborto
- f. Dar continuidade à elaboração do Código Processual de Ética Comentado
- g. Dar continuidade à elaboração de Compêndio sobre jurisprudência de recursos éticos
- h. Elaborar a Edição comentada do Código de Ética
- i. Confeccionar material de divulgação destacando o posicionamento do Conjunto na defesa dos DH contemplando material áudio-visual
- j. Manter articulação com os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos priorizando a realização e participação em atividades, considerando o calendário de lutas em defesa dos DH e em particular o dia 10 de dezembro
- k. Aprofundar o debate do Conselho da Comunidade e fazer gestão junto ao legislativo para propor alteração do texto legal referente às finalidades, composição e papel do Conselho da Comunidade, previstos nos artigos 80 e 81 da Lei de Execução Penal, na direção de um Conselho de Controle Social, integrado por diversas organizações da sociedade, em defesa dos direitos de sentenciados e familiares, desatrelado do aparato estatal, na construção da transparência da gestão prisional.
- l. Promover capacitação para os profissionais que representam o conjunto nos conselhos de Políticas Públicas e de Direitos na ótica da universalização dos DH;
- m. Confeccionar cartaz sobre ética profissional como instrumento de apoio ao trabalho político pedagógico dos CRESS;
- n. Promover Campanha Nacional sobre o tema: Direitos Humanos Trabalho e Riqueza no Brasil, durante a gestão 2008-2011.

III.2. Atividades Realizadas pela Comissão

a. Projeto Ética em Movimento

O desenvolvimento do Projeto Ética em Movimento é uma atividade permanente da CEDH. Em 2008, as seguintes atividades relativas ao projeto foram desenvolvidas:

- Capacitação da VII Turma do Curso para Formação de Agentes Multiplicadores do Projeto Ética em Movimento, em novembro, em Brasília, com participação de 27 assistentes sociais e todos os CRESS
- Representação do CFESS em todo o evento pelas conselheiras: Maria Elisa Braga, Marylucia Mesquita e Silvana Mara. Conselheira Rosa Stein participou da mesa de abertura e conselheira Ivanete Boschetti participou de uma sessão de saudação política e informes do CFESS para os/as participantes
- Atividades realizadas pela CEDH durante o curso:
 - ✓ Reunião entre representantes da CEDH-CFESS e as professoras Lucia Barroco, Cristina Brites, Marlise Vinagre e com a assessora jurídica do CFESS, Sylvia Terra, com o objetivo de avaliar o módulo sob a responsabilidade de cada uma e apreender críticas e sugestões para o aprimoramento do curso em 2009
 - ✓ Reunião com a turma 2008 com o objetivo de proceder avaliação geral do curso e elaborar de modo compartilhado o cronograma do processo de multiplicação que ficou acordado da seguinte maneira:
 - Até 20/02/09 - envio do projeto de multiplicação do curso para análise da CEDH-CFESS
 - Até 25/03/09 - devolução aos CRESS/ Seccionais do parecer da CEDH-CFESS
 - Até julho/09 - período para realização da multiplicação do curso
 - Até 30 dias depois da realização da multiplicação - envio do relatório da multiplicação para o CFESS
 - Até setembro/09 - envio para os CRESS do certificado final do curso pelo CFESS
- Elaboração de estratégias para capacitação do IV Módulo aos agentes multiplicadores que já participaram do Curso Ética em Movimento: considerando o acesso aos multiplicadores dos cursos anteriores, os Conselhos Regionais ficaram com a responsabilidade de efetivar esta ação com apoio do CFESS

- Providências em relação a VI Turma do Curso de Capacitação para Formação de Agentes Multiplicadores do Projeto Ética em Movimento (2007):
 - ✓ Atualização do Plano de Controle da Multiplicação do Curso Ética em Movimento da turma 2007 e elaboração de respostas e pareceres referentes aos projetos e envio aos CRESS
 - ✓ Elaboração do certificado para os agentes multiplicadores
 - Preparação para realização da VIII Turma do Curso de Capacitação para Formação de Agentes Multiplicadores do Projeto Ética em Movimento (2009), que será realizado no período de 03 a 10/10/2009 em Fortaleza
- b. Aperfeiçoamento das Resoluções CFESS 428 (Código Processual de Ética) e 443 (Desagravo Público).**
- A assessora jurídica do CFESS, Sylvia Terra, trabalha no aperfeiçoamento das Resoluções CFESS 428 (Código Processual de Ética) e 443 (Desagravo Público) para discussão no mês de agosto 2009 no Pleno do CFESS e aprovação em setembro no Encontro Nacional CFESS/ CRESS 2009
- c. Temáticas aprovadas no 36º Encontro Nacional CFESS-CRESS - 2007 para debate e maior incidência na agenda ético-política do Conjunto:**
- Metodologia Depoimento Sem Danos
(Ver relato na COFI)
 - Igualdade Racial
 - ✓ Socialização das atividades desenvolvidas na gestão CFESS (2005-2008)
 - ✓ Em interface com a comissão de comunicação, foi elaborado posicionamento no site do CFESS no dia 20 de novembro, dia da consciência negra
 - Dilemas éticos e bioéticos que se manifestam no cotidiano profissional: tema será debatido no Seminário de Saúde a realizar-se em junho de 2009.
 - Agenda feminista com ênfase na discussão sobre o Aborto
 - ✓ Realizada articulação com a entidade “Católicas pelo direito de decidir” que atua na defesa dos direitos humanos e em particular na defesa dos direitos sexuais e reprodutivos para aquisição de material didático sobre o aborto: DVD - “Aborto: um

tema em Debate” e “Aborto Legal: implicações éticas e religiosas” e livros. Esse material foi entregue aos conselheiros para subsidiar debate sobre a questão no âmbito do CFESS

- ✓ Aprofundado debate na CEDH sobre a situação das mulheres que foram criminalizadas por realizarem aborto no Mato Grosso do Sul
- ✓ Em interface com a comissão de comunicação, foi elaborado e divulgado no site do CFESS um CFESS Manifesta por ocasião do dia 25/11 - Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher
- ✓ A CEDH deu início à preparação de debate sobre a temática do Aborto, que será realizado na reunião do Conselho Pleno do CFESS de março de 2009

d. Elaboração do Código Processual de Ética Comentado

- Realizados contatos e cronograma de trabalho. A conclusão da elaboração do Código Processual de Ética Comentado está prevista para 2010.

e. Elaboração de Compêndio sobre Jurisprudência de Recursos Éticos.

- O compêndio encontra-se em fase de elaboração com publicação prevista para 2010
- Responsáveis: conselheiras Marylucia Mesquita, Maria Elisa Braga, Silvana Mara e assessora jurídica Sylvia Terra

f. Elaboração da Edição Comentada do Código de Ética

- Responsáveis: assessora jurídica Sylvia Terra e profa. Lucia Barroco
- Conclusão prevista para o Encontro Nacional CFESS-CRESS-2009

g. Confeção de material de divulgação destacando o posicionamento do Conjunto na defesa dos DH, contemplando material áudio-visual.

- Foi concluída a elaboração do CD da Campanha pela Liberdade de Orientação e Expressão Sexual iniciado na Gestão CFESS (2005-2008) que se constitui um instrumento em defesa dos direitos humanos e enviado para todos os CRESS e Seccionais e entidades parceiras. O desafio na atual Gestão CFESS (2008-2011) é produzir material que trate da defesa dos direitos humanos em sua totalidade

h. Articulação com os movimentos sociais em defesa dos direitos humanos priorizando a realização e participação em atividades, considerando o calendário de lutas em defesa dos DH e em particular o dia 10 de dezembro.

- Participação do CFESS em todos os eventos (palestras, reuniões e espaços de representação e controle democrático como os conselhos de direitos e as Conferências Nacionais) com explícito compromisso com a defesa dos direitos humanos
- Articulação com entidades feministas para fortalecer a defesa da agenda feminista no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS
- Articulação com entidades e movimentos com atuação na defesa da liberdade de orientação e expressão sexual para fortalecer esta luta no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS
- Participação no I Congresso da CONLUTAS
- Em interface com a comissão de comunicação, a CEDH participou na elaboração de posicionamento político no site do CFESS nas seguintes datas:
 - ✓ Em 13/03 – comemoração aos 15 anos do Código de Ética do Assistente Social
 - ✓ Em 28/06 e 29/08 – defesa da liberdade de orientação e expressão sexual
 - ✓ Em 20/11 – Dia da Consciência Negra
 - ✓ Em 25/11 – Dia Internacional da Não Violência Contra a Mulher. O CFESS apoiou a campanha mundial dos 16 dias de combate à violência contra a mulher e incentivou os CRESS/Seccionais e assistentes sociais a participarem dessa luta em seus estados
 - ✓ Em 25/11 – apoio à jornada nacional de luta pela reforma urbana e pelo direito à cidade
 - ✓ Em 10/12 – 60 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos
 - ✓ Em dezembro/08 – Nota de apoio às vítimas das chuvas em Santa Catarina com destaque para: o trabalho de articulação desenvolvido pelo CRESS-SC
 - ✓ Em dezembro/08 – apoio às atividades do Tribunal Popular que entre os dias 4 a 6 de dezembro em São Paulo julgou casos de violência institucional, colocando o Estado Brasileiro no Banco dos Réus, acusado pela chacina do complexo do alemão no Rio de Janeiro em 2007; pelas execuções da juventude negra e pobre do sistema prisional no estado da Bahia; pela execução de 400 pessoas em 2006 em São Paulo e pela criminalização dos movimentos sociais. Após o julgamento o

Estado brasileiro foi condenado por: tortura; execução sumária; tratamento desumano com presos e com crianças e adolescentes; insuficiência no gasto social; criminalização da pobreza e falta de idoneidade moral para conduzir o povo brasileiro.

i. Aprofundamento de Debate sobre Conselho da Comunidade

- Trata-se de uma demanda do Conjunto CFESS/CRESS em andamento já há algum tempo, e a partir dos seguintes subsídios: Lei 10.792 - (de 01.12.2003 que altera a lei 7.210), Parecer Jurídico no. 08/00 (que trata da participação do assistente social no Conselho de Comunidade), Manifestação Jurídica no. 50/06 (sobre o aprofundamento da discussão sobre o Conselho de Comunidade). Foram solicitadas informações aos CRESS em agosto de 2007, sendo que 11 CRESS responderam positivamente com relação à solicitação pelos Juízes de Execução Penal de indicação de assistentes sociais para compor o Conselho de Comunidade e 02 CRESS responderam que não tiveram solicitações. Por outro lado, todos os CRESS e Seccionais que se posicionaram, mesmo quando afirmaram não haver demanda, apontaram a importância do debate e a urgência de revisão da Lei, no que concerne a formação do Conselho de Comunidade e atividades atribuídas aos profissionais. Os CRESS responderam também que têm construído estratégias diferentes nas suas respostas às demandas para participar do Conselho de Comunidade, seja no sentido de problematizar junto ao Juiz de Execução Penal a indicação de assistente social para atuar no Conselho, seja no sentido de construir pedagógica e politicamente a relação profissional neste espaço. São informações que apontam a necessidade de aprofundar o debate no Conjunto CFESS/CRESS e junto à categoria profissional com vistas a um posicionamento político profissional com relação à Lei e ao desenho de propostas de alteração dos art. 80 e 81, na direção de um Conselho de Controle Social autônomo, integrado por diversas organizações da sociedade, em defesa dos direitos de sentenciados e familiares, dedicado à luta pela transparência da gestão prisional. Para dar continuidade ao trabalho do GT, o CFESS está realizando atualização do levantamento acerca de PLs de alteração da Lei de Execuções Penais. Uma das estratégias apontadas pelo GT foi incluir esta agenda política à programação do Seminário Nacional Sócio Jurídico.

j. Capacitação para os profissionais que representam o conjunto nos conselhos de Políticas Públicas e de Direitos na ótica da universalização dos DH.

- Para cumprir tal deliberação, o CFESS organizou o Seminário Nacional “O Controle Social e a consolidação do Estado Democrático de Direito” em 24/09 em Brasília-DF (ver relato detalhado na Seguridade Social)
- O DVD com a filmagem do Seminário foi enviado aos CRESS e estes assumiram o compromisso de reproduzir os debates localmente

k. Confecção de cartaz sobre ética profissional como instrumento de apoio ao trabalho político pedagógico dos CRESS.

- Em interface com a Comissão de Comunicação foi produzido cartaz em comemoração aos 15 anos do Código de Ética do(a) Assistente Social

l. Campanha Nacional sobre o tema: Direitos Humanos Trabalho e Riqueza no Brasil.

- Esta atividade será realizada ao longo da gestão, com diversas ações interligadas. Em 2008 algumas ações já foram iniciadas, como:
 - ✓ Realização de palestras sobre o tema em eventos como a Conferência Mundial de Serviço Social, Encontro Nacional CFESS-CRESS e Fórum Social Mundial (em janeiro 2009)
 - ✓ O tema do Encontro Nacional CFESS-CRESS realizado em Brasília no período de 25 a 28/09 expressou o tema da campanha: “Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: o conjunto CFESS-CRESS na defesa do projeto ético-político-profissional”
 - ✓ A agenda Assistente Social 2009 aborda o tema: Trabalho e Riqueza no Brasil: 30 anos de luta contra a desigualdade
- Foi constituído GT no âmbito do CFESS para elaborar um projeto para intensificar a campanha em 2009

m. Outras atividades relevantes

- Realização de 07 Julgamentos de Recursos Éticos
- Em interface com a comissão de comunicação foram elaborados 04 CFESS Manifesta: 05/06 - I Conferência Nacional LGBT; 07/08 - 02 anos da Lei Maria da Penha; 25/11 - “Por mim, por nós, pelas outras” - Dia internacional da Não Violência Contra a

Mulher; 15/12 - “Direitos Humanos: para refletir e lutar todos os dias” - XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos

- Apoio e acompanhamento do PLC 122/06 que criminaliza a homofobia. O texto proposto altera a Lei 7716/89, que define crimes resultantes de preconceito de raça e cor, incluindo aqueles motivados por questões de gênero, sexo, orientação sexual e identidade de gênero
- Apoio e divulgação para os CRESS/Seccionais e assistentes sociais da campanha “Não Homofobia” (com abaixo-assinado eletrônico) promovida pelo Grupo Arco-íris de cidadania LGBT-RJ favorável à aprovação do PLC 122/06
- Respostas a entrevistas para contribuir com pesquisa acadêmica em nível de pós-graduação sobre a campanha realizada pelo CFESS sobre a liberdade de orientação e expressão sexual
- Respostas às questões enviadas ao CFESS por assistentes sociais relacionadas com a questão da ética e dos direitos humanos
- Em interface com a Comissão de Seguridade Social, apoio e luta pela realização de concurso público como garantia do acesso ao trabalho.
- Em interface com a Comissão de Seguridade Social, apoio à luta por mais moradia popular e a plataforma de reivindicações da Jornada Nacional de Lutas pela Reforma Urbana
- Subsidio para elaboração pela Assessoria Jurídica do CFESS da Manifestação Jurídica nº 05/09 sobre os crimes de tortura e violação dos DH no Brasil

n. Participação em Eventos

- I Conferência Nacional LGBT, em junho, em Brasília -DF: participaram como observadoras pelo CFESS as conselheiras Marylucia Mesquita, Silvana Mara e Ivanete Boschetti e as assistentes sociais de base: Elaine Rossetti Behring (CRESS/RJ), Luana Mara Gomes, Ludmila Wiezmann Suaid Levyski e Mariana de Souza (CRESS/DF)
- XI Conferência Nacional dos Direitos Humanos, em dezembro, em Brasília. A conselheira Marylucia representou o CFESS. Também participaram o assessor de comunicação e a assessora especial

o. Realização de Palestras com Temas Relativo à CEDH

Quadro 3 - Realização de Palestras com Temas Relacionados à CEDH			
Evento/Tema	Promoção	Data	Represent. CFESS
Seminário Nacional "Precarização da Formação e Implicações no Exercício Profissional. Em debate: Metodologia do Depoimento sem Danos e Exame de Proficiência" Tema: Posições e polêmicas sobre a metodologia do depoimento sem danos	CFESS	12 e 13/06 - Brasília-DF	Erivã Garcia Velasco
Seminário Nacional "Precarização da Formação e Implicações no Exercício Profissional Tema: Plano de lutas contra a precarização da formação e do exercício profissional: em defesa das condições de trabalho do(a) assistente social e da qualidade dos serviços prestados à população usuária" .. Em debate: Metodologia do Depoimento sem Danos e Exame de Proficiência	CFESS	12 e 13/06 - Brasília-DF	Silvana Mara
Conferência Mundial de Serviço Social Tema: O Serviço Social e a luta por trabalho, direitos e democracia no mundo globalizado	CFESS	17/08 - Salvador-BA	Ivanete Boschetti
37º. Encontro Nacional CFESS-CRESS Tema: Direito, Trabalho e Riqueza no Brasil: O Conjunto CFESS-CRESS na defesa do projeto ético-político-profissional	CFESS	25 a 28 de Setembro - Brasília-DF	Ivanete Boschetti
V Seminário Regional de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social Tema: 15 anos do Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social: Romper a incabível prisão/ Voar num limite improvável/ Tocar o inacessível chão	ENESSO/ CALSS/ Representação Estudantil de ABEPSS	20/11 - UECE	Sâmbara Paula Francelino Ribeiro
III Encontro de Capacitação dos Centros de Referência em Direitos Humanos de Prevenção e Combate à Homofobia e dos Núcleos de Pesquisa de Promoção da Cidadania LGBT Tema: Importância da Rede de Atendimento para Cidadania LGBT	SNDH	25/11 - Brasília/DF	Marylucia Mesquita
Oficina de Capacitação para Assistentes Sociais do INSS Tema: Serviço Social e Projeto Ético-Político-Profissional	INSS	Novembro, Brasília	Ivanete Boschetti

Reunião Técnica Nacional de Serviço Social do INSS Tema: O Projeto Ético Político na Contemporaneidade	INSS	09/12, São Paulo	Marinete Moreira
Seminário: Direitos Humanos: afinal eles existem? Tema: Fala de abertura e coordenação da mesa "Direitos Humanos e Direitos Sociais - sobreposição e tensão	UFAM	09/12 - Amazonas-AM	Neile d'Oran
Seminário em Defesa da Livre Orientação e Expressão Sexual Tema: A Consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social na Defesa da Livre orientação e Expressão Sexual		09/09, Belém/PA	Marylúcia Mesquita

III.3. Avaliação

A CEDH desenvolveu suas atividades no ano de 2008 na perspectiva do fortalecimento da agenda programática do Conjunto CFESS-CRESS, trabalhando em interface com as demais comissões do CFESS. O compromisso ético-político possibilitou a crítica aos processos de barbarização da vida humana e de violação dos direitos. Num contexto de aumento da violência contra os direitos humanos, a CEDH reafirmou os princípios e valores contidos no Código de Ética profissional e enfatizou a necessidade da luta cotidiana e da crítica à sociabilidade do capital que promove sua expansão por meio da degradação da vida humana e da criminalização da pobreza, das lutas e dos movimentos sociais. Os principais desafios identificados no processo de avaliação interna no âmbito do CFESS foram:

- ✓ Necessidade de aprofundar a realização de trabalho conjunto com a COFI
- ✓ Construção de estratégias que potencializem a visibilidade da dimensão ética e da defesa dos direitos humanos nos espaços de representação do CFESS (Conselhos de direitos, Fóruns e Comissões)
- ✓ Maior visibilidade para os posicionamentos ético-políticos do CFESS no âmbito da sociedade brasileira
- ✓ Necessidade de aprimorar a articulação política entre o CFESS e outros sujeitos coletivos que atuam nas contradições do sistema do capital e na defesa intransigente de um projeto societário emancipatório.

IV- COMISSÃO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Coordenação: Conselheira Sâmbara Paula Francelino Ribeiro

A Comissão de Formação Profissional atua na perspectiva de promover articulação entre a formação e o exercício profissional, estimulando a criação de mecanismos de capacitação profissional como instrumento de qualificação do assistente social. Também, desenvolve ações no sentido de defender o projeto de Formação Profissional, referenciado nas diretrizes curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço social - ABEPSS e suas implicações para o exercício profissional do assistente social em relação aos compromissos assumidos para a concretização do projeto ético-político do Serviço Social. Dessa forma, busca orientar a análise da formação profissional na relação com exercício profissional mediante articulação do Conjunto CFESS/CRESS com as entidades nacionais e internacionais de Serviço Social. Em 2008 as atividades destinaram-se, principalmente, a: enfrentar o debate acerca do Exame de Proficiência; Contestar o Ensino de Graduação à Distância em defesa da qualidade na Formação Profissional; elaborar a Resolução sobre Supervisão de Estágio; implementar o Curso de Especialização à Distância, bem como elaborar um plano de trabalho por meio do GT de Trabalho e Formação Profissional. Essas atividades foram mediadas pela articulação política do CFESS/CRESS com ABEPSS E ENESSO.

IV.1. Atividades programadas

O Plano de Ação da Comissão de Formação Profissional para 2008 foi elaborado a partir das deliberações do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS e teve como previsão orçamentária de R\$ 103.000,00. Desse modo, tivemos as seguintes ações programadas:

- a. Fortalecer ações políticas contra a precarização do ensino superior para garantir a qualidade dos serviços prestados aos usuários e a preservação de seus direitos, conforme deliberação 1 do Eixo Formação do Relatório 36º Encontro CFESS/CRESS;
- b. Estabelecer agenda com as entidades nacionais (ABEPSS, ENESSO) de debates e lutas em defesa do ensino público, gratuito, laico e de qualidade e contra a banalização, mercantilização, precarização e massificação da formação profissional

por meio de uma campanha nacional em defesa da qualidade da formação profissional, com as estratégias definidas na deliberação 2 do Eixo Formação do Relatório 36º Encontro CFESS/ CRESS;

- c. Realizar reunião com ABEPSS e ENESSO para discutir e encaminhar agenda comum prevista nas deliberações do 36º Encontro CFESS/ CRESS;
- d. Operacionalizar o Curso de Especialização à Distância;
- e. Participar em Eventos da ABEPSS: Oficinas, Seminários e ENPESS;
- f. Participar em Eventos da ENESSO: Seminário Nacional de Formação e Encontro Nacional de Estudantes;
- g. Instituir uma Política Nacional de Capacitação Continuada para os Assistentes Sociais, envolvendo os CRESS e as unidades de ensino locais;
- h. Estimular/manter a articulação dos Fóruns de Supervisores, com vistas ao estreitamento das relações entre o CRESS, ABEPSS, Unidades de Ensino e as instituições campos de estágio, socializando informações entre os CRESS e o CFESS no sentido de garantir visibilidade às ações desenvolvidas;
- i. Aprofundar a temática sobre residências em Serviço Social;
- j. Estabelecer uma interlocução junto ao MEC a respeito do conteúdo do diploma que vem sendo emitido pelas Unidades de Ensino, de forma a conferir ao formando o título de bacharel em Serviço Social, e não de Assistente Social (que implica em registro nos Conselhos Regionais), como vem ocorrendo atualmente.

IV.2. Atividades Realizadas pela Comissão

a. Aprofundamento dos Debates sobre Exame de Proficiência

O Exame de Proficiência aparece no cenário político do debate profissional como uma estratégia apontada para qualificar a formação e enfrentar o Ensino de Graduação a Distância. No entanto, o CFESS, mediante debate e decisão interna na diretoria, assumiu a posição contrária ao exame, compreendendo que essa estratégia na verdade contribui para induzir as instituições a estruturar seus conteúdos como demanda ou pressão direta do mercado de trabalho, visto que a qualificação do exercício profissional não será de modo algum assegurada pela demonstração de conhecimento em uma prova e nem depende exclusivamente do(a) profissional. Assim, entendeu-se que a adoção do exame de

proficiência fortalece a política atual de descaracterização da Universidade como espaço autônomo de construção de conhecimento, de saber crítico e de pesquisa, e estimulando uma formação meramente instrumentalizadora e preparatória para o mercado. O CFESS se posicionou contrário à adoção do exame de proficiência para o Serviço Social, mas assegurou o debate democrático no âmbito da categoria por meio de algumas atividades descritas a seguir:

- Por ocasião do Seminário Nacional de Gestão Administrativo-Financeira e de Capacitação das COFIs, realizado em abril, oportunizou-se o debate sobre essa temática, contribuindo para aprofundamento em torno da questão
- Em cumprimento a deliberação do 36º Encontro Nacional CFESS/ CRESS, o CFESS, solicitou aos CRESS que promovessem o debate em seus respectivos estados sobre Exame de Proficiência, acumulando para uma posterior reflexão nacional. Recebemos a confirmação de todos os CRESS acerca da realização do evento nos estados pautando essa discussão. Alguns CRESS realizaram mais de um evento, descentralizando pelo interior e contemplando Seccionais. O CFESS esteve presente em todos os eventos para os quais fora convidado. A maioria das Regionais realizou o debate na Semana do Assistente Social, já que essa discussão se articula ao tema proposto para aquele momento. No total foram realizados 21 eventos nas capitais onde estão sediados os CRESS e 27 incluindo sede das Seccionais e diferentes municípios dos estados
- Destacamos a seguir os Seminários Estaduais realizados pelos CRESS em que conselheiros do CFESS estiveram presentes:

Quadro 04 - Participação do CFESS em Debates sobre Exame de Proficiência			
Evento	Promoção	Data	Representação CFESS
Oficina Nacional de Graduação e Pós Graduação da ABEPSS Mesa: A questão do Exame de Proficiência em Serviço Social	ABEPSS	26 de março no RJ	Ivanete Boschetti
Seminário Nacional de Capacitação das COFIS Mesa: Potencialização da Política e do Plano Nacional de Fiscalização como Estratégia para Enfrentamento da	CFESS	22 de abril em BsB	Ivanete Boschetti

Precarização da Formação e do Trabalho Profissional: Regulamentação da Supervisão de Estágio e Exame de Proficiência			
Curso Formação Política para o Movimento Estudantil em Serviço Social Tema: Serviço Social e Exame de Proficiência	ENESSO	22 e 23 de maio em Aracaju	Sâmbara Paula
Seminário Regional em Defesa do Projeto Ético Político do Serviço Social: em foco os cursos à distância e o exame de proficiência. Mesa de abertura	CRESS/ 1ª - PA	13 a 15 de maio	Sâmbara Paula
Serviço Social na Luta Sempre: Formação Acadêmica e Trabalho de Qualidade Mesa: “A formação profissional do(a) assistente social em questão: exame de proficiência” Mesa: “As condições de Trabalho da(o) Assistente Social à luz da Política Nacional de Fiscalização”	CRESS /3ª - CE	15, 16 e 17 de maio	Silvana Mara Sâmbara Paula
Estratégias de Enfrentamento da Precarização Profissional: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações.	CRESS / 4ª - PE	13 de maio	Marcelo Sitcovisk
Precarização da Formação e Impactos sobre o Exercício Profissional – estratégias de enfrentamento: o exame de proficiência – possibilidade e implicações	CRESS /5ª - BA	05 de maio	Telma Ferraz
Formação Profissional – Exame de Proficiência	CRESS/ 6ª - MG	12 de maio	Kênia Augusta
Seminário de Formação Mesa: Desafios da educação superior no século XXI; Mesa: Estratégias de enfrentamento a precarização do ensino superior	CRESS/ 7ª - RJ	05 de maio	Ivanete Boschetti
Precarização da Formação Profissional e Impactos sobre o Exercício Profissional – Estratégias de Enfrentamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações	CRESS 8ª/ DF	16 de maio	Ivanete Boschetti
Precarização da Formação Profissional e	9ª Região -	12 de maio	Ivanete

Impactos sobre o Exercício Profissional – Estratégias de Enfrentamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações	SP		Boschetti
Formação Profissional: Contextualização das reformas do ensino superior	CRESS /10ª - RS	15 de maio	Bernadette Medeiros
Seminário Estadual sobre a Formação e Exercício Profissional Mesa: Precarização da Formação e o Exercício Profissional: A Construção de Uma Agenda de Lutas e o Exame de Proficiência em Questão	CRESS /11ª - PR	30 e 31 de maio	Ivanete Boschetti
Precarização da Formação Profissional e Impactos sobre o Exercício Profissional – Estratégias de Enfrentamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações	CRESS /12ª - SC	13 a 15 de maio	Kátia Madeira
Serviço Social na Luta Sempre: Formação Acadêmica e Trabalho de Qualidade Mesa: Formação Profissional e Exame de Proficiência	CRESS /13ª - PB	14 de Maio	Marylúcia Mesquita
Serviço Social na Luta Sempre: Formação acadêmica e Trabalho de Qualidade. Mesa de Abertura Mesa: Estratégia de Exame de Proficiência	CRESS 14ª - RN	12 a 17 de Maio	Silvana Mara
Mesa de abertura Conferência: Educação à Distância, REUNI e PROUNI: universalização do acesso ou precarização da formação profissional? Mesa redonda: Exame de Proficiência no Serviço Social: melhoria da qualidade do ensino ou reforço da exclusão?	CRESS/ 15ª - AM	14 a 16 de maio	Neile d’Oran Ivanete Boschetti Ivanete Boschetti
Precarização da Formação Profissional e Impactos sobre o Exercício Profissional – Estratégias de Enfrentamento: O Exame de Proficiência – Possibilidades e Implicações.	CRESS /17ª - ES	14 de maio	Rodriane Sousa
Serviço Social na Luta Sempre: Formação acadêmica e Trabalho de Qualidade Mesa: O Ensino de Graduação à Distância e o Exame de Proficiência.	CRESS /18ª - SE	20 de maio	Sâmbara Paula

Mesa: Dilemas, Precarização e estratégias de enfrentamento	CRESS /19ª - GO	13 a 15 de maio	Ivanete Boschetti
Seminário da Precarização do Exercício Profissional	CRESS /22ª - PI	15 de maio	Marylucia Mesquita
Seminário sobre Exercício Profissional - Exame de Proficiência	CRESS /25ª - TO	14 e 15 de maio	Ivanete Boschetti

- Para subsidiar os debates acerca do tema foram realizados os seguintes encaminhamentos:
 - ✓ Elaboração de texto pela presidente do CFESS com argumentos teóricos e posicionamento contrário do CFESS e dados sobre posicionamento de outros conselhos profissionais. O texto foi encaminhado aos CRESS juntamente com outro texto de posicionamento favorável ao Exame de Proficiência
 - ✓ Elaboração e publicação de artigo sobre posicionamento do CFESS acerca do Exame de Proficiência no Jornal da ENESSO
 - ✓ Realização de levantamento junto aos CRESS sobre os processos de discussão encaminhados pelos mesmos com a categoria
 - ✓ Realização do Seminário Nacional “Precarização da Formação Acadêmica e Implicações na Formação Profissional” em 12 de junho na cidade de Brasília cumprindo deliberações do 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, que se configurou como mais um espaço de reflexão e aprofundamento em torno das formas de enfrentamento à precarização da formação profissional e privatização da educação onde surge o debate sobre o exame de proficiência
 - ✓ Promoção de debates acerca da temática nos Encontros Descentralizados CFESS/CRESS
- O 36º Encontro Nacional CFESS/CRESS, realizado em Brasília, em setembro de 2008, deliberou pela não adoção do Exame de Proficiência no Serviço social com ampla maioria dos votos dos delegados presentes.

b. Enfrentamento aos Cursos de Graduação à Distância

- O CFESS tem posicionamento contrário ao Ensino de Graduação à Distância em Serviço Social, por s/este e confrontar, radicalmente, com os compromissos e princípios da formação profissional e colidirem com os fundamentos, competências e habilidades estabelecidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS para o curso de Serviço Social
- Foram desenvolvidas atividades no sentido de reafirmar o compromisso de luta na defesa da qualidade da formação e dos serviços prestados pelo assistente social à população, destacando-se as seguintes:
 - ✓ Lançamento de manifesto contrário aos Cursos de Graduação à Distância em Conjunto com ABEPSS e ENESSO, divulgado por mídia eletrônica e nos eventos da Semana do Assistente Social
 - ✓ Elaboração do Plano de Lutas das Entidades - CFESS/ ABEPSS/ ENESSO - Em defesa da Formação e do Exercício Profissional de Qualidade
 - ✓ Participação em debates realizados na Semana do Assistente Social e Seminários Estaduais sobre Formação Profissional (os mesmos eventos/ mesas promovidos em função da discussão acerca do Exame de Proficiência, indicados no quadro acima, debateram a questão do Ensino de Graduação à Distância) .
 - ✓ Resposta aos e-mails de alunos do Curso de Graduação à Distância e Assistentes Sociais sobre o posicionamento do CFESS em relação a essa modalidade de ensino.
 - ✓ Levantamento dos diplomas emitidos pelo MEC para averiguar o título conferido ao formando em Serviço Social. Esse levantamento deve subsidiar interlocução junto ao MEC/Conselhos Estaduais de Educação de modo a exigir que conste o título de Bacharel em Serviço Social no diploma emitido, já que o título de Assistente Social requer inscrição no CRESS

c. Implementação do Curso de Especialização à Distância

- O Curso de Especialização à Distância é um projeto do Conselho Federal de Serviço Social em conjunto a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, como parte do Programa de Capacitação Continuada. De acordo com o Projeto Pedagógico do Curso o foco central é a profissão de Serviço Social no contexto da crise capitalista contemporânea, que se refrata na organização da produção e distribuição de bens e serviços, nas relações de poder entre as classes e destas com o Estado, e na esfera sociocultural. Tem-se, pois como objetivo principal “promover a especialização das(os)

assistentes sociais como forma de qualificar o exercício profissional, visando a sua inserção atualizada no mundo do trabalho e o fortalecimento do projeto ético-político do Serviço Social”. Deu-se andamento ao II Curso de Especialização à Distância – Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais, com as seguintes ações:

- ✓ Recomposição do GT devido à mudanças de gestão no CFESS
- ✓ Reuniões com ABEPSS
- ✓ Reuniões com CEAD
- ✓ Revisão e alterações no Projeto Pedagógico do Curso
- ✓ Contato com os conteudistas para finalizar os textos
- ✓ Contatos e reuniões com a revisora dos textos
- ✓ Elaboração da minuta de contrato a ser firmado com UnB
- ✓ Encaminhamento da documentação necessária para elaboração do contrato
- ✓ Definição de critérios para seleção de alunos
- ✓ Realização de pré-inscrição de alunos
- ✓ Definição de critérios para seleção de tutores
- ✓ Divulgação dos prazos de inscrição para seleção de tutores e alunos
- ✓ Reuniões com a Caixa Econômica Federal e com as administradoras de cartão de crédito, tendo em vista definir a forma de cobrança das inscrições

d. Agenda Política CFESS, ABEPSS e ENESSO

- As atividades desenvolvidas no âmbito da comissão de formação profissional tem como base a articulação política com a ABEPSS e ENESSO, sendo estas entidades de atuação direta no campo da formação, bem como parceiras históricas na luta em defesa da profissão. Essa articulação também se faz necessária, devido à relação intrínseca entre a formação e exercício profissional. Nesse sentido a agenda política com essas entidades se constituiu da seguinte forma:

- ✓ Realização de reunião com ABEPSS/ENESSO em fevereiro
- ✓ Participação de 5 conselheiras na oficina Regional-NE ABEPSS , com realização de palestra pela presidente do CFESS sobre Contra Reforma no Ensino Superior e Precarização da Formação e do Trabalho Profissional
- ✓ Participação de 2 conselheiras na oficinas Regional-Sul II ABEPSS
- ✓ Participação de 1 conselheira na oficinas Regional-Sul I ABEPSS

- ✓ Participação de 8 conselheiras na oficina nacional da ABEPSS no RJ em março, com realização de palestra pela presidente da ABEPSS sobre Precarização da Formação e Exame de Proficiência
- ✓ Elaboração do Plano de Lutas em Defesa da Formação e do Exercício Profissional em conjunto com ABEPSS e ENESSO
- ✓ Participação de 7 conselheiras no XI ENPESS, com defesa de inclusão no estatuto da ABEPSS de artigo aprovando a elaboração da Política Nacional de Estágio
- ✓ Participação da presidente do CFESS no XI ENPESS na mesa de discussão sobre a Resolução da Supervisão de Estágio e na Mesa Redonda sobre Organização Político-acadêmica do Serviço Social na resistência e avanço do projeto ético-político profissional: desafios e estratégias
- ✓ Representações da ABEPSS e da ENESSO também participaram das mesas de abertura de todos os eventos promovidos pelo CFESS em 2008.

IV.3. Atividades realizadas pelos grupos de trabalho

a. GT de Regulamentação da Supervisão de Estágio

- A necessidade de regulamentar a supervisão direta de estágio, no âmbito do Serviço Social surge mediante demandas acerca de irregularidades nos campos do estágio observadas no processo de fiscalização do exercício profissional pelas Cofis/CRESS. Essa regulamentação é de competência exclusiva do CFESS de acordo com o a Lei 8662/93, uma vez que o exercício de tal atividade profissional é privativa dos assistentes sociais, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Serviço Social. Nesse sentido, o GT Supervisão de Estágio destinou-se à elaboração da Resolução da Regulamentação de Estágio, com desenvolvimento das seguintes atividades:
 - ✓ Recomposição do GT, devido às mudanças nas gestões do CFESS e CRESS;
 - ✓ Discussão da minuta de resolução, elaborada na gestão anterior do CFESS e encaminhamentos para discussão aos CRESS, ENESSO e ABEPSS
 - ✓ Sistematização das contribuições dos CRESS e da ABEPSS
 - ✓ Devolução aos CRESS e ABEPSS com a sistematização e sugestões do GT
 - ✓ Elaboração de versão preliminar para ser debatida no Encontro Nacional

- ✓ Apresentação, discussão e aprovação da Resolução no 37 Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro de 2008
- ✓ Publicação da Resolução no DOU e envio aos CRESS, às entidades e unidades de ensino.
- ✓ Participação da presidente do CFESS em mesa de discussão sobre a Resolução da Supervisão do Estágio no XI ENPESS, em dezembro de 2008.
- ✓ Participação em debates sobre a Resolução , conforme quadro abaixo:

Quadro 5 - Participação em Debates sobre a Resolução 533/2008

Evento/Mesa	Promoção	Data	Representante CFESS
Mesa sobre Supervisão de Estágio e Mercado de Trabalho	CRESS /20 ^a - MT	14 de maio	Rosa Stein
I Fórum de Estágio Supervisionado em Serviço Social Tema: Resolução CFESS 533/08.	CRESS 15 ^a / AM/RR	15/12	Neile d'Oran
I Jornada Pedagógica de Serviço Social da IES - Campus Laranjeiras Tema: Resolução CFESS 533/08.	UniNilton Lins/Manaus	15/12	Neile d'Oran
ENPESS Tema: O Estágio na Formação Profissional: a construção de diretrizes para elaboração de uma Política Nacional de Estágio	ABEPSS	dezembro	Ivanete Boschetti
Mesa Redonda Tema: Resolução CFESS 533/08	CRESS 9 ^a ./ SP	Dezembro	Tânia Diniz e assessora jurídica Sylvia Terra
Debate sobre Resolução 533/2008	Hospital Pedro Ernesto	dezembro	Rodriane Souza

b. GT Trabalho e Formação Profissional

O Grupo de Trabalho foi constituído em cumprimento à deliberação do 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS e é composto por 3 conselheiras do CFESS e 5 conselheiras dos CRESS. Em sua primeira reunião no dia 15 de dezembro de 2008 o GT:

- ✓ Definiu suas atribuições:

- Sistematizar atividades já realizadas pelo Conjunto CFESS/ CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social
- Construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior
- Subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade
- ✓ Discutiu a necessidade de assegurar a participação da ABEPSS nos debates do GT. Também a ENESSO será convidada a se envolver no processo
- ✓ Elaborou o Plano de Trabalho a ser implementado em 2009, mediante leitura, mapeamento, sistematização das ações discutidas e aprovadas pelo Conjunto CFESS/CRESS nos Encontros Nacionais de 2007 e 2008. Incorporou ainda, as ações planejadas no âmbito do Plano Nacional de Lutas em Defesa da Formação e do Trabalho Profissional (elaborado em conjunto pelas três entidades nacionais: CFESS, ABEPSS e ENESSO, em abril de 2008)
- ✓ O documento foi enviado aos CRESS, ABEPSS e ENESSO e o GT aguarda contribuições até 27/02, para dar continuidade aos trabalhos.

IV.4. Avaliação

A Comissão de Formação Profissional é de fundamental importância para o enfrentamento dos desafios profissionais nesses tempos de barbarização da vida social, banalização da pobreza e da violência, ataque aos direitos sociais, desestruturação das políticas sociais, e, sobretudo, da mercantilização da educação. Nesse sentido é que essa comissão deve contribuir nas respostas do CFESS às demandas da categoria, no contexto da formação, na sua intrínseca relação com o exercício profissional, se fortalecendo como espaço de reflexão, resistência e organização política.

Em 2008 a comissão de formação no âmbito do CFESS e em articulação com as demais comissões enfrentou grandes desafios que se consubstanciaram principalmente:

- a. Na elaboração de plano de lutas em defesa da formação profissional em conjunto com as entidades da categoria - ABEPSS e ENESSO;
- b. Na aprovação da Resolução que regulamentou a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social, com participação ativa dos CRESS e ABEPSS, que será um importante instrumento de luta contra a precarização da formação e do exercício profissional;

- c. No aprofundamento de debates de tema polêmico acerca do Exame de Proficiência no Serviço Social.

Todos esses momentos foram permeados pela discussão e contestação aos Cursos de Graduação à Distância. No entanto o debate acerca do Exame de Proficiência consumiu muita energia diminuindo o fôlego do processo de radicalização no enfrentamento ao EAD, que deve ser pauta mais intensa em 2009, no sentido de avançar construção de estratégias comprometidas com a defesa da formação profissional e do trabalho com qualidade.

V- COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Coordenação: Conselheira Ivanete Boschetti

A Comissão de Relações Internacionais foi criada, na gestão 2005/2008, desmembrando-se da Comissão de Formação, diante do crescimento das demandas, sobretudo, em decorrência da organização e realização da Conferência Mundial de Serviço Social. As atividades relacionadas à temática se consubstanciam predominantemente pela inserção do CFESS no Comitê Mercosul (Comitê de Trabalhadores Sociais do Mercosul) e na FITS (Federação Internacional de Serviço Social).

V.1. Atividades Programadas

A Comissão de Relações Internacionais elaborou seu Plano de Ação para 2008, dando prioridade à organização da Conferência Mundial, realizada no Brasil, em agosto de 2008. Para tanto, trabalhou com uma previsão orçamentária de R\$ 111.420,21, com vistas a desenvolver as atividades abaixo:

- Acompanhar o processo de divulgação da Conf. Mundial 2008
- Realizar reuniões das Comissões de Organização, Científica e de Mobilização para a Conferência Mundial
- Contratar tradutor temporário
- Manter pagamento da anuidade da FITS
- Realizar reunião do Comitê Mercosul
- Participar ativamente na Conferência Mundial
- Incorporar e intensificar debates no Conjunto CFESS/CRESS e desse com a categoria e outras entidades da sociedade civil, sobre as relações internacionais no âmbito do exercício e da formação profissional
- Divulgar a agenda de eventos na América Latina com a Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais e o Comitê Mercosul e ALAEITS
- Envolver o Conjunto CFESS/CRESS em uma campanha de mobilização e articulação política e apoio financeiro com outros organismos e instituições (preferencialmente parceiros que estejam em consonância com o Projeto Ético-Político), visando a

Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais, a ser realizada em Salvador/BA, no período de 16 a 19 de agosto de 2008

- Produzir material com análise crítica sobre a definição de Serviço Social da FITS convidando pessoas de referência na categoria a produzir textos que a problematizem, tendo em vista a preparação da Conferência Mundial de 2008, assegurando um discurso pedagógico no material a ser produzido, envidando esforços para seu lançamento no 12º CBAS
- Iniciar preparação para publicizar o Fórum Social Mundial e incentivar a participação da categoria no evento, a ser realizado em Belém – Pará em 2009
- Realizar evento do Conjunto CFESS/CRESS com a participação dos movimentos sociais com a pauta Relações Internacionais Conjuntura Brasileira antes do Seminário Nacional sobre Controle Social

V.2. Atividades Realizadas

a. Organização e Realização da 19ª Conferência Mundial de Serviço Social

Até o mês de agosto de 2008, a organização da 19ª Conferência Mundial exigiu dedicação intensa da Comissão, que contou também com participação de outras conselheiras do CFESS e do CRESS/BA. Sua realização foi um sucesso e contou com 2.720 participantes, representantes de 49 países. Desse total, 500 eram estudantes brasileiros. Dentre os brasileiros, recebemos inscrições de profissionais e estudantes de todos os 27 estados. A Conferência recebeu 1.635 trabalhos para apresentação que foram avaliados por pareceristas, sendo aprovados 1.278 para apresentação nas sessões orais e pôsteres nas 17 sessões temáticas. A página do CFESS registra diversas matérias sobre a Conferência. As principais atividades realizadas pela Comissão para sua organização foram:

- Diversas reuniões com Banco do Brasil para abertura de conta em nome da FITS para assegurar o recebimento das inscrições da Conferência Mundial;
- Realização de 08 reuniões em Salvador, com a Empresa Interlink, contratada para organizar a Conferência

- Estruturação acadêmica e administrativa da Conferência: definição de programação, convite aos palestrantes, definição de critérios para seleção de trabalhos, captação de patrocínios, organização de toda infra-estrutura necessária à sua realização
- Após a Conferência, a Comissão atuou na organização dos DVDs com as palestras e iniciou a organização de um livro com as palestras, que será publicado em 2009

b. Organização e Participação na Assembléia da FITS

- Nos dias que antecederam a Conferência Mundial, a Comissão de Relações Internacionais e outros conselheiros organizaram e participaram da Assembléia da FITS. A Assembléia Geral é formada pelos integrantes do Comitê Executivo e por três delegados de cada um dos oitenta países filiados à FITS, além de observadores e sempre acontece durante o período da Conferência Mundial.
- A edição no Brasil foi realizada nos dias 13, 14 e 15 de agosto. Além da revisão na definição de Serviço Social e das eleições dos Membros Vogais, foram aprovados documentos que definem a postura política oficial da FITS em relação a quatro grandes temas: Saúde, Envelhecimento, Reprodução e Combate à Pobreza
- Durante a assembléia o CFESS foi reeleito para integrar a diretoria da FITS no cargo de membro do Conselho Fiscal e sua primeira reunião ocorreu durante a Conferência Mundial.

c. Participação no Comitê Mercosul

- O Brasil assumiu a coordenação do Comitê em Santiago de Chile, no dia 29 de agosto de 2006, e permaneceu até julho de 2008. Nesse período foram realizadas três reuniões, sendo a primeira em Foz do Iguaçu/Brasil, em abril de 2007, a segunda também em Foz do Iguaçu, em outubro de 2007 e a terceira em Montevideo/Uruguai, em julho de 2008.
- Na reunião realizada em 2008 em Montevideo, que contou com a participação das Conselheiras Ivanete e Rosa, o CFESS passou a coordenação para a ADSU/Uruguai;
- Em março de 2008 o CFESS solicitou às entidades que integram o Comitê Mercosul a elaboração de textos analíticos sobre a definição de serviço social, com objetivo de elaborar uma coletânea de textos a ser distribuída durante a Conferência Mundial de 2008. Infelizmente, nenhuma entidade enviou os textos, de modo que a publicação não

pôde ser preparada. Permanece, assim, como ponto de pauta do Comitê Mercosul, o compromisso de debater a definição de serviço social no âmbito da América Latina, e apresentar suas contribuições durante a Conferência Mundial de Hong Kong, em 2010.

- As ações realizadas em 2008 foram:
 - ✓ Elaboração e difusão dos posicionamentos do Comitê Mercosul na América Latina: o CFESS assegurou a participação de representante da coordenadora do Comitê na Conferência Mundial. Como a coordenadora do Comitê não pôde participar, indicaram uma representação, que leu carta do Comitê saudando a Conferência;
 - ✓ Organização da livre circulação de profissionais nos países do Mercosul: Esse é um tema permanente e que precisa ser aprofundado no âmbito do Comitê Mercosul, sobretudo no que tange à definição de regras comuns que assegurem a livre circulação. No Brasil, o CFESS participa do Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde e, nesse Fórum, solicitamos a inclusão do Serviço Social na Matriz Mínima de Registro de Profissionais de Saúde do MERCOSUL. Também enviamos ofício às entidades que integram o Comitê, solicitando gestão dessas junto aos Ministérios de Saúde de seus países, com vista ao reconhecimento do Serviço Social como profissional da saúde;
 - ✓ Diretrizes Curriculares: Esse tema apresenta propostas de encaminhamentos diferentes no âmbito do Comitê Mercosul. A elaboração de parâmetros comuns foi discutida em todas as reuniões, contudo, alguns países consideram que o tema deve ser remetido à ALAEITS, enquanto outros discordam da postura de definir como âmbito exclusivo de las definiciones en torno a la formación profesional, solamente a las unidades académicas y ALAEITS. Desse modo, cabe ao Comitê avançar no debate, e aprovar uma posição, para que possa avançar no debate com a própria ALAEITS.
- Na reunião de julho foram aprovados os seguintes encaminhamentos para o ano 2008/2009:
- Elaboração de um documento resgatando os parâmetros éticos comuns aprovados em 2000 e ampliação, articulando o debate da ética com os direitos humanos;

- Elaboração de documento com contribuições dos países do Mercosul na definição de Serviço Social
- A reunião também aprovou a indicação do Brasil, na pessoa da presidente do CFESS, para assumir o cargo de vogal da FITS na assembléia de agosto 2008.
- O CFESS encaminhou as seguintes sugestões de temas para o Congresso de Trabalhadores Sociais do Mercosul que será realizado no Chile em 2009: 1) Direitos humanos, trabalho e socialização da riqueza na America Latina; 2) Desafios para os Trabalhadores Sociais na Intervenção junto a imigrantes no acesso aos direitos; 3) A nova configuração da Seguridade Social nos países do Mercosul e os desafios para o Trabalho Social

d. Organização da Participação do CFESS no Fórum Social Mundial

- O CFESS, em conjunto com o CRESS/PA, preparou e registrou duas oficinas no FSM que será realizado em janeiro de 2009, em Belém/PA:
 - ✓ Oficina Direitos Humanos, Trabalho e Socialização da Riqueza no Brasil, realizada pelo CFESS e CRESS-PA, com Ivanete Boschetti e Valério Arcary, sob coordenação de Rosiane Souza, presidente do CRESS/PA.
 - ✓ Mesa de discussão organizada em conjunto com as universidades UFPA, UEA, UFAM, além do CRESS-PA e CFESS: Crítica do Progresso Linear e Questão Ecológica em Marx e Engels, com Michael Löwy, Alfredo Wagner e João Pedro Stédile.
- Além das oficinas, O CFESS-CRESS reservou espaço para um estande no Fórum, onde serão distribuídos materiais produzidos pelo CFESS e pelos CRESS presentes;
- O CFESS elaborou e produziu um CFESS Manifesta com o tema Humanos, Trabalho e Socialização da Riqueza no Brasil, que será distribuído no FSM.

e. Elaboração de texto sobre Definição de Serviço Social

- O CFESS solicitou aos professores José Paulo Netto e Marilda Iamamoto a produção dos textos, com vistas à publicação e distribuição na Conferência Mundial. Os autores

não puderam entregar os textos nos prazos previstos, de modo que essa atividade será realizada em 2009;

- O CFESS apresentou a proposta no Comitê Mercosul de elaboração de um texto conjunto sobre o Serviço Social na América Latina. A proposta foi aprovada, e as entidades assumiram o compromisso de elaborar seus textos e apresentar na primeira reunião de 2009.

f. Apoio à Comemoração do Dia Internacional de Serviço Social

- A FITS instituiu o dia 15 de abril de 2008 como Dia Mundial de Serviço Social. Em apoio à comemorações da FITS, o CFESS reproduziu o cartaz da FITS, enviou aos CRESS, e divulgou na página do CFESS

V.3. Avaliação

A atuação da Comissão de Relações Internacionais em 2008 foi intensa, sobretudo devido à realização da Conferência Mundial, Assembléia da FITS e eleição do CFESS. Avaliamos como extremamente positivo o resultado dessas ações, pois a primeira Conferência no Brasil foi também a maior do mundo já realizada pela FITS. A eleição para FITS foi exitosa e a presidente do CFESS Ivanete Boschetti foi eleita membro vogal da FITS com apoio unânime dos países da América Latina. Nomes consagrados no Brasil e no mundo debateram temas sobre serviço social e conjuntura, sob diferentes aspectos e pontos de vista, e ficou evidente o avanço nas reflexões e nos debates no Brasil e América Latina. O desafio para 2009 será aprofundar as reflexões e elaboração do documento sobre a definição de Serviço Social, para ser apresentada e aprovada na Conferência de 2010. Também as ações no Comitê Mercosul avançaram, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético político profissional no Brasil e na América Latina. Um dos principais avanços foi a aprovação de nossa proposta de elaboração conjunta de documentos que expressem a posição dos países do Cone Sul sobre a definição de Serviço Social da FITS,

sobre parâmetros comuns na defesa dos direitos humanos, e sobre parâmetros para circulação de profissionais nos países do Mercosul.

VI- COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

Coordenação: Conselheira Marinete Cordeiro Moreira

O Conjunto CFESS/CRESS, conforme concepção adotada pela Carta de Maceió, defende a Seguridade Social em consonância com o artigo 6º da Constituição Federal, abrange, além das políticas de Saúde, Assistência e Previdência Social, as políticas de acesso ao trabalho, à habitação, à educação, ao transporte e à proteção à infância e adolescência. É nesta perspectiva que as atividades relatadas foram desenvolvidas, entendendo o tencionamento e o caráter contraditório das relações sociais presentes na realidade brasileira. Nesta ótica, o CFESS busca a defesa dos direitos da classe trabalhadora e da população brasileira, atuando na luta pela ampliação de direitos, no fortalecimento dos espaços de controle social e no protagonismo dos usuários e dos movimentos sociais, na defesa da democratização da gestão pública e na ampliação da utilização do orçamento público nas políticas sociais.

VI.1. Atividades programadas

Conforme Plano de Ação da Comissão de Seguridade Social para 2008, as atividades programadas foram agrupadas por eixos de atuação, com previsão orçamentária de R\$ 98.000,00.

a. Articulação política

- Realizar reuniões com centrais sindicais para discutir representação nos Conselhos de Políticas Públicas, e propostas de contra-reforma (previdência, trabalhista, sindical)
- Realizar reuniões com movimentos populares para fomentar participação de usuários nos Conselhos de Políticas Públicas
- Realizar reuniões com entidades da sociedade civil para discutir a Campanha Direitos Humanos, Trabalho e Riqueza no Brasil
- Assegurar a participação de conselheiros nas Conferências Nacionais

b. Representação nos Conselhos

- Instituir dinâmica de socialização rápida de relatório contendo os temas, decisões e posição do CFESS nos Conselhos (criar formulário).

- Atualizar mapeamento das representações dos CRESS em Conselhos
- Articular junto à União, Estados, DF, municípios, e respectivas instâncias de controle social e FENTAS, a inclusão do profissional de Serviço Social nas equipes do Programa de Saúde da Família, definidas pelo Ministério da Saúde
- Acompanhar processo de implantação da NOB/RH SUAS nos Municípios e Estados e DF

c. Fortalecimento dos Fóruns

- Participar e contribuir financeiramente com pagamento da anuidade do FDCA
- Participar e contribuir financeiramente com pagamento da anuidade do FNAS
- Participar das reuniões dos Fóruns: FNAS, FBO, FENTAS, FDCA, FNRU, Fórum Permanente Mercosul do Trabalho e Saúde, assegurando passagens e diárias para conselheiros
- Estimular os CRESS a investirem no fortalecimento e/ou criação de Fóruns Estaduais

d. Estudos, Pesquisas e Publicações para Fundamentar Defesa de Direitos

- Aprofundar discussão nos Plenos dos temas relativos às Políticas Públicas de Proteção Social
- Publicar uma brochura sobre Seguridade Social que Defendemos
- Participar e acompanhar processo de implementação do SUAS, manifestando posição do Conjunto
- Elaborar e publicar brochura sobre representação dos assistentes sociais nos conselhos: resultado da pesquisa junto aos CRESS
- Manter debate no âmbito dos Conselhos e Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre o Projeto de Lei nº 1756/2003, que dispõe sobre a Lei Nacional de Adoção e dá outras Providências, propagando campanha que denuncie para a sociedade o seu teor discriminatório.
- Estimular e\ou deflagrar ações nos Estados junto aos parlamentares e a sociedade em geral, expressando a posição do Conjunto CFESS\CRESS em defesa do ECA,
- Promover estudos sobre a proposta da Fundação Estatal de Direito Privado para fortalecer estratégias de resistência junto às diversas entidades e movimentos sociais e

nas Conferências Estaduais e Nacional das Políticas de Saúde, Assistência Social e Criança e Adolescente.

- Iniciar preparação do Seminário Nacional de Serviço Social na área da Saúde a ser realizado em 2009.
- Promover debates em âmbito nacional sobre o ECA e o SUS e a atuação profissional nas áreas da infância e juventude e saúde, marcando a passagem dos 18 anos destas Leis, que ainda não foram implementadas na íntegra.
- Aliar-se aos movimentos sociais na realização de campanhas sobre a importância do voto nas eleições municipais, combatendo o uso indevido das Políticas Públicas nestas ocasiões
- Acompanhar o processo de implementação do Sistema Nacional de Habitação de interesse social, defendendo a luta pelo direito a cidade

h. Defesa dos Espaços Profissionais

- Fortalecer campanha para defesa e divulgação do assistente social como trabalhador da saúde
- Produzir e publicar material para fortalecer SS na Previdência Social
- Dar continuidade ao trabalho do GT do Serviço Social na Educação, apresentando seus resultados no Encontro CFESS-CRESS-2008.

VI.2. Atividades Realizadas pela Comissão

a. Concurso para Assistentes Sociais do INSS

- Conclusão das ações do GTI (CFESS, MDS, INSS E MPS), com o objetivo de propor ações para a reestruturação do SS. (atribuições, minuta sobre recurso material, análise sobre a elaboração de parecer, etc..) – Relatório Final de 03/2008.
- Articulação com o Parlamento e em especial com a Frente Parlamentar em defesa da Assistência Social com vistas a obter apoio para realização do concurso
- Realização de audiência pública em abril de 2008, sendo uma das palestrantes a Presidente do CFESS

- Elaboração de diversos documentos: CFESS Manifesta, Ofícios aos Ministérios envolvidos, adesivos, faixas, etc.
- Mobilização junto aos CRESS e demais entidades.
- Audiências com MDS, MPS, INSS e Planejamento.
- Audiência com o Presidente do Senado, da Câmara e da Comissão Mista de Orçamento.
- Concurso aprovado. Edital publicado para 900 vagas, com perspectiva de mais 50% do quantitativo, totalizando 1350 vagas.

b. Estratégia em Saúde da Família

- Participação do CFESS na III Mostra de Produção em da Saúde da Família com realização de reunião com os assistentes sociais presentes; elaboração do CFESS Manifesta com o título “Em defesa do Serviço Social na Saúde da família” elaborado pelas conselheiras Sâmbara e Rodriane ; Confecção de Banner, adesivos e participação em stand do FENTAS na Mostra
- Encaminhado ofício aos CRESS nº 85/2008 sugerindo o aprofundamento da discussão sobre a inserção da/o assistente social no ESF e NASF.
- Reunião com o CREFITO sobre folder referente às ações desenvolvidas pelos fisioterapeutas e assistentes sociais no NASF.

c. Realização do Seminário Nacional “O Controle Social e a Consolidação do Estado Democrático de Direitos”

- Atualização do mapeamento das representações dos CRESS e CFESS nos espaços de representação de controle social (fóruns, conselhos de direitos e políticas, comissões, comitês, etc.)
- Apresentação desse levantamento no Seminário pela conselheira Marinete
- Realização do Seminário antecedendo o 37 Encontro Nacional CFESS/CRESS, em setembro, em Brasília, como estratégia para qualificação das representações do Conjunto CFESS/CRESS nos Conselhos de Políticas e de Direitos
- Preparação de publicação, em conjunto com a Comissão de Comunicação, com os debates do Seminário

d. Atividades em defesa da política de Assistência Social

- Discussão pelo CFESS sobre o PL que regulamenta o Sistema Único de Assistência social SUAS (PL 3077) e sobre o PL (3021) que define as certificações para as entidades de assistência social, bem como socialização da temática junto aos CRESS incentivando a realização de discussões regionais.
- Elaboração de Pareceres sobre os PLs 3077 e 3021 pelo Conselheiro Edval, que representa o CFESS no CNAS
- Posicionamento público do CFESS sobre as irregularidades na liberação de certificação pelo CNAS
- Participação no processo eleitoral para o CNAS, ficando na suplência
- Participação no processo eleitoral para o FNAS, assumindo a coordenação colegiada junto com o Conselho Federal de Psicologia.

VI.3. Atividades realizadas pelas representações do CFESS nos espaços de controle social

O CFESS possui representações em diferentes Conselhos e Fóruns Nacionais. Para registro e memória das ações, a Comissão elaborou um formulário que deve ser preenchido pelas representações após cada reunião. Esse relatório tomou por base os relatos específicos de cada representação. Documentos como pautas das reuniões, registros das mesmas, detalhamento das discussões, atas, etc. ficam disponíveis no arquivo e site do CFESS.

VI.3.1. CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE DIREITOS

1. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e Adolescente - CONANDA

Representante: Pedro Alves Fernandes – Membro Suplente

- O CFESS esteve no CONANDA como titular no período de 2003/2004 e 2005/2006. No mandato de 2007/2008 ficou na suplência. Em 2008 ocorreu eleição e o CFESS obteve 11 votos, ficando na suplência novamente, visto que a titularidade exigia 14 votos. Na condição de suplente, todos os custos de participação do representante recaem sobre a entidade de origem, no caso, o CFESS, pois o Conanda se responsabiliza apenas pelos titulares

- Participação em 04 assembléias nas quais foram abordados diversos temas relacionados à criança e ao adolescente:
 - ✓ Comemoração dos 18 anos do ECA;
 - ✓ O Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo SINASE
 - ✓ O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária
 - ✓ Projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, com análises sobre os mesmos
 - ✓ Discussão e definição sobre formas de enfrentamento dos diversos casos de desrespeito aos direitos da criança e do adolescente
 - ✓ Participação na organização do III Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes realizado em novembro no Rio de Janeiro
 - ✓ Participação das reuniões e dos debates do Fórum Nacional DCA

2. Conselho Nacional dos Direitos do Idoso - CNDI

Representante: Neile d'Oran Pinheiro - Membro Suplente

- O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, órgão de natureza colegiada, deliberativa e autônoma, vinculado à Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH, compõe-se paritariamente por 28 (vinte e oito) membros e respectivos suplentes, sendo 14 (quatorze) representantes governamentais e 14 (quatorze) representantes da sociedade civil, com mandatos de dois anos
- Instituído pela Lei n. 8.842/94, que criou a Política Nacional do Idoso - PNI, o CNDI vem atuando desde 2002, e tem como principais objetivos:
 - ✓ Defender os direitos da pessoa idosa (vida, saúde, alimentação, educação, cultura, esporte, lazer, trabalho, cidadania, liberdade, dignidade, respeito, convivência familiar e comunitária)
 - ✓ Exercer o controle democrático das ações e omissões do Estado e da sociedade, referentes aos direitos dos idosos
 - ✓ Zelar pelos princípios da descentralização político-administrativa, da participação popular e do comando único das ações públicas e privadas, na área do idoso

- A inserção do CFESS no CNDI teve início na gestão CFESS 2002/2005. O CFESS ocupou a titularidade até 2008, quando realizou acordo com o Conselho Federal de Psicologia para eles assumirem a titularidade. Nessa eleição o CFESS ficou na suplência
- Conforme manifestação de conselheiros do CNDI, que acompanharam a participação do CFESS desde a sua inserção, a contribuição desta entidade tem sido muito importante nesse processo de construção do controle democrático das políticas de atenção à pessoa idosa
- Participação em grupos de trabalho, com desenvolvimento das seguintes ações:
 - ✓ Visita técnica para averiguação de denúncia na Fundação Abrigo Cristo Redentor, no Rio de Janeiro, durante a qual participou de importantes fóruns de discussão, com representantes do município e do Estado do RJ. A visita teve como resultados o fortalecimento da luta dos usuários contra a decisão arbitrária do gestor municipal e a revogação do dispositivo legal que autorizava a colocação de idosos em família acolhedora (Portaria n. 73, Art. 3, de 10 de maio de 2001)
 - ✓ Estudo preliminar e apresentação de subsídios visando a criação de programa para preparação de aposentadoria
- Discussão em plenário acerca de educação para o envelhecimento, com indicação para compor grupo de trabalho responsável pela elaboração de estudos sobre essa temática
- Participação na discussão e construção dos seguintes dispositivos legais:
 - ✓ Resolução n. 12, de 11/04/2008, que estabelece parâmetros e diretrizes para regulamentação do Art. 35 da Lei n. 10.741/03, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviços entre instituições de longa permanência e pessoas idosas abrigadas
 - ✓ Resolução n. 15, de 21/06/2008, que reformula o regimento interno do CNDI
 - ✓ Minuta de Resolução que regulamenta o Art. 38 da Lei 10.741/03 (previsão de reserva de 3% de vagas para idosos em unidades habitacionais de programa habitacional público)
- Durante o exercício de 2008, o CFESS esteve presente em todas as 07 (sete) reuniões para as quais foi convocado, sendo 04 (quatro) reuniões ordinárias, 02 (duas) extraordinárias e 01(uma) assembléia geral para eleição de novos conselheiros para o período 10/2008 a 10/2010, com destaque para o debate dos seguintes pontos:

- ✓ Denúncia de violência contra idosos abrigados na Fundação Abrigo Cristo Redentor
 - ✓ Denúncias diversas sobre violência financeira contra idosos abrigados em Instituições de Longa Permanência
 - ✓ Necessidade de aperfeiçoar o Regimento Interno do CNDI
 - ✓ Necessidade de regulamentar o Art. 38 da Lei n. 10.741/03 (reserva de vagas para aquisição de casa própria)
 - ✓ Necessidade de concretizar o Fundo Nacional do Idoso (previsto no Art. 115 da Lei n. 10.741/03)
 - ✓ Necessidade de estabelecer o pacto de gestão pelo envelhecimento digno e saudável, entre o poder Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público e o CNDI
 - ✓ Participação dos conselheiros na organização da II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, sendo a representante do CFESS indicada com relatora do eixo previdência social
 - ✓ Preparação para aposentadoria
 - ✓ Capacitação de conselheiros e suplentes dos Conselhos de Direitos da Pessoa idosa
 - ✓ Revisão e ampliação de metas e financiamento do Plano Plurianual (2008 a 2011), relativas aos serviços, programas e projetos de atenção às pessoas idosas
 - ✓ Monitoramento do Plano Nacional de Implementação das deliberações da I Conferência Nacional
- Não obstante a legislação brasileira referente à pessoa idosa seja considerada completa e avançada, as políticas de atendimento têm baixa efetividade e são flagrantes as violações aos direitos desse segmento, destacando-se como desafios a superação das relações verticais de poder e da baixa articulação intersetorial, a fim de cumprir, efetivamente, o estabelecido na PNI, no Estatuto do Idoso e nas deliberações da I Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.
 - A escolha do CFESS para integrar grupos de trabalho acerca de relevantes assuntos (visita técnica para averiguação de denúncia sobre violência contra idosos abrigados na FACR; estudo sobre programa de preparação para aposentadoria; estudo acerca de programa de educação sobre envelhecimento), assim como o apoio recebido por expressivo número de entidades que optaram pelo nome do CFESS na eleição de novos conselheiros, para a gestão 2008/2010 (apesar do acordo CFESS/CFP visando

alternância de titularidade), possibilitam inferir que a representação cumpriu seu papel de forma significativa, neste exercício.

3. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS

Representante: Edval Bernardino Campos – Membro Suplente

- O CFESS participa do CNAS desde sua criação, em 1994. Desde então participou de 6 gestões, sendo 4 na titularidade e, desde a eleição de 2006, na condição de suplente (por duas gestões consecutivas) na representação no segmento dos trabalhadores, lutando historicamente em defesa dos direitos sociais, das políticas públicas, da política de assistência social, da democratização do Estado e na defesa das condições de trabalho dos assistentes sociais brasileiro
- Em 2008 a participação efetiva do CFESS ocorreu a partir do mês de junho, com a assembléia para eleição da sociedade civil, quando o CFESS foi eleito como suplente
- Desde a posse dos conselheiros eleitos (24.06.2008) para o atual mandato, o CNAS realizou 06 (seis) reuniões, sendo que os principais pontos discutidos foram:
 - ✓ Apreciação dos processos de Certificação de Entidades
 - ✓ A convocação da VII Conferência Nacional de Assistência Social, com o respectivo calendário para as instâncias subnacionais
 - ✓ Apreciação e pronunciamento sobre dois Projetos de Lei (3021 e 3077) que promovem alterações nas atribuições do CNAS e na LOAS
 - ✓ Apreciação da Medida Provisória que dispõe sobre o processo de Certificação e Entidades
 - ✓ Apreciação e aprovação de Prestações de Contas do FNAS
 - ✓ Aprovação e expedição de resoluções e convocação, para o mês de março de 2009 de uma reunião ampliada
- Os pontos mais polêmicos nesse período foram: 1) PL 3021, no que concerne a transferência da atribuição de Certificação de Entidade do CNAS para os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, Saúde e Educação; 3) A MP sobre Certificação de Entidade, na secção que isenta, sem critérios, entidades filantrópicas de avaliação, assegurando as mesmas os benefícios decorrentes da certificação

- O posicionamento assumido pelo CFESS nesse debate, e amplamente divulgado em nota, foi de concordância quanto ao mérito do PL 3021, pois o CFESS avalia que as atividades cartoriais devem ser exoneradas das atribuições do CNAS. Quanto a MP, o CFESS reconhece o mérito, pois trata do mesmo conteúdo do PL 3021, mas se manifestou contrário ao expediente extraordinário da MP, que esvazia a competência legislativa, bem como a falta de critérios para certificar entidades com questões pendentes no CNAS

4. Conselho Nacional de Saúde - CNS

Representante: Ruth Ribeiro Bittencourt (Membro Titular e componente da Mesa Diretora)

- As ações desenvolvidas buscaram sempre cumprir pressupostos básicos da Política Nacional de Saúde e do SUS e também as questões que dizem respeito às profissões da área da saúde e da sociedade de forma mais geral
- O Conselho Nacional de Saúde - CNS, órgão de instância colegiada, deliberativa e de natureza permanente, tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da Política Nacional de Saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social, no âmbito dos setores público e privado. Atua através de reuniões mensais de dois e/ou três dias, dependendo do volume da pauta do mês, com a seguinte estrutura: Plenária, Comissões (Intersetoriais e Permanentes), Grupos de Trabalho e Secretaria Executiva
- Desde setembro de 2006 o CFESS é conselheiro titular e compõe a Mesa Diretora do CNS, representando o segmento dos trabalhadores da saúde
- **A Mesa Diretora do CNS** é composta paritariamente por oito conselheiros, sendo dois representantes dos gestores, quatro dos usuários e dois do segmento dos trabalhadores, e tem como competência articular junto ao Poder Executivo as condições necessárias para o pleno funcionamento do Conselho Nacional de Saúde, incluindo a execução do planejamento e o monitoramento das ações. Para tal é sua atribuição promover articulações políticas com órgãos/instituições, internos e externos, com vistas a garantir a intersetorialidade do controle social e a articulação com outros conselhos de políticas públicas, com o propósito de cooperação mútua e de estabelecimento de estratégias

comuns para o fortalecimento da participação da sociedade na formulação, na implementação e no controle das políticas públicas. Suas reuniões mensais são previstas para ocorrer na semana seguinte ao Pleno do CNS. Nas eleições ocorridas em 01.11.2008 a representante do CFESS no CNS foi reconduzida à segunda gestão da Mesa Diretora

- **Principais Atividades desenvolvidas no CNS:**

- ✓ Participação em 12 reuniões da Mesa Diretora do CNS para preparação de pauta para os Plenos do CNS, análise de documentação recebida com seus devidos encaminhamentos e despachos com a Secretaria Executiva do CNS.
- ✓ Participação em 12 reuniões ordinárias e três extraordinárias do Pleno do CNS, com discussões, desdobramentos e encaminhamentos dos seguintes temas:
 - Gestão da Educação e do Trabalho na Saúde
 - Hospitais Universitários e de Ensino
 - Residência Multiprofissional e em área Profissional
 - Abertura de novos cursos na área da saúde
 - Política de Educação Permanente para o Controle social no SUS
 - Carga horária mínima dos os cursos de graduação da saúde
 - Terceirização no âmbito do Sistema único de Saúde
 - Modalidades de Gestão na Saúde
 - Saúde do Trabalhador
 - Análise e acompanhamento de Políticas e Programas
 - Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal
 - Política Nacional de Saúde Mental
 - Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem
 - Política Nacional de Atenção às Urgências
 - Política Nacional de Atenção Oncológica
 - Política Nacional dos Povos do Campo e da Floresta - Atenção Básica na Saúde
 - Política de Oftalmologia e normatização dos serviços de reabilitação visual
 - Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos
 - Proposta da TV Pública

- Programa Nacional de Controle da Tuberculose - apresentação, debates e encaminhamentos
- Projeto de Cooperação para Formação Permanente de Conselhos de Saúde no âmbito do Programa de Inclusão Digital - preparação de capacitação para os conselheiros nacionais, estaduais e municipais
- Debate sobre a Dengue
- Debate sobre AIDS no Brasil
- Produção de embriões excedentes no Brasil
- Combate à Tuberculose
- Controle de substâncias psicotrópicas anorexígenas
- A regulamentação da Propaganda e da publicidade de Alimentos
- Acompanhamento de Protocolos, Diretrizes e Planos para a Saúde:
 - Pacto pela vida, em defesa do SUS e de Gestão
 - Hanseníase como problema de saúde pública no Brasil
 - PAC da Saúde
 - Mobilidade com Portabilidade de Carência para beneficiários de planos privados de assistência à saúde individuais e familiares, contratados após 1º de janeiro de 1999 ou adaptados à Lei Nº. 9.656 de 1998 - regulamentação dos planos coletivos de saúde
 - Carta de Direito dos Usuários
 - A Obesidade e suas conseqüências como um problema de Saúde Pública
- Análise de Projetos de Lei (PL) e outros:
 - Projeto de Lei Nº. 3.350, de 1997 - do deputado José Linhares, que dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Apoio à Saúde - PRONASA, com a finalidade de captar e canalizar recursos para o setor da saúde
 - Projeto de Lei Nº. 3.002, de 2008 - Dep. Hugo Leal e Otávio Leite, que “regulamenta a prática da ortotanásia do território nacional brasileiro”
 - Projeto de Modalidades de Gestão - Apresentação: Dep. Federal Pepe Vargas - autor do projeto - aprovado Resolução contrária do CNS e deliberado ações de enfrentamento ao disposto no PL, tais como audiências, contatos na Parlamento para tentar rejeitar a proposta e articulações com vários

movimentos populares, visando a criação de uma frente de lutas contra a aprovação do PL

- Projeto de Lei Nº. 3.021/2008, que trata da Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social - Posição do Conselho Nacional de Assistência Social
- Medida provisória Nº. 446 que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social, e dá outras providências
- Projeto de Lei 3.958, que altera a Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da e dos Ministérios, cria nova Secretaria na estrutura do Ministério da Saúde e cria cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, destinados ao Ministério da Saúde - com a presença de várias etnias indígenas, contrária a municipalização da saúde indígena. Como resultado das articulações ocorridas na reunião foi deliberado a aprovação de uma Resolução do CNS, a favor da causa indígena
- Análise de Projetos de Lei que tramitam na Câmara dos Deputados, relacionados a questão da Mulher. Aprovado acompanhamento das ações
- Apresentação da Nota Técnica Informativa do MS Nº. 041/2008, sobre a resolução CNS Nº. 397, de 13 de março de 2008, que define o prazo de 60 dias para a elaboração do protocolo clínico e tratamento da Doença Celíaca
- Deliberações, recomendações e Resoluções discutidas e/ou aprovadas sobre gestão do trabalho e educação na área da saúde
- Coordenação e/ou participação em Oficinas de trabalho
 - Oficina de Avaliação da 13ª Conferência Nacional de Saúde
 - Oficina de Planejamento das atividades desenvolvidas pelas comissões do CNS no ano de 2009
 - Capacitação dos Comitês de Ética em Pesquisa
 - Avaliação do Conselho Nacional de Saúde sobre o ano de 2008
 - Avaliação e Encaminhamentos do II Seminário Nacional de Modalidades de Gestão

- Oficina de Capacitação de conselheiros estaduais e municipais da dos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba com o objetivo de qualificá-los para o uso dos instrumentos de informática que permitem facilitar o controle nas contas municipais – Fundo Nacional de Saúde – FNS, Sistema de Informações – SIOPS, Secretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e o Programa de Informações Digitais – PID
- Oficinas de capacitação para operação do sistema on-line do MEC na avaliação e parecer sobre abertura de novos cursos na área da Saúde
- Representação do CNS em eventos nacionais e internacionais:
 - Participação no Congresso Nacional do CONASEMS
 - Participação no planejamento das atividades de comemoração do Dia Mundial da Saúde e na mobilização para as comemorações do SUS 20 anos e viabilização da Carta de Mobilização SUS 20 anos
 - Preparação para a participação no Fórum Social Mundial em Belém
 - Participação no curso de Inclusão Digital dos conselheiros estaduais e municipais
 - Participação nas Plenárias de Conselheiros estaduais e municipais
- **Nas Comissões e Grupos de Trabalho do CNS**
- Além da representação e atuação específica no CNS, o CFESS ainda possui representação em diversas comissões vinculadas ao CNS, conforme abaixo:
 - 1. Comissão de Finanças – COFIN**

Representante: Ruth Ribeiro Bittencourt – Membro Titular

 - Comissão responsável pelo acompanhamento, análise e controle da Execução Orçamentária dos Programas desenvolvidos pelo Ministério da Saúde e o controle nas três instâncias federativas. Atua através de reuniões mensais.
 - Participação em 12 reuniões da COFIN que trataram dos seguintes temas:
 - ✓ Análise da Execução orçamentária mensal de 2008;
 - ✓ Regulamentação da Emenda Constitucional 029(EC 29)
 - ✓ Orçamento/ Contingenciamento da Saúde;
 - ✓ Lei de Diretriz Orçamentária 2008
 - ✓ Proposta Orçamentária para 2008

- ✓ Estratégias de negociação junto ao Parlamento e Executivo;
- ✓ Planejamento, em articulação com a Comissão de Educação Permanente e de Comunicação e Informação do CNS, das Oficinas de Capacitação de conselheiros estaduais e municipais das cinco regiões brasileiras com o objetivo de qualificá-los para o uso dos instrumentos de informática que permitem facilitar o controle nas contas municipais - Fundo Nacional de Saúde - FNS, Sistema de Informações - SIOPS, Secretaria de Planejamento e Orçamento - SPO e o Programa de Informações Digitais - PID

2. Comissão Intersetorial de Recursos Humanos - CIRH

Representante: Ruth Ribeiro Bittencourt - Membro Titular

- Comissão responsável pelo planejamento, monitoramento e avaliação das ações de gestão do trabalho e da educação no SUS. Atua através de reuniões mensais
- Participação em 12 reuniões CIRH que trataram dos seguintes temas:
 - ✓ Gestão da Educação:
 - Debates com os envolvidos (representantes dos docentes, CFM, SESU-MEC e DEGES - MS) com constituição de GT para estudo, encaminhamentos e sistematização de um projeto objetivando normatizar o reconhecimento de títulos de graduação em Medicina expedidos em Cuba.
 - Debate (CIRH e pleno CNS) com representantes do CNE seguido de audiência com a SESU sobre Carga horária mínima dos cursos da área de Saúde com base no pleito do FENTAS, que solicitou a carga horária mínima de 4.000 horas.
 - Debate com representação do movimento estudantil sobre o SINAES - Sistema de Avaliação do Ensino Superior, Exame de Proficiência e ENADE.
 - ✓ Gestão do Trabalho
 - Seminário Nacional de Desprecarização do Trabalho no SUS
 - Seminário sobre as Profissões de Saúde.
 - Seminário de Regulação e Gestão do Trabalho
 - Mercosul e GT 11

- Câmara de Regulação do Trabalho

3. Comissão Intersectorial de acompanhamento das Políticas de DST/AIDS - CAPDA/CNS

Representantes: Conselheira Telma Ferraz da Silva - Membro Titular e Ludmila Weizmann Suaid Leviski (CRESS-DF) - Membro Suplente.

- A CAPDA é uma das 25 Comissões de assessoramento ao Conselho Nacional de Saúde, que tem como objetivo monitorar e acompanhar as políticas de promoção e prevenção de DST/ AIDS.
- O CFESS iniciou sua participação na CAPDA em 2007 como titular e contou ainda, com a participação de Ludmila Weizmann Suaid Leviski (CRESS-DF) como suplente
- O CFESS participa com a compreensão que o enfrentamento da epidemia da AIDS no Brasil exige uma ação multidimensional com implementação de medidas no campo da saúde vinculadas a estratégias de redução das desigualdades sociais e de novas formas de intervenção, voltadas para os grupos socialmente mais vulneráveis das diferentes regiões do país. O fortalecimento do controle social, com o envolvimento dos diversos atores sociais comprometidos com as políticas públicas, com os princípios do SUS e com os direitos das pessoas com HIV/ AIDS, constitui, assim, um importante instrumento na gestão da política de combate a AIDS
- Em 2008 o CFESS se fez presente nas quatro reuniões realizadas pela CAPDA
- Entre os temas debatidos, merecem destaque:
 - ✓ Incentivo Fundo a Fundo e Execução financeira dos programas DST/AIDS: o foco do debate foi a ampliação do repasse aos municípios, a revisão dos valores atuais, atualização do sistema de monitoramento, fortalecimento das articulações com outras instâncias colegiadas, aprimoramento dos indicadores de acompanhamento, inclusão das ações nos planos de saúde. O CFESS enfatizou a necessidade de fortalecer as entidades que fazem o controle social para acompanhamento da execução, bem como ampliar a divulgação dos valores recebidos e das ações programadas planejadas pelos gestores, visto que a temática não é de apropriação da sociedade civil e não

envolve só as ações de DST/ AIDS. Foi sugerida a realização de seminário específico para aprofundamento do assunto

- ✓ Propriedade intelectual, quebra de patentes e Licenciamento Compulsório. A plenária propôs a construção de uma proposta de recomendação a ser encaminhada ao CNS, com revisão da Resolução 196. Foi proposto levar o tema para discussão em outras Comissões do CNS, considerando que o assunto não se restringia a área de DST/ AIDS
- ✓ Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS. O Plano foi apresentado em março/2008. O CFESS ressaltou a dificuldades de interiorização do Plano, considerando o número significativo de municípios com menos de 50 mil habitantes, com dificuldades de recursos humanos, recursos financeiros escassos, sendo estratégico a articulação com o SUAS, tendo em vista a ampliação dos CRAS nas diversas regiões do país. Também propôs convidar a Secretaria Nacional de Assistência Social para apresentação da estrutura do SUAS e a discussão sobre a parceria com a saúde nesse programa. Esse programa constitui um espaço de forte inserção de assistentes sociais, com possibilidade de trabalhar temas contemplados na agenda políticas do Conjunto CFESS/CRESS

4. Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador - CIST

Representante: Marinete Cordeiro Moreira – Membro Suplente

- A Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador tem reuniões ordinárias bimestrais. O CFESS participou de três reuniões
- Os principais temas discutidos em 2008 foram:
 - ✓ a implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador pelos Ministérios da Previdência Social, Ministério da Saúde e Ministério do Trabalho e Emprego, que deve se firmar como uma política de Estado. A realização da 3ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador, em 2005, foi um grande avanço neste sentido e a concretização de suas deliberações exige articulação entre os diversos segmentos que compõem o controle social

- ✓ a implantação do Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário - NTEP, conquista dos trabalhadores, na qual a caracterização como doença do trabalho não mais depende do nexo individual e da comunicação da empresa, no preenchimento da Comunicação de Acidente de Trabalho - CAT
- ✓ a situação dos trabalhadores canavieiros no estado de São Paulo, a maioria migrante das regiões norte e nordeste do país, com relato de situações que expõe o trabalhador a condições insalubres e penosas à saúde. Foi constituído um GT composto pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, Casa Civil, Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Foram feitas reuniões internas do Grupo de Trabalho, com os trabalhadores (FERAESP e CONTAG) e empresários. Participaram também do debate representante dos trabalhadores, através de sindicatos rurais, a FUNDACENTRO, Ministério da Previdência Social, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e Emprego e a CIST/ SP. Diversos encaminhamentos foram aprovados: realização de Seminário em 2009 com o tema AGROCOMBUSTÍVEIS E SAÚDE - TRABALHO, AMBIENTE E SEGURANÇA ALIMENTAR, com o objetivo de discutir as implicações da expansão dos agrocombustíveis para a saúde dos trabalhadores, das populações do entorno, dos empreendimentos e em geral, tendo em vista a segurança alimentar e dos ecossistemas; criar mecanismos para acompanhamento por parte da CIST sobre as ações desenvolvidas pelos gestores, entidades de trabalhadores e empregadores voltadas para a saúde dos trabalhadores canavieiros; a CIST convidar as centrais sindicais para aprofundar o debate e acompanhar as discussões sobre o etanol.

5. Comissão Intersetorial da Saúde da População Negra - CISP

Representante: Magali da Silva Almeida - Membro Titular

- A Comissão Intersetorial de Saúde da população Negra foi criada em 22 de fevereiro de 2008, através da Resolução nº 395, e tem por objetivos: a) "Acompanhar a implementação da Política nacional de Saúde Integral da

população Negra; b) Encaminhar as deliberações da 13ª Conferência nacional de saúde; c) Fornecer subsídios efetivos ao CNS na temática de saúde da população negra.”

- Trata-se de espaço de controle social recém- criado que congrega, em sua grande maioria, ativistas negras e negros, embora não exclusivamente. Sua tarefa é dar continuidade a uma agenda política defendida pelos Movimentos Negros Nacionais no campo da saúde e pautar na agenda dos governos e gestores a partir da Política Nacional Integral da População Negra, o atendimento das demandas dessa população visando o combate do racismo institucional e da discriminação racial observando-se o princípio da equidade em saúde.
- O CFESS teve sua participação garantida desde a primeira reunião da CISPNI, colaborando na formulação do planejamento das primeiras atividades do coletivo. Ressalta-se que a CISPNI é um terreno de disputas políticas e a representação do CFESS tem somado com os segmentos progressistas em defesa da efetivação dos princípios do SUS e da equidade de raça e gênero na saúde.
- A Comissão planejou 4 encontros para 2008. Destes o CFESS participou de 2 nos quais foram discutidos os seguintes assuntos:
 - ✓ Apresentação das regras de funcionamento da Comissão
 - ✓ Apresentação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e seleção dos macro-eixos, tendo como fonte analítica o documento síntese construído pelas comissões do CNS com base no relatório Consolidado da 13ª Conferência Nacional de Saúde. Ao todo foram selecionados 236 macro- eixos, correspondendo aos Eixos temáticos da 13ª da CNS
 - ✓ Planejamento das Ações da Comissão
- Em linhas gerais a CISPNI alinhou, de modo amplo, seu Plano de trabalho, prevendo os seguintes itens:
 - ✓ Monitoramento e implementação da Política Nacional de saúde Integral da população Negra
 - ✓ Mobilização e sensibilização de conselheiros de saúde, gestores e trabalhadores, ativistas e sociedade civil

- ✓ Acompanhamento da implementação das propostas da 13ª CNS relativos à saúde da população negra e outros temas relacionados
- ✓ Acompanhamento da tramitação do Estatuto da Igualdade Racial no Congresso Nacional, especialmente no que se refere ao capítulo sobre saúde
- ✓ Planejamento e financiamento da PNSIPN: o CNS deverá Recomendar ao MS a revisão e a elaboração de instrumentos adequados de planejamento, financiamento, monitoramento e avaliação das ações previstas na PNSIPN
 - Elaborar mecanismos que garantam a implantação e implementação da política dentro dos princípios de integralidade e equidade.
 - Recompôr e especificar os recursos da política previsto para 2008, segundo a Recomendação CNS nº 026 de 1º de agosto de 2008.
 - Incluir na LOA de 2009 os recursos para implantação e implementação da política, conforme previsto no PPA 2007-2011
 - Solicitar ao CNS que recorra ao MP para garantir os recursos da política do exercício de 2008, já previsto na LDO
 - A CISPAN deverá se fazer representar na reunião da COFIN com a Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional
 - Inserir no Parecer da consultoria jurídica a questão da recomposição dos recursos da política
- Sistema de Informatização
 - Solicitar ao DATASUS informações desagregadas não-informado/ignorados do campo raça/cor em todos os sistemas de informação do MS.
 - Solicitar ao DATASUS a 2ª versão da cartilha sobre os sistemas de informação.
 - O CNS deverá Recomendar ao DATASUS que o campo raça/cor seja de preenchimento obrigatório em todos os sistemas de informação do MS.
 - Pautar na próxima RO do CNS o Cartão SUS.
 - Propor ao CNS uma oficina de Indicadores de equidade.
- Seminário da CISPAN – 25 e 26/11
 - Plano A – 600 pessoas – em parceria com a SEPPIR e Plano B – 150 pessoas – somente recursos do CNS

- Programa para ambas as propostas: Tema geral - Implantação, Implementação e Monitoramento da PNSIPN
- Participantes: Gestor, usuários e trabalhadores - dar prioridade para aos estados que possuem instâncias de controle social organizada de Saúde da População Negra (Ver com a SGEP - 8 estados).
- Representantes dos 480 municípios que possuem FIPPIRs/Fóruns Interinstitucionais de Promoção de Igualdade Racial (Ver com a SEPPIR).
- A proposta acima apresentada de Seminário foi cancelada devido a exequibilidade de tempo. Será agendada nova data.

6. Comissão Intersetorial de Saúde Mental – CISM

Representante: Maria Bernadette de Moraes Medeiros – Membro Suplente

- A CISM é a instância de controle social da Política Nacional de Saúde Mental. Vinculada do Conselho Nacional de Saúde – CNS, tem por objetivo acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas no âmbito da Política Nacional de Saúde Mental:
 - ✓ Reestruturação da assistência psiquiátrica hospitalar – desinstitucionalização:
 - O programa de redução planejada de leitos / PNASH-Psiquiatria
 - Implementação do programa “DE VOLTA PARA CASA”
 - Expansão dos serviços residenciais terapêuticos
 - Reorientação dos manicômios judiciários
 - Leitos em hospitais gerais
 - ✓ Expansão e consolidação da rede de Atenção Psicossocial (CAPS, ambulatórios, centros de convivência, etc.)
 - ✓ Inclusão das ações de saúde mental na Atenção Básica
 - ✓ Atenção integral a usuários de álcool e outras drogas
 - ✓ Política de Saúde Mental Infanto-juvenil
 - ✓ Programa permanente de formação de profissionais para a Saúde Mental
 - ✓ Inclusão social e empoderamento: geração de renda e trabalho, intervenções na cultura, mobilização de usuários e familiares
- A CISM reúne-se, ordinariamente, 4 vezes por ano. Até setembro de 2008 o CFESS foi representado pela assistente social Eva Terezinha Faleiros e após, pela Conselheira Maria Bernadette Medeiros.

- Em 2008 CFESS esteve presente em 2 reuniões ordinárias da CISM, tendo como representante a Conselheira Maria Bernadette Medeiros, sendo que os principais temas tratados nesse período foram:
 - ✓ A Recomendação nº 027, de 10 de julho de 2008, sobre a criação de Comissões Intersetoriais de Saúde Mental em todos os estados e municípios brasileiros, nos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde
 - ✓ A Recomendação nº 028, de 10 de julho de 2008 que recomenda aos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde que supervisionem a criação de novos leitos psiquiátricos em hospitais gerais
 - ✓ A proposta de recomendação da CISM para garantir que 5% dos orçamentos da saúde das três esferas de governo sejam destinados às ações de saúde mental, conforme indicação da Organização Mundial da Saúde, de acordo com o Relatório da 13ª Conferência Nacional de Saúde, Item 79, Eixo II Inéditas, a ser apreciada pelo Pleno do CNS
 - ✓ Realização do Programa no Canal Saúde - Conquistas e desafios da luta antimanicomial no Brasil, no dia 16 de setembro de 2008, 3ª-feira, às 13h, na NBR, Embratel e WEB
 - ✓ A proposta de ação civil pública em maio deste ano, pelo Ministério Público Federal, contra o município de São Paulo, para ampliação e melhoria da rede extra-hospitalar para atendimento de pessoas com transtorno mental, cópia foi distribuída aos presentes.
 - ✓ A publicação do Edital de pesquisas em Saúde Mental do Departamento de Ciência e Tecnologia do Ministério da Saúde - Decit/MS
 - ✓ A publicação de matéria no Jornal Folha de São Paulo de três páginas no dia 21 de setembro de 2008, sobre a punição que o Ministério Público Federal está aplicando ao município de São Paulo, pelo fato do município não estar estruturando a rede de serviços aos portadores de transtornos mentais
 - ✓ O curso de capacitação para profissionais de odontologia atender pacientes portadores de necessidades especiais, promovido pela Associação Brasileira de Odontologia - ABO, que não teve as vagas preenchidas, pois os profissionais dos Centros Especializados em Odontologia - CEOs não são autorizados pelas Secretarias Municipais a realizar as capacitações. Face a essa realidade a CISM

acordou propor uma Recomendação ao CNS, de que as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde capacitem os profissionais dos CEOs para atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, incluindo aquelas portadoras de transtornos mentais. Foi sugerido, ainda, que a ABO elabore uma cartilha de como cuidar de pacientes portadores de necessidades especiais e divulgá-la

- ✓ A realização pela Câmara Técnica do Conselho Estadual de Saúde de São Paulo do evento sobre Saúde Mental com avaliação política sobre as denúncias levadas ao Ministério Público sobre o município de SP. O município está realizando uma pesquisa sobre os moradores de rua, cujo número aumentou após a implantação da política de fechamento dos hospitais. O município está analisando o papel dos CAPS, se essa política deveria continuar e a questão do SAMU, que não atende casos de saúde mental, a não ser com a escolta de policiais
- ✓ Parceria firmada no Rio de Janeiro, com o Corpo de Bombeiros, para atendimento de emergência a pacientes com transtornos mentais. Esses bombeiros estão sendo qualificados. CAPS também estão buscando parcerias para resolver o atendimento de emergência a pacientes de transtornos mentais
- ✓ Solicitação pela Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde de um membro da CISM na Oficina: o Cooperativismo Social na Cooperação Brasil, dias 22 e 23 de setembro, no Centro de Capacitação e Desenvolvimento - CECAD da Presidência da República participando de Missão à Itália nos dias 27 a 31 de outubro, para conhecer o sistema italiano de cooperativismo social. O objetivo final é a expansão da Política Nacional de Inclusão Social pelo Trabalho. A CISM acordou a indicação da Senhora Iracema Vieira Polidoro, representante dos Familiares dos Usuários dos Serviços de Saúde Mental do MNLA. A comitiva visitou 5 províncias italianas que desenvolvem trabalhos da área da Economia Solidária. Brasil e Itália firmarão um acordo para criação de Cooperativas de Geração de Renda
- ✓ Solicitação pela Área Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde, de um membro da CISM no Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental em Hospitais Gerais, instituído pela Portaria nº 1899, de 11 de setembro de 2008. A CISM acordou a indicação da Conselheira Carmen Lúcia

- ✓ Informação de que o dia 10 de outubro é comemorado o dia mundial de saúde mental e o Brasil foi convidado pela Organização das Nações Unidas - ONU para participar dos eventos em Genebra. No dia 9 de outubro a ONU fará uma reunião sobre saúde mental no mundo e convidou o Brasil a ministrar palestra, pois a ONU considera que, em termos de saúde mental, o Brasil está 5 anos à frente dos outros países em desenvolvimento. No mês de agosto foi publicado um artigo sobre saúde mental no Brasil na revista Lancet
- ✓ Comemoração ao Dia Internacional de Saúde Mental com a realização de evento com o tema Saúde Mental como prioridade: melhoria dos serviços com participação social e cidadania
- ✓ Publicação de Portaria do Programa de Volta para casa que ampliou o valor para R\$320,00
- ✓ Informação de que com a migração do financiamento de saúde mental do FAEC para o MAC, terá que ser feito o cálculo da verba para saúde mental. O Departamento de Regulação do Ministério da Saúde - DERAC/MS propõe fazer este cálculo com base na série histórica de gastos dos CAPS. Neste sentido, foi solicitado que a CISM se pronunciasse sobre o problema de realizar o cálculo da Saúde Mental pela série histórica, uma vez que os CAPS não conseguem atingir o teto, por não terem a equipe mínima. Área Técnica de Saúde Mental está se mobilizando para mostrar que os CAPS custam mais do que a série histórica demonstra, mas a manifestação do CNS é importante
- ✓ Promoção de abaixo-assinado a favor da IV Conferência Nacional de Saúde Mental para apresentação ao Plenário do CNS. Tendo em vista que 11 Conferências estão sendo pautadas, foi criado um GT no CNS para estudar quais dessas Conferências teriam condições de serem realizadas. Eufrazia representa o FENTAS nesse GT, que até o momento não se reuniu. Há resistências por parte do CNS para realização de qualquer Conferência em 2009, não só em função das trocas das administrações municipais que já começariam tendo que realizar Conferências Municipais, como a eleição para renovação da direção do CNS em setembro de 2009. Há um certo consenso de que se alguma Conferência for realizada, serão priorizadas, pelo FENTAS, a de Saúde Mental e a da Vigilância Sanitária

- ✓ Foi revisado o Plano de Trabalho da CISM com as seguintes inclusões de temas:
 - A saúde do trabalhador uma vez que 17% dos trabalhadores estão afastados por problema de saúde mental em São Paulo.
 - Análise estatística do trabalho “Cuidando do Cuidador” do Conselheiro Arnaldo Marcolino, para validar cientificamente a pesquisa do mesmo.
 - Recomendação para que o Ministério da Saúde inclua nos indicadores do Pacto pela Vida a abertura de leitos em hospitais gerais.
 - Inserção de questões sobre álcool, drogas e tabaco tanto na Conferência, quanto no Plano de Trabalho da CISM, pois em alguns municípios existem três coordenações e, apesar da Política de Redução de Danos, o discurso ainda é repressor.
 - Organização do Seminário Nacional de Saúde Mental a se realizar dias 19 e 20 de março de 2009 em Brasília.
- ✓ Foram apresentados nas reuniões da CISM os seguintes trabalhos:
 - Em 23/09/2008 → Assistente Social Maria Helena Pedro Braga, do Serviço Destinado a Pessoas em Situação de Violência no município de São Francisco de Paula/RS: “Programa Violência urbana, intrafamiliar e de gênero: Questão Social e de Saúde Pública pela Cultura da Paz e não Violência”- CAPS São Francisco de Paula/RS
 - Em 03/11/2008 → Psicóloga Ana, da Equipe Técnica de Saúde Mental do Ministério da Saúde - “Residenciais Terapêuticos”.
 - Em 04/11/2008 → Técnicas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS - “Saúde Mental na Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS”.
- Participação da representação em Eventos:
 - ✓ 10/10/2008 - Seminário em Comemoração do Dia Mundial e Saúde Mental - Sede do Ministério da Saúde - Brasília
 - ✓ 09/10/2008 - Workshop sobre Saúde Mental promovido pela Procuradoria Geral dos Direitos dos Cidadãos, em Brasília/DF
- Foi bastante oportuna a representação do CFESS no espaço da CISM, por abordar uma questão em envolve um grande número de usuários, assim como uma parcela importante da categoria profissional, mas que, no entanto, goza de baixa

- visibilidade social, não sendo, via de regra, priorizada na programação e alocação de recursos para o desenvolvimento da política pública necessária
- A integração da nova representante do CFESS na Comissão foi excelente, sendo designada para assumir o papel de coordenação e relatoria de mesa no Seminário Nacional de Saúde Mental a ser realizado nos dias 19 e 20 de maio de 2009, e convidada como apresentadora do tema “Saúde Mental e Interdição Civil”, na primeira reunião ordinária da CISM em 2009.

7. Comissão Intersetorial da Saúde da Mulher - CISMU

Representante: Marylúcia Mesquita - Membro Titular

- A Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher - CISMU foi instituída em 1993, pela Resolução CNS nº 039, de 4 de fevereiro de 1993. Sua estruturação e composição atual estão dispostas na Resolução CNS Nº 383, de 14 de junho de 2007, e tem por objetivos:
 - ✓ subsidiar o Conselho Nacional de Saúde na avaliação das condições de saúde da mulher, e nas questões específicas da saúde das mulheres em sua interface com as demais políticas de saúde
 - ✓ apoiar a mobilização dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde na constituição de Comissões Intersetoriais de Saúde da Mulher no âmbito destes conselhos
 - ✓ fortalecer o controle social sobre as ações de saúde para as mulheres propostas pelo gestor federal e desenvolvidas pelas três esferas de governo, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e garantir uma política de saúde para as mulheres que respeite os direitos humanos, direitos sexuais, direitos reprodutivos e sua autonomia como cidadãs
- No ano de 2008 foram agendadas 03 reuniões e o CFESS esteve presente em uma, sendo que os temas de destaque foram:
 - ✓ Balanço das Atividades de 2008
 - ✓ Monitoramento das Resoluções da CISMU aprovadas no CNS, assim como definir as providências necessárias para que as mesmas se concretizem
 - ✓ Relato da situação do Livro sobre Saúde da Mulher que se encontra em revisão

- ✓ Conclusão do Plano de Trabalho e Encaminhamentos para Aprovação do Plano no CNS
- ✓ Escolha da nova data do Seminário sobre Gênero e Controle Social e providências para sua realização. O Seminário havia sido agendado para 26, 27 e 28 de novembro de 2008, mas foi adiado por questões orçamentárias. A nova data aprovada na Comissão foi 25, 26 e 27 de março de 2009:
 - Tema: “A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher frente aos Pactos pela Saúde”
 - Público alvo: 150 participantes: integrantes das CISMUs dos Estados e Municípios que tiverem a Comissão organizada; Conselheiros Estaduais de Saúde que representem segmentos de mulheres; Conselheiros Municipais de Saúde que representem segmentos de mulheres; Demais conselheiros dos Conselhos Estaduais de Saúde e dos Conselhos Municipais de Saúde das capitais; Conselheiros dos Conselhos Municipais de Saúde de municípios designados pelo CONASEMS; Lideranças, intelectuais, pesquisadoras e militantes do movimento de mulheres/feministas da área de saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos
 - Objetivos: a) Identificar as limitações e as possibilidades dos Pactos pela Saúde 2006 em relação à Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PNAISM; b) Verificar as prováveis tensões entre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM (que possivelmente delimitam as ações dos Pactos) e as propostas para as mulheres contidas nas Plataformas das conferências da Organização das Nações Unidas - ONU do Cairo-94 e Beijing-95 (que possivelmente delimitam as ações da PNAISM); c) Discutir com os recentemente eleitos membros de Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde os Pactos pela Saúde - 2006 na perspectiva da PNAISM; d) Conhecer e apresentar os resultados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde - PNDS e sua utilização na revisão dos rumos das políticas voltadas à questão dos direitos sexuais e direitos reprodutivos; e) Incentivar a criação e organização de CISMU nas esferas estaduais e municipais dos Conselhos de Saúde; f) Iniciar a luta pela convocação da II Conferência Nacional de Saúde da Mulher.

- A participação do CFESS em 2008 ficou bastante comprometida porque a agenda política do CFESS precisou priorizar temas como Exame de Proficiência; Depoimento sem Danos etc, o que consumiu muito tempo da diretoria. Duas reuniões da Comissão se chocaram com outras atividades do CFESS, o que impossibilitou a participação da representação.

8. Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS (MS/MEC)

Representante: Ruth Ribeiro Bittencourt – Membro Titular

- A representante do CFESS foi eleita em votação no FENTAS para um mandato de dois anos para essa comissão.
- Comissão constituída pela Lei Nº. 11.129 de 30.06.2005, que instituiu a Residência em Área Profissional da Saúde - modalidade de pós-graduação lato sensu caracterizada por formação em serviço, supervisionado por profissionais (preceptoria), em regime de dedicação exclusiva, funcionando em instituições de saúde, com duração mínima de dois anos e 60 horas semanais de atividades, incluindo 4 horas semanais de sessões de atualização, seminários, estudos clínicos com a participação ativa dos alunos – é composta por representantes do Ministério da Saúde (MS) e do Ministério da Educação (MEC)
- Desde agosto de 2007 atua através de reuniões mensais. Em 2008 ocorreram sete reuniões plenárias da comissão e uma reunião com os Conselhos Profissionais, Associações Acadêmicas e Federações das 14 profissões da saúde, objetivando a apresentação, discussão e aprovação das Câmaras Técnicas das Residências e o envolvimento dessas instituições no processo de avaliação dos programas
- Outras atividades desenvolvidas durante o ano:
 - ✓ Credenciamento provisório dos Programas de Residência financiados pelo Ministério da Saúde - foram visitados 12 programas em todo o território nacional
 - ✓ Estabelecimento do perfil de competência do egresso das Residências, considerando sua atuação na equipe e na especificidade de cada área profissional

- ✓ Constituição das Câmaras Técnicas com o objetivo de subsidiar a Comissão Nacional na definição de requisitos técnicos específicos para o desenvolvimento de programas de residência das profissões da saúde nas diferentes áreas de especialização, em área profissional ou multiprofissionais, incorporando a participação dos Conselhos Profissionais, das entidades sindicais e outras entidades representativas das diferentes profissões da saúde, a gestão do SUS, do controle social, das instituições formadoras e dos residentes
- ✓ Cadastramento geral de todos os programas existentes no país para iniciar o processo de credenciamento. Comissão está concluindo o levantamento dos cadastro de mais de cem instituições com programas de residência
- ✓ Formação do Banco de Avaliadores (através de seleção por currículo de mais de 300 inscritos) que irão participar do processo de visitação e avaliação dos programas cadastrados durante o ano de 2009, supervisionados por facilitadores e coordenadores convidados ou membros da CNRMS
- ✓ Realização do III Seminário Nacional de Residência em Saúde e da Oficina de Avaliadores - com mais de 400 participantes de todo o Brasil

9. GT Parecer Técnico (CIRH)

Representante: Ruth Ribeiro Bittencourt

- Constituído em maio de 2008, em articulação com a Comissão Interministerial (MS/MEC) através da Secretaria de Educação Superior - SESU, e obedecendo ao disposto constitucional regulamentado pelo Decreto 5773 e Resolução CNS Nº. 350/2005, que tratam da regulação dos cursos de graduação da área da saúde, é responsável pela análise e emissão dos pareceres técnicos do CNS para os atos normativos: autorização (cursos novos), reconhecimento (cursos novos, recém autorizados, ainda em funcionamento das primeiras turmas), renovação de reconhecimento (todos os cursos em funcionamento – a cada três anos) e aumento de vagas para os cursos de Medicina, Odontologia e Psicologia
- Até novembro de 2008 foram encaminhados ao CNS 108 processos de cursos de medicina (31 pedidos de autorização, 16 de reconhecimento e 61 de renovação); 112 de odontologia (16 pedidos de autorização, 18 de reconhecimento e 78 de

renovação) e 131 de psicologia (83 pedidos de autorização, 42 de reconhecimento e 06 de renovação), totalizando 351 processos dos quais, 130 de autorização, 76 de reconhecimento e 145 de renovação de reconhecimento de 57 Instituições de ensino superior públicas e 294 instituições privadas

- Desse total já foram analisados e emitidos pareceres aprovados no Plenário do CNS de 37% dos processos de solicitação de autorização para abertura de cursos, 21,7% dos processos de solicitação de reconhecimento de curso e 41,3% de solicitação de renovação dos processos de reconhecimento
- Além desses processos a representante também participou do grupo responsável pela visita de diligências, em dois processos de recursos: Universidade de Maringá - Uningá (recorreu do indeferimento para abertura de um curso de Medicina) e Centro Universitário de Maringá - CEUMAR (recurso relacionado a ausência de documentos na análise do processo de autorização de abertura de um curso de Medicina). Em dezembro foi deliberada outra diligência na Universidade Federal de São João Del Rey, cuja visita ainda não ocorreu
- Devido ao acúmulo de processos e, por uma opção de prioridades, as solicitações de aumento de vagas ainda não foram objeto de análise. É pretensão iniciar esse processo no primeiro semestre de 2009
- No momento o GT está sistematizando uma proposta de suporte administrativo, visando estender esse processo aos outros cursos da área da Saúde, inclusive os que não atuam exclusivamente nas políticas de saúde como o Serviço Social.

10. Câmara de Regulação do Trabalho em Saúde (CRTS)

Representante: Kátia Regina Madeira

- Constituída em maio de 2004, através da Portaria nº. 827/GM, de caráter consultivo, vinculada ao Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde/MS. Se propõe a desenvolver ações de regulação profissional para as profissões e ocupações da área de saúde. Suas reuniões são trimestrais.

VI.3.2. PARTICIPAÇÃO EM FÓRUNS

1. Fórum das Entidades Nacionais de Trabalhadores da área da Saúde (FENTAS)

Representantes: Rodriane de Oliveira Souza e Ruth Ribeiro Bittencourt

- É um Fórum de articulação e deliberação política em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e de discussão democrática sobre questões pautadas no CNS ou demandadas por seus membros no sentido de subsidiar e defender a posição do segmento dos trabalhadores no CNS, com atuação permanente de representação de trabalhadores em suas diversas formas de organização: associações, federações e confederações nacionais de trabalhadores e conselhos federais de fiscalização do exercício profissional das profissões da saúde
- Atua através de participação em audiências, frentes de lutas, eventos relacionados a saúde e reuniões mensais, que antecedem as reuniões do Conselho Nacional de Saúde - CNS, objetivando a defesa das políticas de saúde em especial do Sistema Único de Saúde, tendo como princípios fundamentais:
 - ✓ Compromisso com os dispositivos da constituição federal referente à política de saúde;
 - ✓ Defesa do Sistema Único de Saúde e a legislação que fundamenta sua execução tais como: Lei nº 8142, dentre outras
 - ✓ Trabalho tendo como referência princípios éticos;
 - ✓ Respeito à identidade, à autonomia e à dinâmica própria de cada entidade-membro
- No ano de 2008 ocorreram doze reuniões onde, além da análise da pauta de reunião do CNS, se discutiu os seguintes temas seguidos de encaminhamentos para seus enfrentamentos:
 - ✓ **Políticas e Programas:**
 - Pactos e o PAC da Saúde
 - Atenção Básica e NASF
 - ✓ **Análise de Projetos de Lei - PL, Decretos e Portarias:**
 - PLC Nº. 92/2007 - Fundação Estatal de Direito Privado - encaminhamentos da Audiência Pública

- Regulamentação da EC-29/2000 – movimentos e audiências
- Portaria GM/MS Nº. 1.899, de 11 de setembro de 2008, que Institui o Grupo de Trabalho sobre Saúde Mental em Hospitais Gerais
- Aprofundamento da discussão da Portaria GM nº. 154 - que cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF
- Decreto nº. 5895/2006 e Decreto nº. 6308/2007 – sobre entidades e organizações de Assistência Social
- ✓ **Debates sobre temas pautados por demanda de membros do Fórum:**
 - Debate sobre o Programa de Transplantes no Brasil – com a participação da Presidente da Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil (conselheira do CNS, representando o segmento dos usuários)
 - Análise de Conjuntura (Impacto da Crise Econômica no Financiamento da Saúde e Regulamentação da EC-29)
 - Carga Horária dos Cursos de Graduação na Área da Saúde – Parecer do CNE, preparação e participação em Audiência com membros do CNE
 - Debate sobre medicamentos excepcionais
 - Avaliação do Seminário de Modalidade de Gestão e propostas das entidades que compõem o FENTAS (segmento dos trabalhadores)
 - Seminário de Combate à Dengue do TCU

2. Fórum Permanente Mercosul para o Trabalho em Saúde

Representante: Sâmbara Paula Francelino Ribeiro

- Criado em abril de 2004, é um espaço de diálogo entre gestores e trabalhadores da saúde, sob a responsabilidade institucional do Departamento de Gestão e da Regulação do Trabalho em Saúde da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde/MS. Suas reuniões são bimestrais
- A participação do CFESS ocorreu na 20ª Reunião Ordinária do Fórum Permanente MERCOSUL para o Trabalho em Saúde em 08 de julho de 2008, no Centro de Eventos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), onde foram discutidos os seguintes pontos:

- ✓ Informes sobre a XXX Reunião do Subgrupo de Trabalho em Saúde - SGT nº. 11
“Saúde” MERCOSUL, realizada em Buenos Aires/Argentina
- ✓ Debate sobre Saúde, Trabalho e Educação no MERCOSUL
- ✓ Apresentação da pauta da próxima reunião do SGT nº. 11 - PPT Brasil
- ✓ Apresentação e discussão de proposta de Manual sobre a Matriz Mínima de Registro profissional, que tem como objetivo fornecer Orientação aos profissionais de saúde que desejam exercer a atividade nos Estados Partes do MERCOSUL, quanto às finalidades e obrigatoriedade de utilização da Matriz Mínima nesse processo
- ✓ A Matriz Mínima de Registro de Profissionais da Saúde do MERCOSUL foi aprovada pelo Grupo Mercado Comum - GMC, órgão executor do MERCOSUL, por meio da Resolução GMC nº 27/04. O referido documento diz respeito a **informações** sobre profissionais que exercem ou pretendem exercer sua profissão no MERCOSUL e/ou trabalhem em municípios ou jurisdições de fronteira, sendo indispensável para habilitar os profissionais do setor saúde no exercício de suas atividades próprias
- ✓ Os dados constantes da Matriz Mínima dizem respeito à formação dos profissionais, tais como: graduação, pós-graduação - *lato e strictu sensu*, conduta ética e disciplinar
- ✓ A Matriz Mínima também apresenta dados sobre a revalidação de títulos, diplomas e certificados, destacando a instituição responsável pelo ato. Além disso, consta da Matriz Mínima o registro de título, diploma e\ou certificado em outro país do MERCOSUL
- ✓ Os Estados Partes se comprometeram a incorporar a Matriz Mínima a seus ordenamentos jurídicos e adotar as disposições legislativas e administrativas para seu cumprimento. A Matriz Mínima foi incorporada pelos Estados Partes por meio das respectivas normas:
 - Brasil: Portaria/GM nº. 552/05 - Ministério da Saúde
 - Argentina: Resolução nº. 604/05 - Ministério da Saúde
 - Paraguai: Decreto nº. 10.209/06 - Presidência da República
 - Uruguai: Decreto nº. 282/2007 - Presidência da República

- ✓ Essa questões, bem como as Profissões a serem incluídas no Manual foram debatidas exaustivamente com o plenário
- ✓ Antes da reunião o CFESS havia enviado um ofício solicitando a inclusão do Serviço social no quadro de profissões para **exigibilidade do preenchimento da Matriz Mínima de registro de profissionais de saúde do MERCOSUL**. Isso foi debatido e sendo orientado ao CFESS recorrer à entidade da profissão no MERCOSUL

3. Fórum Nacional de Reforma Urbana - FNRU

Representantes: Tânia Maria Ramos de G. Diniz e Kátia Regina Madeira

- O Fórum Nacional de Reforma Urbana é um grupo de organizações brasileiras que lutam por cidades melhores para todos. São movimentos populares, associações de classe, ONGs e instituições de pesquisa que buscam promover a reforma urbana, na defesa de políticas que garantam direitos básicos de todos e todas, como a moradia de qualidade, água e saneamento, transporte público acessível e eficiente
- O FNRU se fundamenta em três princípios fundamentais:
 - ✓ O primeiro é o Direito à Cidade, na defesa que todos(as) os(as) moradores(as) das cidades têm direito à moradia digna, trabalho, aos meios de subsistência, ao saneamento ambiental, à saúde e educação, ao transporte público e à alimentação, ao trabalho, ao lazer e à informação.
 - ✓ O segundo princípio, a Gestão Democrática das Cidades, defende o fortalecimento dos canais de participação popular para ampliar o controle social como formas de socialização do poder
 - ✓ O terceiro princípio afirma a Função Social da Cidade e da Propriedade. O espaço das cidades tem que servir, antes de tudo, aos interesses das grandes majorias, garantindo o respeito às diferenças e à diversidade.
- A coordenação é composta pelas seguintes entidades: FASE - Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional, MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia, UNMP - União Nacional por Moradia Popular, CMP - Central de

Movimentos Populares, CONAM - Confederação Nacional de Associações de Moradores, FENAE - Federação Nacional das Associações de Empregados da Caixa Econômica, FISENGE - Federação Interestadual dos Sindicatos de Engenheiros, FNA - Federação Nacional de Arquitetos, Instituto Polis - Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal, IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, ANTP - Associação Nacional de Transportes Públicos, COHRE Américas - Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos, AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, FENEA - Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, CAAP - Centro de Assessoria à Autogestão Popular, ABEA - Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo, Fundação Bento Rubião - Centro de Defesa dos Direitos Humanos, Observatório das Metrópoles IPPUR/UFRJ/FASE, ActionAid do Brasil; Conselho Federal de Assistência Social; Habitat para Humanidade Brasil, Fórum Nordeste de Reforma Urbana; GT Urbano do FAOR - Fórum da Amazônia Oriental; Fórum da Amazônia Ocidental e Fórum Sul de Reforma Urbana

- A presença do CFESS no FNRU ocorre desde 2005, na perspectiva do controle social e na defesa das políticas urbanas com participação popular. A luta pela reforma urbana é parte da luta política e envolve a construção de outro projeto de sociedade. São reuniões bimestrais, orientadas a partir de um seminário de planejamento que ocorre ao início de cada ano. A partir de 2008, são duas conselheiras que participam desse espaço de representação, participando das seguintes atividades:
 - ✓ Reunião de planejamento em fevereiro de 2008: a partir da análise dos avanços e desafios ocorridos, foi elaborada uma proposta de ação coletiva da luta pelo direito à cidade para o ano de 2008
 - ✓ Reunião da coordenação em abril de 2008: discussão do Plano Nacional de Habitação e do Programa Nacional de Produção Social da Moradia, entre outros temas

- ✓ Reunião da coordenação em setembro de 2008: discussão sobre a importância da criação de uma linguagem para a comunicação do Fórum Nacional de Reforma Urbana com a sociedade brasileira, entre outros temas
- ✓ Reunião da coordenação em outubro de 2008: discussão dos encaminhamentos necessários para a realização da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana. O CFESS se colocou politicamente articulado na Jornada de Lutas com outros membros da coordenação do FNRU, com a elaboração e divulgação de um CFESS Manifesta referido à luta pela reforma urbana, e com a distribuição, junto aos CRESS, do material informativo da Jornada Nacional pela Reforma Urbana
- O CFESS se insere nesse espaço da luta urbana na perspectiva da construção de cidades justas, democráticas, e sustentáveis, em sintonia com os princípios éticos e diretrizes da ação política profissional. Temas como liberdade, igualdade, respeito às diferenças, inclusão social e justiça; função social da cidade, da terra e da propriedade urbana; gestão democrática da cidade; produção democrática da cidade e na cidade; manejo sustentável e responsável dos recursos naturais, patrimoniais e energéticos da cidade e seu entorno, são fundamentais para articular junto à categoria profissional e à sociedade, uma visão compartilhada da moradia digna para todas e todos, dos direitos humanos e da justiça social.

4. Fórum Nacional de Assistência Social - FNAS

Representante - Ivanete Boschetti

- Em 2008 a representação do CFESS sofreu diversas interrupções, que dificultou as atividades. Inicialmente, a representação foi assumida pelo conselheiro Marcelo, em seguida pelo conselheiro Edval, e a partir de outubro pela conselheira Ivanete
- Grande parte do tempo foi dedicado às articulações para a eleição da nova coordenação, em assembléia do Fórum, em julho. Nessa assembléia, o CFESS foi eleito para participar da coordenação, juntamente com as seguintes entidades: Federação Nacional das APAEs (usuário recondução), Pastoral da Mulher Marginalizada (usuário recondução), Conselho Federal de Psicologia - CFP

(trabalhadores), Fórum Estadual de Entidades Não Governamentais de Assistência Social de Mato Grosso. Permaneceram sem preencher duas vagas de entidades e uma de fóruns

- Durante o primeiro semestre, o FNAS se voltou ao debate do co-financiamento, com acompanhamento da PEC em tramitação no Congresso;
- No segundo semestre, após a eleição do CFESS para a coordenação, ocorreu uma única reunião, em outubro, que elaborou o Plano de Ação para 2008-2010, indicando como prioridades:
 - ✓ Revisão da Carta de Princípios
 - ✓ Reestruturação do FNAS e Mobilização de Entidades que assumam efetivamente a carta de princípios do FNAS
 - ✓ Elaboração de planejamento da gestão

5. Fórum Brasil de Orçamento - FBO

Representantes: Rosa Helena Stein e Ivanete Boschetti

- O Fórum Brasil de Orçamento reúne diversas entidades da sociedade civil em torno do objetivo comum de defender orçamento público e acompanhar a execução orçamentária. Sua dinâmica de funcionamento pressupõe assembleia anual e encaminhamentos e debates por email
- Em maio, assembleia geral do Fórum Brasil do Orçamento (FBO) elegeu uma nova coordenação política, composta pelas seguintes organizações: Inesc, Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea), Instituto Cultiva, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge), o Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF), o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon - RJ), a Central de Movimentos Populares (CMP) e a organização Capital Social de São Paulo. Dentre as organizações da coordenação, três foram eleitas para compor a secretaria executiva colegiada, que ficará responsável pela operacionalidade da articulação. Compõem a secretaria executiva o Inesc, o Centro de Cultura Luiz Freire e o Corecon/RJ

- Durante a assembléia, também foi realizado Seminário Nacional e o FBO lançou um documento com um balanço político sobre a atuação do Fórum nos últimos dois anos ([o documento está disponível no site do FBO - http://www.forumfbo.org.br](http://www.forumfbo.org.br))
- Tanto o Seminário quanto a assembléia se dedicaram a analisar a política fiscal e orçamentária, que segunda análise do FBO, tem sido um instrumento "reprodutor de desigualdades sociais". O orçamento público da União, que deveria ser utilizado como um dos principais instrumentos para a promoção de direitos e distribuição de renda, vem reforçando a regressividade do sistema tributário brasileiro e sendo financiado, principalmente, pelos mais pobres em benefício dos mais abastados
- A proposta de reforma tributária em tramitação no Congresso Nacional não corrige esta e outras distorções, ao contrário, daí a decisão de investir em 2008 em manifestações e mobilizações para intervir no processo de reforma tributária
- Também em 2008 o Fórum Brasil do Orçamento - FBO divulga manifesto em defesa do demonstrativo de metas sociais (enviado pelo CFESS aos CRESS e divulgado na página do CFESS) e em protesto contra a decisão do presidente Lula de vetar uma emenda sugerida pela sociedade civil que previa o encaminhando, 15 dias após o envio do Projeto de Lei Orçamentária - PLOA de 2009, de demonstrativo, por área de governo, com a discriminação das principais metas sociais relativas a programas e ações, identificando os montantes financeiros e as respectivas metas físicas.

6. Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - FDCA

Representante: Erivã Garcia Velasco

- O Fórum DCA é um espaço democrático de articulação de entidades da sociedade civil dedicado à mobilização de forças em torno da defesa e efetivação dos direitos da criança e do adolescente, por meio da proposição, articulação e monitoramento das políticas públicas
- O CFESS participa do Fórum DCA desde sua fundação, na década de 90, contribuindo na lutas em defesa dos direitos da criança e do adolescente

- Em 2008 o CFESS retomou uma participação mais ativa no FDCA, e participou de 4 reuniões, sendo que esse espaço foi campo de articulação de entidades para eleições do CONANDA
- O CFESS participou do processo de elaboração dos eixos estratégicos de atuação do FDCA, definidos como:
 - ✓ Construção da Política Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e a realização da VIII Conferência Nacional;
 - ✓ Assegurar o pleno funcionamento do Conanda (orçamento, revisão do regimento interno, estrutura, assessoria);
 - ✓ Monitoramento do Legislativo e incidência política no Congresso Nacional, e
 - ✓ Fortalecimento da articulação com conselhos e outros espaços estratégicos

VI.4. Outras Atividades Realizadas pela Comissão de Seguridade Social

- Socialização sistemática da atuação do CFESS nos espaços de representação, mediante divulgação das ações no boletim eletrônico CFESS Informa e na página do CFESS
- Participação na elaboração dos Seguintes CFESS Manifesta:
 - ✓ Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade - novembro
 - ✓ O Conjunto CFESS/CRESS na Luta pela Realização de Concurso Público para o INSS - abril
 - ✓ Nota Pública aos(às) Estudantes da Universidade de Brasília - UnB - abril
 - ✓ Papel e Atribuições do/a Assistente Social nas Políticas de Previdência e Assistência Social - março
 - ✓ Nota sobre o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - março
- Realização de palestra sobre o Trabalho do Assistente Social no SUAS pela presidente do CFESS, em debate organizado pela Seccional de São José dos Campos - outubro
 - c) Realização de palestra sobre as Tendências das Políticas Públicas e o Serviço Social pela presidente do CFESS, em debate organizado pelo CRESS/PB e pela Seccional de Campina Grande - março

VI.5. Avaliação

A comissão de seguridade social foi bastante fortalecida em 2008, com ampliação das representações, sobretudo na área da saúde. O envolvimento e compromisso dos conselheiros do CFESS e demais assistentes sociais que compõem as representações de base e os GTs, asseguraram uma atuação criativa, intensa e crítica em todos os espaços de representação, na perspectiva de irradiação de nossos princípios e valores para a sociedade. Defender a Seguridade Social num cenário de desmonte e acirramento de destruição de direitos sociais e mercantilização das políticas sociais exige a realização constante de análises conjunturais que permitam o estabelecimento de estratégias e ações necessárias. Exige que desmitifiquemos a discussão sobre orçamento público, que combatamos a falsa dualidade da relação técnico/político, que atuemos criticamente em espaços de controle social na ótica do fortalecimento do usuário, que sejamos radicais na defesa da universalização de direitos e que busquemos cotidianamente a articulação com os movimentos sociais. Nesta perspectiva é que atuamos em 2008. O 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS deliberou diversas ações, algumas de continuidade e outras, novas, para o eixo da Seguridade Social em 2009. O desafio de implementá-las é de todos nós.

VII- COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO

Coordenação: Conselheira Kênia Augusta Figueiredo

Nesse ano, o CFESS investiu muito na reestruturação de sua comunicação, que era objeto de muitas críticas. Alterou sua identidade visual, com a criação de uma logomarca portadora de sentido e significado, reconstruiu sua página na internet, com mudanças de forma, mas sobretudo, de estrutura e conteúdo, o que permitiu manter uma comunicação sistemática e continuada com a categoria. Além da reelaboração do conteúdo fixo, com atualização das informações, o site hoje é um potencial difusor de notícias sobre questões de interesse dos assistentes sociais.

As ações desenvolvidas sob a coordenação da Comissão de Comunicação do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, nesse, podem ser sub-divididas em três grupos:

1. Ações diretas e planejadas: são atividades que devem ser encaminhadas diretamente pela comissão de comunicação, sendo estas deliberadas pelo conselho pleno
2. Ações de apoio a outras comissões: são as atividades que complementam as ações de outras comissões também deliberadas no conselho pleno
3. Ações diretas, dispersas e variadas: são aquelas que ocorrem no cotidiano. Na maioria das vezes dizem respeito ao atendimento externo, principalmente aqueles advindos por e-mail, a atualização do site, a elaboração de artes, acompanhamento gráfico, cotações de preço, etc.

Um registro importante diz respeito à natureza dos trabalhos da comunicação. É preciso compreender que para cada produto finalizado existe uma gama de articulações, contatos com outros profissionais, pesquisa, organização, apoio logístico, não sendo possível quantificar todo o processo.

Importa também registrar que no decorrer do ano, em julho, houve a substituição do profissional que prestava assessoria ao CFESS na área de comunicação. Esta alteração foi possível por meio de seleção externa, onde compareceram vários candidatos. Participaram da banca de seleção conselheiros membros da Comissão de Comunicação e do Grupo de trabalho de funcionários.

VII.1. Atividades Programadas e Realizadas

A Comissão de Comunicação, até 2008, se designava Comissão de Divulgação e Imprensa, trabalhou com um orçamento previsto de R\$ 141.078,70, para desenvolver as atividades programadas e realizadas. Desde janeiro, a nova gestão do CFESS alterou sua designação para Comissão de Comunicação.

VII.1.1. Ações diretas planejadas:

a. Elaboração do CFESS Manifesta (inclui texto, arte e diagramação):

- Livro contendo todos os CFESS Manifesta da Gestão 2005-2008 - fevereiro
- Nota sobre o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - março
- Defesa do Concurso Público para Assistente Social no INSS - abril
- Apoio à Manifestação do Movimento Discente na UnB - abril
- Dia do Trabalhador - 1º de maio
- I Conferencia Nacional LGBT - junho
- Dois anos da Lei Maria da Penha - agosto
- Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito á Cidade - novembro
- Dia Internacional de Luta da não Violência contra a Mulher - novembro
- Direitos Humanos: Para Refletir e Lutar todos os Dias - dezembro

Total: 10

b.Elaboração do CFESS Informa - Boletim eletrônico (inclui texto, arte e diagramação):

- Foram elaborados, editados e divulgados em setembro, novembro e dezembro

Total: 3

c. Campanha de valorização da profissão - 15 de maio

- Produtos gerados em 2008: arte, cartaz, marcador de livros, outdoor, texto de apoio para os CRESS

d. Agenda 2009

- Produção de duas agendas com o tema: Trabalho e Riqueza no Brasil: 30 Anos de Luta contra a Desigualdade
 - ✓ AGENDA CONVENCIONAL ASSISTENTE SOCIAL 2009: 13x20cm, 438 páginas, com wire-o (tipo de espiral) protegido, porta-documento, marcador de página e elástico
 - ✓ AGENDA DE BOLSO ASSISTENTE SOCIAL 2009: 17x8cm, 212 páginas, com *wire-o* (tipo de espiral) protegido, marcador de página e elástico

e. Elaboração de artes e diagramação de:

- Cédulas das eleições: CRESS- RJ, PI, TO e Seccional de Campina Grande
- Cartões de visita dos conselheiros
- Pasta cartão para o CFESS

f. Pesquisa, monitoramento da produção, implementação do novo site do CFESS

- Atualização cotidiana, com elaboração e produção de matérias

g. Notas Curtas Publicadas no Site do CFESS e Divulgadas por email sobre:

- Dia da Mulher
- Concurso Público do INSS
- Campanha Não Homofobia
- 60 Anos da Declaração dos Direitos Humanos
- Dia da Consciência Negra
- O que queremos e pelo que lutaremos em 2009

Total: 6

h. CFESS na Mídia

Também coube à Comissão de Comunicação investir na assessoria de imprensa, na perspectiva de pautar o CFESS na mídia. O resultado, nesse ano, foi a participação de conselheiras nas seguintes atividades:

- Conferência Mundial na mídia em Salvador: diversas matérias sobre a Conferência Mundial foram publicadas em jornais de Salvador, em agosto de 2008

- CFESS no Jornal Estado de São Paulo: duas matérias sobre crescimento dos cursos de Serviço Social foram publicadas no “Estadão”, com entrevista com a presidente do CFESS, em outubro
- CFESS na TV Globo Regional SP: A CPTV (afiliada da Rede Globo em SP) entrevistou a presidente do CFESS sobre crescimento de cursos de Serviço Social e implicações para o trabalho de assistentes sociais, em novembro
- CFESS na Globo.com: Matéria sobre espaços profissionais do Serviço Social foi realizada pela Globo.com em junho. A conselheira Rodriane foi entrevistada e falou sobre os desafios profissionais na área da saúde
- CFESS no Chat de Debate do CRESS/RJ: a conselheira Marinete participou de chat na página do CRESS/RJ em debate com a categoria sobre o Serviço Social na Previdência

VII.1.2 Ações de Apoio a Outras Comissões

a. Confeção de certificados de eventos, adesivos, cartazes, folders, outros

Evento	Certificado	Crachá	Cartaz	Folder (1)	Adesivo
Sem Nac. sobre Precarização da Formação Acadêmica e Implicações no exercício profissional.	X	x		x	
I Conferencia LGBTT					x
Campanha “O amor fala todas as línguas” (reimpressão)(2)			x		
Campanha pelo Concurso Público			x		
Dia Internacional do Serviço Social da FITS			x		
Seminário Nacional de Gestão administrativo-financeira e Capacitação das COFIs	X	x		x	
Audiência Pública do INSS					x

(1) Inclui, em alguns casos, folder eletrônico.

(2) Inclui produção de cd (capa, rótulo, montagem)

VII.1.3. Ações Diretas, Dispersas e Variadas

- Elaboração de briefing
- Cotação de preços: materiais gráficos, filmagens, edição de vídeos, transcrições, faixas, inserção na mídia, dentre outros
- Elaborar matérias
- Fotografar eventos
- Atualizar o site do CFESS
- Atender solicitações de materiais: CRESS, parceiros, conselheiros, outros
- Atualizar o mailling do CFESS
- Respostas a e-mails

VII.2. Avaliação

Iniciamos esta gestão com o compromisso de manter e fazer avançar o projeto ético-político da categoria. Para tal é imprescindível garantir a otimização de metodologias e estruturas. A área de comunicação do CFESS vem exigindo a construção de uma nova estrutura, seja em relação à contratação de mais profissionais da área para atuarem diretamente no CFESS, seja na criação de uma rede articulada de especialistas do ramo.

O ano de 2008 passou exacerbado, comprometido com a agenda política da gestão anterior. No processo fomos amadurecendo o que nos possibilitou um novo direcionamento para a comunicação, materializado na contratação de um novo assessor e na indicação de uma seleção pública para mais um jornalista.

Novos contatos estão sendo gerados, conseguimos ganhar a confiança dos assessores de alguns regionais e apontar perspectivas para a revisão da política de comunicação para o conjunto, conforme deliberação do último Encontro Nacional. A deliberação sobre a produção de instrumentos de informação (jornal, cartilhas, etc) em regiões onde os CRESS estão mais frágeis financeiramente, indica o compromisso com um nivelamento com vistas ao fortalecimento do todo. Outro indicativo importante é a realização, em 2010, do Seminário Nacional de Comunicação.

Bar visibilidade às ações do CFESS e de todo o Conjunto é tão importante quanto realizar ações e organizar o CFESS. Para isso é fundamental estruturar a comunicação com profissionais comprometidos e capazes de desenvolver um trabalho na perspectiva do

projeto ético-político-profissional; criar instrumentos de gestão e monitoramento da informação; organizar uma rede de informação e profissionais. Só assim avançaremos na estruturação de um política de comunicação do conjunto CFESS/CRESS que dê conta de socializar nossas atividades e posicionamentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo de 2008, as demandas para o CFESS se avolumaram e exigiram da gestão *Atitude Crítica para Avançar na Luta*, posicionamento e ação críticos contundentes e ágeis.

A articulação entre trabalho, direitos e socialização foi o tema eleito pelo Encontro Nacional CFESS/CRESS de 2007 para ser o tema da campanha dessa gestão, que iniciou em 2008 e finda em 2011. A ação programática do CFESS para 2008 já levou em consideração essa temática, entendendo que a relação trabalho, direitos e riqueza nos remete aos princípios e valores do projeto ético-político profissional.

O trabalho com direitos tem sido nossa busca maior no que se refere ao acesso às condições de vida da população. A luta contra o desemprego e contra as formas precárias de inserção no universo do trabalho integra a agenda dos movimentos políticos de resistência, mas também representa parte significativa do tempo de vida de homens e mulheres que, obstinadamente, amanhecem todos os dias dedicados à procura de trabalho e emprego, em busca de sua autonomia. Por isso, uma das principais frentes de trabalho em 2008 foi a luta pelo concurso público no INSS, que culminou na importante conquista de sua realização para 900 vagas.

A defesa dos direitos constitui estratégia que se fortaleceu no decurso do tempo, na luta contra regimes ditatoriais na América Latina e contra sistemas centralizadores e negadores da liberdade e da vida. O campo de intervenção na realização dos direitos, bem como sua defesa foi alvo de investimento do CFESS, seja pelo caminho da ampliação e fortalecimento das representações nos espaços de controle democrático, seja pelo fortalecimento da articulação e apoio aos movimentos sociais nas lutas pelo acesso aos direitos. O trabalho profissional na mediação para acesso aos direitos foi um dos focos da ação do CFESS, seja nos debates sobre as contra-reformas e nos posicionamentos contra a precarização do ensino e da formação, seja na elaboração de parâmetros de intervenção para diversos espaços profissionais, iniciada em 2008, ou ainda na elaboração de regulamentação da supervisão direta de estágio, tendo como perspectiva a luta pela qualidade do trabalho e dos serviços prestados aos usuários.

A socialização da riqueza constitui um elemento imprescindível para superação da desigualdade social. Quando nos referimos ao Serviço Social e à luta por trabalho, direito e riqueza, estamos falando a mulheres e homens oprimidos pelo capital, que lutam cotidianamente em busca de emancipação e liberdade. A luta pela materialização desse importante princípio do nosso Código de Ética permeia todas as ações do CFESS, e se expressou nos debates do Encontro Nacional CFESS, e na campanha sobre o tema, cuja preparação teve início em 2008, e que se intensificará em 2009.

A mudança na identidade visual do CFESS e o fortalecimento das estratégias de comunicação, inegavelmente, foram um grande ganho em 2008, pois aproximam o CFESS dos CRESS, da categoria de assistentes sociais e da sociedade. Socializar nossos posicionamentos e ações é mais do que uma estratégia, é um pressuposto para a defesa, consolidação e enraizamento do nosso projeto ético político profissional.

Avançar e consolidar as conquistas, vencer os desafios, criar “sem pedir licença”, recriar estratégias e encaminhamentos, acreditar nas lutas coletivas e fortalecer os sujeitos individuais e coletivos são requisitos para consolidação do nosso projeto ético, político e profissional. Só pudemos fazer o que registramos nesse relatório porque a “vida é mutirão de todos”, porque cada um/a de nós que milita no Conjunto CFESS/CRESS dedica e dispende muito de sua vida na militância e nas lutas coletivas em defesa da profissão, da vida e de um mundo sem exploração.

“A vida inventa! A gente principia as coisas,
no não saber por que, e desde aí perde o poder de continuação,
porque a vida é mutirão de todos, por todos remexida e temperada”
(Guimarães Rosa)

ANEXOS

*I- CARTA DE BRASÍLIA APROVADA NO 37 ENCONTRO NACIONAL
CFESS/CRESS*

II- RELATÓRIO DO FUNDO DE APOIO AOS CRESS, SECCIONAIS E CFESS

III- QUADRO DE GRUPOS DE TRABALHO EM ANDAMENTO

CARTA DE BRASÍLIA, APROVADA NO 37º ENCONTRO NACIONAL CFESS/ CRESS

Os (as) 242 participantes, entre delegados (as) de base e direção, observadores (as) e convidados (os) reunidos(as) no 37º. Encontro Nacional CFESS/CRESS entre os dias 25 e 28 de setembro de 2008, representando o CFESS e os CRESS com sua base de cerca de 82 mil assistentes sociais brasileiros, trazem a público sua profunda inquietação e indignação para com impactos dos recentes acontecimentos relacionados à crise financeira internacional que já se desenvolve desde meados do ano de 2007 e aprofundou-se nas últimas semanas, e suas conseqüências para as políticas sociais e os trabalhadores brasileiros. A opção equivocada por uma política econômica que vulnerabiliza fortemente o Brasil, sem controle de fluxo de capitais e com uma taxa de juros das mais altas do mundo está mostrando seu custo: mais uma vez assistimos à socialização dos prejuízos causados pela farrá dos lucros fáceis da especulação financeira no mundo e no Brasil, com a transferência de vultosos recursos para as operações de salvamento das instituições financeiras e bancárias. A sangria de recursos do fundo público, a maior parte originada do suor dos trabalhadores brasileiros em função de uma estrutura tributária regressiva fundada nos impostos sobre o consumo, apesar de ser maior nas situações de crise aguda do capital, na verdade tem sido uma marca da política econômica brasileira desde a implantação do Plano Real até os dias de hoje, com forte impacto sobre a política social, em especial a seguridade social. A alimentação de mecanismos como a Desvinculação de Receitas da União (DRU) e o superávit primário, direcionados para pagar juros, encargos e amortizações da dívida pública com recursos da seguridade social, vem levando ao desfinanciamento da saúde e a um orçamento que não corresponde à demanda pelos serviços sócio-assistenciais preconizados pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), e restringe a política social aos programas compensatórios e residuais de transferência de renda, focalizados nos segmentos mais pauperizados da população brasileira. Não bastasse essa tenacidade em manter uma política econômica que favorece os bancos e o agronegócio, o Governo Lula propõe hoje uma contra-reforma tributária que rompe com o conceito constitucional do orçamento da seguridade social, o que coloca as políticas de seguridade disputando recursos do orçamento fiscal sem as prerrogativas que existem hoje do orçamento próprio. Além disso, extingue fontes próprias da seguridade social, como a COFINS e CSLL que serão diluídas no Imposto sobre Valor Agregado. A sustentação pública do lucro também atinge uma outra esfera que nos preocupa: o ensino superior. Desde a aprovação da LDB, que instaura o *laissez faire* na educação de uma forma contundente, vimos presenciando o aumento desenfreado de cursos privados, presenciais e à distância que não asseguram uma formação profissional qualificada e têm sido um nicho de valorização dos capitais médios, meios para acessar empréstimos públicos, e, sob o pseudo-argumento do acesso, mecanismos para adestrar trabalhadores para as demandas contemporâneas da produção e reprodução. A precarização da formação profissional tem atingido duramente o serviço social nos últimos anos, produzindo um exército profissional de reserva de baixa qualificação, à imagem e semelhança de uma política social pobre para os pobres. A intensa e desmesurada mercantilização da vida social e o ostensivo desprezo para com os direitos sociais e humanos - já que por dentro dessa dinâmica explode uma violência endêmica

acompanhada pela criminalização dos pobres – nos causa indignação. Estamos diante de um Estado Penal, que instaura uma violência a partir de cima, que culpabiliza jovens, negros, mulheres, indígenas e moradores das periferias urbanas, ao invés de dar respostas consistentes às expressões da questão social. Diante do exposto, queremos nos somar àqueles que vislumbram um Brasil com trabalho, direitos e democracia, com redistribuição da renda e da riqueza, onde a política econômica esteja a serviço dos homens e mulheres e não das coisas. Nesse sentido, urge a mudança da política econômica, a partir de medidas como o controle do fluxo de capitais, taxas de juros que estimulem a produção e o emprego e não a especulação, o fim da DRU e do superávit primário. Além disso, defendemos a realização de uma reforma tributária progressiva sobre o lucro e a propriedade e o direcionamento do fundo público para a política social. Pensamos numa política social universal e redistributiva, na contramão das contra-reformas neoliberais. Nesse sentido, somos contrários a todas as formas de terceirização e privatização, pois, com seus critérios discricionários, não permitem o acesso universal, produzindo as mais diversas formas de discriminação no atendimento, além de não assegurar estabilidade no emprego para os trabalhadores, atingindo suas condições de trabalho e sua organização política. Essas são razões que nos levam a denunciar e recusar as Fundações Estatais de Direito Privado, propostas na mais nova reestruturação conservadora do Estado brasileiro após o Plano Diretor da Reforma do Estado/MARE (1995). O ajuste estrutural anti-nacional, anti-público e anti-popular permaneceu ao longo desses anos, ainda que alguns nichos de resistência tenham persistido na sociedade e no Estado. Defendemos a educação pública, gratuita, laica e de qualidade. Portanto, medidas como o PROUNI – Programa Universidade para Todos – que repassa recursos públicos para as instituições privadas em nome do acesso à educação superior, e o REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – que rompe com a articulação ensino, pesquisa e extensão na universidade pública, a partir de um conjunto de medidas que alteram o próprio conceito de universidade, além da regulamentação frouxa da graduação à distância, são opostas à nossa concepção de educação e da formação profissional: teórico-crítica, ético-política e técnico-operativa de qualidade. Recusamos essa visão de que as demandas por direitos dos cidadãos brasileiros possam ser atendidas sem preparo, sem uma compreensão profunda da vida social, situação que é decorrente de um adestramento ligeiro e empobrecido. É evidente que esse conjunto de processos atinge os assistentes sociais seja em suas condições de trabalho, seja no seu perfil profissional. A hora é de agir, de buscar aliados na sociedade brasileira que estejam efetivamente preocupados com o futuro, que não querem essa sociabilidade dual e violenta, que compartilhem dos princípios que defendemos no âmbito do projeto ético-político do serviço social brasileiro construído nos últimos 29 anos, que defendam os direitos e a seguridade social. De todos os desafios que estão postos este é o maior: contribuir para reunir e reorganizar as forças democráticas da sociedade brasileira que não sucumbiram à cooptação e à fragmentação em torno de um outro projeto de país e de sociabilidade emancipada e livre para homens e mulheres. Esse é o convite dos(as) assistentes sociais brasileiros nesse momento histórico.

Aprovada na Plenária Final do 37º. Encontro Nacional CFESS/ CRESS
Brasília, 28 de setembro de 2008

RELATÓRIO DO FUNDO DE APOIO AOS CRESS, SECCIONAIS E CFESS

1. Comissão Gestora do Fundo de Apoio aos CRESS, Seccionais e CFESS

Pedro Alves Fernandes - CFESS

Rosa Helena Stein - CFESS

Tânia Maria R. Godoi Diniz- CFESS

Edmar Ribeiro Duarte - CRESS 1ª Reg./PA

Andréia Carla S. Everton - CRESS 2ª Reg./MA

Newvone Ferreira da Cosa - CRESS 7ª Reg./RJ

Maria Sirene Cordioli - CRESS 12ª Reg./SC

Conceição Rosa Paula Ferreira - CRESS 20ª/ MT

2. Resolução nº 506/2007 (critérios de acesso)

Art. 4º- A utilização do Fundo, pelos CRESS, CFESS e Seccionais de Base Estadual que contribuíram para o referido Fundo, nos dois anos de sua vigência dar-se-á através de procedimentos e normas disciplinares estabelecidas na presente Resolução e poderá ser acessado nas seguintes situações e obedecendo os critérios a seguir especificados:

I- Pelos CRESS, CFESS e Seccionais em caso de **insuficiência de recursos próprios** para dar sustentação ao desenvolvimento das ações precípuas da entidade.

II- Em **situações excepcionais** que provoquem queda abrupta na arrecadação prevista no Plano Orçamentário.

III- Em situações de **calamidade ou emergência** que estrapolem a capacidade de gestão da entidade.

IV- Em situações em que os CRESS e as Seccionais de Base Estadual **não disponham de sede própria** e o investimento não pode ser coberto pela arrecadação prevista no Plano Orçamentário.

3. Processos Analisados pelo GT

Tabela 1 – Processos Analisados

	Aporte 2005	Aporte 2006	Aporte 2007	Aporte 2008	Total processos analisados e julgados
Reuniões	19 e 20/01/2006	01/09/2006	09/03/2007	14/6 e 12-13/09	
Processos analisados/ Julgados em reunião	07, sendo 03-Def 03- Ind. 01- parcial	05, sendo 01 - Def. 04- Indef	01, sendo 01 - indef.	06, sendo 4- Def. 2- Indef.	19 processos: 08- deferidos 10- indeferidos 01- def. parcial
Processos analisados /decisão eletrônica			03 01-Indef. 01 def. 1-def.parcial	-	03 processos: 01- deferido 01- indeferido 01- def. parcial
Total processos analisados					22

Conforme apontado no quadro acima, no ano de 2008 foram realizadas 02 reuniões (14/6 e 12-13/9), para análise de 06 processos, dos quais 02 foram deferidos integralmente:

- ✓ CRESS-CE: recursos para reforma da sede
- ✓ CRESS-DF: complementação de recursos para aquisição de nova sede, devido à situação de emergência

Outros 02 foram deferidos parcialmente>

- ✓ CRESS-AP: aprovado 25% do valor do Fundo para aquisição de sede
- ✓ CRESS-PB aprovado 25% do valor do Fundo para complementação de recursos e aquisição de nova sede

Duas solicitações foram indeferidos (CRESS-PR e CRESS-PI) por não enquadramento nos critérios da Resolução.

É importante ressaltar que das solicitações apresentadas e deferidas em 2008, apenas o CRESS/CE já acessou o recurso. Os demais (DF, AP e PB) ainda não acessaram o

recurso, cujo saldo continua na conta do fundo. Considerando o artigo 6º, parágrafo 3º, esses Regionais poderão acessar 25% do saldo no momento da utilização.

O saldo na conta do Fundo Nacional, em final de 2008 era de R\$ 270.896,96.

4. Saldo Existente em Dezembro de 2008

Saldo existente na conta em dezembro 2008	R\$ 270.896,96
Despesas com Reunião de Junho	R\$ 3.899,83
Despesas com Reunião de Setembro	R\$ 5.698, 16
Projeto CRESS 8ª/DF (aprovado em junho)	R\$ 55.405,06 (ainda não acessado)
Projeto CRESS 3ª /DF (aprovado em setembro)	R\$ 32.512,73 (já acessado)
Projetos CRESS AP e PB (aprovados em setembro)	25% do saldo no momento de acesso (ainda não acessado)

Composição e Cronograma de Trabalho dos Grupos de Trabalhos				
Grupo de Trabalho	Portaria	Data	Composição	Cronograma Reuniões
Serviço Social na Educação Coordenadora: Maria Elisa	07 de 12/03/08	30/07/08	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS):</p> <p>15ª Região/AM - Rosimary de Souza Lourenço</p> <p>13ª Região/PB - Laerge Thadeu Cerqueira da Silva</p> <p>7ª Região/ES - Andréia Cristina Alves Pequeno</p> <p>11ª Região/PR - Daraci Rosa dos Santos</p> <p>20ª Região/MS - Janaina Loeffler de Almeida</p> <p>Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):</p> <p>Edval Bernardino Campos</p> <p>Maria Elisa dos Santos Braga</p> <p>Kênia Augusta Figueiredo</p> <p>Marylucia Mesquita Palmeira</p>	<p>29 e 30/05</p> <p>22/08</p> <p>21/11</p> <p>GT irá apresentar relatório preliminar no Encontro Nacional em setembro/09</p>
Conselho da Comunidade Coordenadora: Tânia	08 de 12/03/08	30/07/08	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS):</p> <p>1ª Região/PA - Rosiane Costa de Sousa</p> <p>5ª Região/BA - Lunelcia Almeida Paixão</p> <p>9ª Região/SP - Kátia Cilene Barbosa</p> <p>11ª Região/PR - Gleisa Santos de Souza</p> <p>19ª Região/GO - Leidimar Ribeiro de Souza</p> <p>Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS):</p>	<p>Previsão de reunião durante o Seminário Nacional da Saúde</p> <p>GT irá apresentar relatório no Encontro Nacional em setembro/09</p>

			<p>Maria Bernadette de Moraes Medeiros Erivã Garcia Velasco Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz</p>	
<p>Serviço Social na Saúde Coordenadora: Rodriane</p>	<p>10 de 26/03/08</p>	<p>30/07/08</p>	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS): 23ª Região/RO - Érica Carla Melo e Silva 5ª Região/BA - Heleni Duarte Dantas de Ávila 17ª Região/ES - Gessimara Sousa 11ª Região/PR - Sueli Preidum de Almeida Coutinho 21ª Região/MS - Maria José dos Santos</p> <p>Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Neile d'Oran Pinheiro Kátia Regina Madeira Pedro Alves Fernandes Rodriane de Oliveira Souza Sâmbara Paula Francelino Ribeiro</p>	<p>13/3 - Reunião do GT no CFESS 15/3 - Envio do documento finalizado para os conselheiros do CFESS 22/3 - Apreciação do Conselho Pleno do CFESS sobre o Documento 30/3 - Envio do Documento aos CRESS 3/4 - Apresentação e discussão do documento com os CRESS no Seminário do SUAS Abril / Maio - Atividades de discussão dos CRESS com a categoria sobre o documento 25/5 - Envio da síntese das atividades realizadas pelos CRESS ao CFESS com ênfase nas principais críticas e polêmicas do documento 3, 4 e 5/06 - Seminário Nacional (ampla discussão do documento) Documento final será apresentado no Encontro Nacional</p>

<p>SISCAFW Módulo Fiscalização Coordenadora: Kátia</p>	<p>11 de 26/03/0 8</p>	<p>30/07/0 8</p>	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS): 1ª Região/PA - Maria do Socorro Rocha Silva 4ª Região/PE - Celso Severo da Silva 6ª Região/MG - Érica Valamiel Nepomuceno 10ª Região/RS - Luciane da Silva 8ª Região/DF - Fernanda da Silva Fernandes Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Kátia Regina Madeira Rosa Helena Stein Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz</p>	<p>Previsão de capacitação do GT sobre o Siscafww: 24 e 25 de abril 2009</p>
<p>Trabalho e Formação Coordenadora: Ivanete</p>	<p>25 de 3/11/08</p>	<p>08/2009</p>	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS): 25ª Região/TO - Eutália Barbosa Rodrigues 14ª Região/RN - Rivânia Lúcia Moura de Assis 9ª Região/SP - Marlene Merisse 11ª Região/PR - Jucimeri Isolda Silveira 19ª Região/GO - Marilene Aparecida Coelho Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Ivanete Salete Boschetti Rosa Helena Stein Sâmbara Paula Francelino Ribeiro</p>	<p>Indicativo de data para próxima reunião: 27 e 28/03</p>
<p>Reformulação do Código Eleitoral do Conjunto CFESS/CRESS</p>	<p>03 de 26/01/0 9</p>	<p>15/07/0 9</p>	<p>Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS): 23ª Região/RO - Maurício Carlos Rebouças 3ª Região/CE - Adelina Maria Melo Feijão 7ª Região/RJ - Maria Elizabeth Freire Salvador</p>	<p>Proposta de reunião do GT: dia 04/04/09</p>

Coordenadora: Tânia			10ª Região/RS - Elisabete Souza Ramos 21ª Região/MS - Geórgia Munhoz Pereira Leite Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Rodriane de Oliveira Souza Rosa Helena Stein Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz	
Pesquisa para Avaliação Nacional sobre o Exercício Profissional Coordenadora: Silvana Pesquisa para Avaliação Nacional sobre o Exercício Profissional Coordenadora: Silvana	05 de 29/01/09 05 de 29/01/09	08/ 2009 08/ 2009	Pelos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS): Seccional de Roraima - Janaine Voltolini de Oliveira 16ª Região/AL - Janne Alves Rocha 6ª Região/MG - Josefina Maria dos Reis 12ª Região/SC - Marliange da Silva CRESS 19ª Região/GO - Marilene Aparecida Coelho Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Ivanete Salete Boschetti Maria Bernadette de Moraes Medeiros Neile d'Oran Pinheiro Silvana Mara de Moraes dos Santos	Proposta: 14 e 15/04/09
GT Articulação CFESS/CRESS			Ivanete Salete Boschetti Silvana Mara de Moraes dos Santos Marylucia Mesquita Palmeira Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz Maria Bernadette de Moraes Medeiros	17 e 18/03

<p>GT Encontro CFESS/CRESS</p>			<p>Conselho Regional da 21ª R/MS -</p> <p>Pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): Ivanete Salette Boschetti Erivã Garcia Velasco Rosa Helena Stein Kênya Augusta Figueiredo Marylucia Mesquita Palmeira</p>	<p>Previsão: abril 2009</p>
<p>GT Revisão da Política de Combate à Inadimplência Coordenadora: Erivã</p>			<p>Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz Rosa Helena Stein Erivã Garcia Velasco</p>	
<p>GT Atribuições do Serviço Social na Previdência Social</p>			<p>Marinete Cordeiro Moreira Rosa Helena Stein Neile d'Oran Pinheiro</p>	
<p>GT Funcionários</p>			<p>Ivanete Salette Boschetti Rosa Helena Stein Sandra Helena Sempé (funcionária)</p>	
<p>Comissão Gestora Fundo de Apoio aos</p>			<p>Conselho Federal de Serviço Social Rosa Helena Stein</p>	<p>Previsão: março 2009</p>

CRESS			Pedro Alves Fernandes Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz Conselhos Regionais de Serviço Social CRESS 1ª Região - Edmar Ribeiro Duarte CRESS 2ª Região - Andréia Carla Santana Everton CRESS 7ª Região - Newvone Ferreira da Costa CRESS 12ª Região - Maria Sirene Cordioli CRESS 20ª Região - Conceição Rosa Paula Ferreira	
Comissão Organizadora do Seminário Nacional em Comemoração aos 30 anos do Congresso da Virada	04 de 26/01/09	23 e 28/09/09	Conselho Federal de Serviço Social Ivanete Salete Boschetti Kátia Regina Madeira Maria Elisa dos Santos Braga Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz Conselho Regional da 9ª Região/SP Aurea Satomi Fuziwara Eloísa Gabriel Renata Maria de Souza Terezinha de Fátima Rodrigues	01/03
Comissão Organizadora do II Encontro Nacional Sociojurídico	26 de 8/12/08	29 a 30/10/09	Conselho Federal de Serviço Social Erivã Garcia Velasco, Maria Bernadette de Moraes Medeiros Silvana Mara de Moraes dos Santos Conselho Regional da 20ª Região/MT Janaina Loeffler de Almeida Maria de Souza Rodrigues	Previsão: abril 2009

<p>Comissão Organizadora do Seminário Nacional de Serviço Social na Saúde</p>	<p>27 de 8/12/08</p>	<p>3 a 5/06/09</p>	<p>Conselho Federal de Serviço Social Rodriane de Oliveira Souza Sâmbara Paula Francelino Ribeiro Telma Ferraz da Silva Conselho Regional da 4ª Região/PE André Luiz Augusto da Silva Celso Severo da Silva Galba Taciana Sarmento Vieira Pollyanna Fausta Pimentel Soraya Uchoa Cavalcanti</p>	<p>02/03</p>
<p>Comissão Organizadora do Seminário Nacional “O Trabalho do Assistente Social no SUAS”</p>	<p>28 de 8/12/08</p>	<p>2 e 3/04/09</p>	<p>Conselho Federal de Serviço Social Ivanete Salete Boschetti, Marinete Cordeiro Moreira Rodriane de Oliveira Souza Conselho Regional da 7ª Região/RJ Alena Mab Goes Contente Elaine Rossetti Behring Elza Velloso Fátima da Silva Grave Ortiz Michelle Rodrigues de Moraes</p>	<p>02/03</p>

